

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM SERVIÇO SOCIAL

**SEGREGAÇÃO URBANA EM GOIÂNIA E OS JOVENS DA VILA
CORONEL COSME**

ANA MARIA DA TRINDADE

GOIÂNIA
2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM SERVIÇO SOCIAL

**SEGREGAÇÃO URBANA EM GOIÂNIA E OS JOVENS DA VILA
CORONEL COSME**

ANA MARIA DA TRINDADE

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço
Social para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria
Moraes

Revisão e formatação: Mirela Adriele da
Silva

GOIÂNIA
2009

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDA EM 04 DE AGOSTO DE 2009 E APROVADA
COM A NOTA _____ (CONCEITO)
PELA BANCA EXAMINADORA

1. Dra. Lúcia Maria Moraes / UCG (Presidente) _____

2. Dra. Eleusa Benjamim Ribeiro / UCG (Membro) _____

3. Dra. Miriam Fábria Alves / UCG (Membro) _____

4. Dra. Maria José de Faria Viana / UCG (Suplente) _____

Dedico este trabalho à classe trabalhadora do mundo inteiro, pela resistência que leva à possibilidade de supressão do sistema capitalista e à construção de um outro mundo possível.

Ao meu pai, Joaquim Sebastião da Trindade, e ao meu irmão, Francisco Elias da Trindade, cujas partidas reforçaram em mim a capacidade de amar e de resistir à dor.

À minha mãe, Maria Cândida, e aos meus irmãos: Marly, José Geraldo, Iracema, Cecília, Maria da Glória, Pedro, Joaquim Filho, Israel e Athos Marcos, razão de um viver feliz e de um apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

À Simone, Juliana, Ardiley e Tarcisio, família por adoção e presença afetuosa no dia a dia.

Aos meus sobrinhos: Jhoel Trindade, Bárbara Luísa, Eduarda Sophia, Vitória Alice, Larissa Emanuele e todos os que virão. Esperança de dias felizes.

Ao Deus dos pobres e dos jovens, pela presença sutil e real na história humana, manifestada na resistência e na luta do dia a dia.

AGRADECIMENTO

Este trabalho reúne grandes contribuições intelectuais e afetivas de pessoas que comigo sonham e constroem coletivamente novas relações, apontando na direção de uma sociedade plural e democrática e, sendo síntese de muitos saberes, não é uma produção individual, mas sim coletiva. É com alegria que reconheço essa dissertação como produto de muitas interlocuções, especialmente de Omari Ludovico Martins, Luís Nascimento de Carvalho, Maria Teresa Canesim, Maria da Glória Trindade, Miriam Fábria Alves e Eleusa Benjamim Ribeiro.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Lúcia Maria Moraes, pelo compromisso profissional, cumplicidade e respeito às minhas ideias e experiências, ademais da postura ética mantida, que me levou a admirá-la e a respeitá-la.

À crítica séria e atenciosa de Omari Ludovico, referência profissional e amorosa em toda a minha trajetória profissional e estudantil, pessoa por quem tenho grande afeto; reconheço, aqui, sua importância singular em minha vida.

As colegas de mestrado, especialmente Teresa Cristina, Ilza de Carvalho, Sueli Almeida, Josiane Emília e Lúcia de Carvalho, com quem compartilhei afetos, conhecimentos, risos, choros e angústias. Nesse espaço coletivo, nos fizemos eternamente companheiras em torno da profissão e da militância.

Aos professores e à coordenação de mestrado pela interação, aprendizagem e debate, que muito contribuíram com a produção do saber e a qualificação profissional. Especialmente a Juliana por sua constante atenção.

Agradeço à Casa da Juventude Pe. Burnier com todos/as que a constituem, com tudo que esta representa, como motivação primeira e permanente do meu compromisso com a vida, em particular com os pobres e com os jovens.

Agradecimento especial, ainda, às minhas colegas de trabalho dos Distritos Sanitários de Saúde (Lucineide, Sandra, Daniela, Vera, Madalena, Suelene, Ester, Eida e Jacivone,) pela compreensão diante das muitas ausências nas atividades diárias e pelas manifestações de carinho e de cumplicidade que me ajudaram a vencer muitas barreiras.

RESUMO

A presente dissertação trata das condições de vida dos jovens que vivem nos espaços segregados da cidade de Goiânia, tendo como referência a Vila Coronel Cosme. Quem são esses jovens? Como vivem? Quais são seus projetos de vida? Qual a organização desses jovens na Vila? Essas são indagações que me levaram a conhecer melhor o modo de vida e o espaço onde estes moram com seus familiares. O objetivo é apreender as formas de sobrevivência e organização adotadas pela juventude, em uma realidade marcada por uma política que favorece a segregação urbana que teve origem na construção da cidade-capital planejada nos anos 30. A presença dos trabalhadores tem com função construir a cidade para os outros morarem. Essas reflexões confrontam com o direito de moradia instituído pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988.

A perspectiva de investigar o espaço urbano através das áreas de posse tem relação direta com as condições de vida das classes populares, expropriadas pelas relações capitalistas com a conivência do Estado. Nesse cenário, procuramos desvendar como vivem os jovens de baixa renda, compreendidos como uma categoria histórica construída e socialmente determinada. A pesquisa revela a realidade vivida pelos jovens, em meio à pobreza e violência, resultante da ausência do Estado democrático e pela presença efetiva do tráfico de drogas e da violência policial. Dessa realidade decorrem outras formas de relações como: proteção, garantia de renda, ameaças, prisão, morte, extorsão, entre outras práticas que marcam o dia a dia das famílias. O processo de investigação revela uma juventude abandonada, refém da violência pessoal e social e da miséria que constitui a realidade dessa população, cujos espaços são determinados pelo capital imobiliário de caráter especulativo, inserido na lógica das cidades. Dentro desse pressuposto, tanto a terra quanto a moradia são mercadorias, desvinculadas da dimensão do direito socialmente construído pela luta dos trabalhadores. Essa reflexão é apenas uma contribuição no sentido de desvendar a realidade na qual os jovens trabalhadores organizam sua vida, suas lutas, seus sonhos, apontando para projetos de vidas que assegurem o trabalho, a escolarização, a autonomia e o seu direito de ter uma vida digna.

Palavras-chave: Segregação urbana; juventude; periferia; cidade; moradia.

ABSTRACT

This work talks about life conditions of the young people that live in segregated spaces of the city of Goiânia, taking as reference Coronel Cosme's neighborhood. Who are these Young? How do they live? What are their lives Project? What is their organization in that neighborhood? These questions guided me to know better their life way and the space where they live with their family.

The objective of this work is to catch the ways of surviving and the organization used by youth, in a reality marked by a politic that provokes urban segregation that has its origins on the planed capital-city construction on the thirties. The presence of workers has the goal to build the city for others to live. These reflections confront the right of housing established by the Universal declaration of the human rights and by the Federal constitutional of 1988.

The perspective to search the urban space by the area of ownership has close relation with the life conditions of the popular classes explored by the capitalist relations, with the connivance of the state. In this scenery we try to show how the low finance class young people live, comprehended as a historical category built up and also socially determined. This work shows the reality lived by the young, inside the poverty and violence, as a consequence of the absence of the democratic State and also by the effective presence of the drugs traffic and the violence of the police. From this reality, there are others relations like: protection, income security, threats, arrestments, death, extortions and other practices that are in everyday's life of those families.

The investigation process shows an abandoned youth, hostage of the personal and social violence and the misery that is the reality of this population, in a way that the spaces are determined by the speculative character of the housing capital, inside the cities organization. In this context even the land and the housing are commodities, disconnected of the idea of social right built by the fight of the workers. All this reflection is just a contribution in the way of showing the reality how young worker organize their lives, their fights, their dreams forward life projects that are connected to work, studies, the autonomy and their right of a dignified life.

Key-words: Urban segregation; youth; suburbs; city; housing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Localização da Vila Coronel Cosme em Goiânia-GO	29
Figura 02:	Esgoto a céu aberto em uma das várias ruas da Vila Coronel Cosme	30
Figura 03:	Situação das moradias da Vila Coronel Cosme	30
Figura 04:	Mapa do setor censitário correspondente à área de posse da Vila Coronel Cosme	31
Figura 05:	Aspecto de uma residência que abriga uma família na Vila Coronel Cosme	83
Figura 06:	Residência de uma jovem entrevistada. Neste espaço moram 03 famílias	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Percentual de entrevistados que atribuem a violência praticada no bairro à ação policial e a outros fatores	42
Tabela 02:	Número de pessoas que trabalham nas famílias de acordo com os jovens entrevistados	51
Tabela 03:	Percepção dos jovens da Vila Coronel Cosme sobre a casa onde moram	63
Tabela 04:	Dados referentes à repetência escolar dos jovens da Vila Coronel Cosme	65
Tabela 05:	Percepção dos jovens da Vila Coronel Cosme a respeito dos serviços de saúde ofertados à população	66
Tabela 06:	Situação dos jovens moradores da Vila Coronel Cosme em relação aos cursos de qualificação para o trabalho	66
Tabela 07:	Opinião dos jovens entrevistados sobre o local onde moram	85
Tabela 08:	Número de pessoas por famílias dos jovens entrevistados na Vila Coronel Cosme	93
Tabela 09:	Meios de distração mais utilizados pelos jovens na Vila Coronel Cosme	104
Tabela 10:	Dados referentes aos jovens que buscam a qualificação para o trabalho	108

LISTA DE SIGLAS

ACE –	Ação Católica Especializada
ACG –	Ação Católica Geral
AE –	Ação Educativa
AI-5 –	Ato Institucional
AMAJ –	Assessoria Municipal de Assuntos da Juventude
BNH –	Banco Nacional de Habitação
BR-153 –	Rodovia Belém-Brasília
CAJU –	Casa da Juventude
CEPAL –	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF –	Campanha da Fraternidade
CLS –	Conselho Local de Saúde
CMEI –	Centro Municipal de Educação Infantil
CNPJ –	Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude
CONJUV –	Conselho de Juventude
CPC –	Centro Popular de Cultura
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM –	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEGIP –	Federação Goiana dos Inquilinos e Posseiros Urbanos
FUMDEC –	Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAC –	Juventude Agrária Católica
JEC –	Juventude Estudantil Católica
JIC –	Juventude Independente Católica
JOC –	Juventude Operária Católica
JUC –	Juventude Universitária Católica
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT –	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais

LOAS –	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS –	Lei Orgânica da Saúde
ONGs –	Organização Não Governamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
PCdoB –	Partido Comunista do Brasil
PDH –	Programa de Direitos Humanos
PIB –	Produto Interno Bruto
Pro Jovem –	Programa de Inclusão de Jovem
PT –	Partido dos Trabalhadores
PUC –	Pontifícia Universidade Católica
SEMAS –	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPLAN –	Secretaria de Planejamento
SFH –	Sistema Financeiro da Habitação
SNJ –	Secretaria Nacional da Juventude
UCG –	Universidade Católica de Goiás
UNE –	União Nacional dos Estudantes
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPU –	União dos Posseiros Urbanos
UV –	União das Invasões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A CIDADE DE GOIÂNIA E A VILA CORONEL COSME	22
1.1 A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA E A FORMAÇÃO DAS ÁREAS DE POSSE	22
1.2 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA VILA CORONEL COSME	29
1.2.1 A SEGREGAÇÃO URBANA E A VIOLENCIA SOCIAL.....	34
1.3 A CIDADE E OS JOVENS	43
2 A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS	50
2.1 A ORGANIZAÇÃO DOS JOVENS DOS ANOS 1960 AOS ANOS 2000 ...	51
2.2 OS JOVENS DAS CLASSES POPULARES NO BRASIL POS 1990	65
3 A VILA CORONEL COSME E OS JOVENS	82
3.1 OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS NA POSSE URBANA DA VILA CORONEL COSME	94
3.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS DA VILA CORONEL COSME	99
3.3 OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS JOVENS NA VILA CORONEL COSME	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

A questão central deste estudo é investigar as condições de vida dos jovens que moram nos espaços segregados em Goiânia, cidade criteriosamente planejada na década de 1930. A segregação urbana como uma manifestação da questão Social¹ é uma discussão atual, mas que, no entanto, sempre integrou os espaços urbanos de nossas cidades, seja no período colonial ou contemporâneo. As cidades são compostas por áreas urbanizadas que abrigam a população de melhor poder aquisitivo e por áreas com pouca e/ou sem urbanização, habitada pelas classes populares. Isso constitui uma violência organizada contra a população empobrecida em geral e, principalmente, contra a juventude, que vive em uma espécie de prisão social.

Nesse contexto, é evidente a participação do Estado reforçando os interesses do capital, até pelo poder de articulação que os capitalistas exercem sobre o Estado para garantir seus interesses. Este estudo busca compreender como vivem e se organizam os jovens nos espaços segregados de Goiânia, tendo como referência a Vila Coronel Cosme², caracterizada como uma área de posse³, que resiste entre a desocupação e a permanência no local. O Estado, dentro da lógica capitalista, favorece a concentração de renda em detrimento dos direitos sociais, entre eles a moradia, legalmente garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei Federal nº 10.257/01, na medida provisória 2.220, de 04.09.2001, e na Carta Nacional do Direito às Cidades de 2001.

O acesso à cidade é um direito de todos os cidadãos que a habitam. Nesse aspecto, a segregação apresenta-se como uma ameaça aos direitos humanos. Historicamente, a cidade é pensada na lógica de exclusão dos empobrecidos. Uma correlação de forças perpassa o espaço urbano, pois são muitos os interesses. O

¹ A questão social resultante da relação capital-trabalho e do sistema capitalista se manifesta através da desigualdade, do desemprego, da fome, das doenças, da penúria, da falta de moradia ou de moradia insuficiente, e do desamparo diante de uma realidade marcada pela concentração de renda. Nesse sentido, a segregação urbana nada mais é do que uma expressão da questão social cujas sequelas para as classes populares são inúmeras (Ver Netto (2001) e Iamamoto (2007)).

² A Vila Coronel Cosme localiza-se na região leste de Goiânia, entre o Rio Meia Ponte e a antiga estrada de ferro. Faz limite com o Bairro Feliz, a Vila Viana e o setor Negrão de Lima.

³ Posse urbana – em 1984 a União das Invasões ganhou um novo nome, União dos Posseiros Urbanos, e as invasões passam a ser chamadas de posses urbanas e os invasores de posseiros urbanos (ver Moraes (2006)).

espaço urbano revela a organização da sociedade através das classes sociais. Para as classes populares, o lugar que lhes é reservado são as áreas de posses, como é o caso da Vila Coronel Cosme.

Esta reflexão se sustenta a partir do entendimento de que a segregação urbana representa a realidade dos jovens moradores da Vila Coronel Cosme. Ser um jovem morador da Vila, seguramente um espaço segregado, tem um significado diferente de ser jovem e viver no centro das cidades. Na Vila, a rotina desses sujeitos caracteriza-se pela ausência de espaços de socialização e pela falta de oportunidade de acesso a bens e serviços essenciais ao pleno desenvolvimento de projetos de vida autônomos. A aproximação com os jovens da Vila Coronel Cosme nos levou a perceber como é o dia a dia deles. A família e a rua são os dois espaços mais frequentados por eles e onde encontram possibilidades de resignificar suas vidas. A rua tem um destaque, pois é o lugar onde preferencialmente os encontramos. Carrano (2001, p. 19) afirma que

os jovens que fazem da rua um lugar de encontro e sociabilidade expressam a possibilidade de recuperação do sentido público e educativo da rua, numa explícita condenação ao recolhimento à sociabilidade exclusiva dos espaços privados.

O estar na rua não significa necessariamente ociosidade, pode expressar, também, a busca de algo para se fazer.

A Vila é um espaço de segregação planejada pelo Estado⁴, segundo os interesses do capital, aspecto que marcou a origem de Goiânia permanece até os dias atuais. Nesse sentido, são minadas as oportunidades dos jovens de acesso à escolarização e à socialização, que acontece pela mediação do trabalho na sua forma precária, porque precisam buscar desde cedo sua sobrevivência e de sua família. Marques (1995, p. 72) afirma ser a escola um espaço de socialização dos jovens trabalhadores, porém esta apresenta uma série de dificuldades na inserção desses jovens, que antes de serem estudantes são trabalhadores o que torna sua permanência na escola um grande desafio.

⁴ É o Estado que planeja criteriosamente para a burguesia e, ao mesmo tempo, promove e institucionaliza a segregação urbana, caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência da cidadania (Moraes, 2006).

A ausência de espaços públicos onde os jovens possam se encontrar revela o descaso em relação à demanda juvenil, haja vista que esta necessita de pontos de encontro para suas trocas de experiências e para conversar, bem como para outras formas de descontração, como o lazer através de partidas de futebol e de outras brincadeiras de rua. Como os jovens projetam suas vidas, quais as expectativas a respeito do futuro dentro de um presente marcado pela violência e descobertos pela proteção social básica são aspectos que abordaremos melhor no decorrer deste estudo como uma característica da cidade de Goiânia.

A cidade de Goiânia, inaugurada em 24 de outubro de 1933, é resultado das mudanças político-econômicas ocorridas no Brasil e em Goiás, orientadas por relações capitalistas e pelas forças políticas locais⁵. O Estado se torna refém dos interesses da burguesia, a ponto de presidir a ocupação espacial a favor da especulação imobiliária, fato que permanece até os dias atuais. Nesse contexto, a classe trabalhadora amarga o preço da concentração de renda e da omissão do Estado e, assim, os jovens da Vila Coronel Cosme vivem segundo as condições reais que lhes são impostas.

A Vila Coronel Cosme tem uma história de luta e de resistência, sendo uma ocupação que existe há cerca de 40 anos e que vive sob constantes ameaças de retirada das famílias por parte do poder público, pressionado pelos empresários da especulação imobiliária. A frágil organização da população coloca em risco a permanência nessa área e a leva a uma grande insegurança e medo de, a qualquer momento, ver desmoronar seu sonho e sua moradia os poucos bens que acumularam ao longo da vida.

A estratégia do Estado de provocar a desocupação de áreas ou glebas que propiciam a especulação imobiliária de interesse capitalista é algo que está na essência das decisões políticas e econômicas de diferentes governantes em toda a história da cidade de Goiânia. Recentemente assistimos ao despejo das famílias do Parque Oeste Industrial através de uma operação policial violenta, com a conivência de órgãos do governo, que resultou na morte de dois jovens e na perseguição de muitas lideranças. Podemos citar tantos outros casos de despejos e de resistência de posseiros que resultaram em bairros da classe trabalhadora, como o do Jardim Nova Esperança, exemplo de luta e organização dos moradores, Oliveira (2004). e tantos outros.

A função atribuída à classe trabalhadora na capital foi, na década de 1930, a de construir a cidade e todos que para Goiânia vieram o fizeram em busca de trabalho como forma de melhorar as condições de vida. Ao chegarem à nova capital enfrentaram muitas dificuldades com trabalhos precários e mal remunerados e moradias inadequadas. É importante realçar que os filhos desses trabalhadores não tiveram destinos diferentes ao de seus pais, pois desde cedo começaram a enfrentar as formas precárias de trabalho para ajudar na manutenção de suas famílias, o que os fez ficarem longe da escola.

A preocupação em investigar tal questão é resultado de anos de militância junto à juventude, através de movimentos juvenis e, posteriormente, devido à ação profissional desenvolvida na Casa da Juventude⁶, instituição que tem todas as suas ações destinadas ao atendimento às demandas da juventude.

A convivência com esses jovens reforça a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as demandas apresentadas por esses sujeitos sociais inseridos na realidade de Goiânia. Tal conhecimento é importante, entre outros motivos, para uma atuação profissional qualificada e comprometida com os princípios defendidos pelo projeto ético-político profissional, que certamente repercutirá no cotidiano dos jovens. Outra questão que se apresenta é a escassez de estudo sobre as condições de vida dos jovens, como afirma Dayrell (2008, p. 1):

Um balanço sobre os estudos acerca da temática da juventude no Brasil, nas últimas décadas, aponta que a maior parte das reflexões no meio acadêmico se destina a discutir os temas e instituições na vida dos jovens; ainda é pequena a incidência de investigação que se dedique a perceber como os jovens vivem e elaboram suas situações de vida.

A juventude da Vila Coronel Cosme⁷ parece não ter com quem contar. Uma moradora mãe de três jovens disse, em certa ocasião: *“quero arrumar serviço para*

⁵ Ver Chaves (1985, p. 2).

⁶ A Casa da Juventude Pe. Burnier é um Instituto de Formação, Pesquisa e Assessoria em assuntos referentes à juventude das classes populares, prestando, há 25 anos, serviços qualificados de acompanhamento às organizações juvenis. É uma obra ligada aos Padres Jesuítas que atualmente desenvolve um conjunto de ações destinadas aos adolescentes e jovens dos bairros populares de Goiânia e região metropolitana com vários cursos de qualificação profissional.

⁷ A escolha pela Vila Coronel Cosme como lugar de realização da pesquisa que fundamenta este estudo é resultado da experiência enquanto supervisora profissional dos estagiários de Serviço Social, desde o ano 2000, inseridos nessa comunidade. A convivência com essa população oportunizou o surgimento de inúmeras inquietações acerca do cotidiano e das formas de organização dos jovens, aparentemente ociosos, nas ruas, praças e esquinas da Vila.

os meus filhos, ninguém aguenta jovem sem trabalhar. Eles dão muitas despesas, sujam muita roupa, comem demais e não se preocupam com as contas”. São falas como esta que suscitam muitas indagações. Como os jovens se sentem sabendo das percepções que sua família tem deles/as? Como se sentem sendo um peso para suas famílias? Quais as perspectivas que eles têm do presente e do futuro? O que buscam para si? Qual seu projeto de vida dentro dessa realidade de ocupação?

Essa ocupação não está isolada de tantas outras que compõem a organização espacial de Goiânia e de outras cidades. Busca-se realizar um resgate histórico da formação e da constituição do Estado de Goiás como eminentemente agrário, voltado para a economia de subsistência que data dos anos de 1930, período de modernização do campo no Brasil. Interessa particularmente, a este estudo, o processo de construção de áreas periféricas que abrigam a população de baixa renda, incluindo as implicações dessa realidade para os jovens.

A busca por conhecer a realidade dos jovens, além da aparência, através do exercício de sucessivas aproximações desses sujeitos sociais ali inseridos é, sem dúvida, uma tarefa árdua, principalmente ao entender a realidade como algo extremamente complexo. Aprender os movimentos da juventude dentro da comunidade exige muito esforço, reconhecendo que o cotidiano é concreto e se articula com o geral e o particular como uma dimensão importante do método. Segundo Canezin (2006, p. 90):

Os fatos são elementos de uma totalidade histórica definida da qual eles não podem isolar-se – todo o fato só pode ser submetido à análise dialética na medida em que cada fato é influenciado pelos antagonismos do progresso social.

Tendo como base essa referência, é possível afirmar que os jovens e sua existência na Vila Coronel Cosme somente podem ser compreendidos como parte de seus dramas e da construção da capital, que reservou aos trabalhadores, principalmente àqueles que não possuem qualificação educacional, as periferias e tudo que as caracteriza. Ninguém é jovem como quer, pois estão sujeitos aos fatores históricos e socialmente determinados. O ser jovem na Vila se dá segundo circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciam o jeito da juventude organizar e definir seus projetos de vida.

A cidade de Goiânia, na forma como foi inicialmente planejada, não considerou a população empobrecida. A classe trabalhadora que construiu a capital e que por aqui chegou foi se acomodando por conta própria nos arredores da cidade, em habitações precárias, segundo suas posses. Assim, foi sendo constituída a periferia de Goiânia. A Vila Coronel Cosme surge em 1950, aprovada pelo Decreto nº 65, de 29 de dezembro desse mesmo ano, assinado pelo prefeito da época Eurico Viana⁸.

A referida ocupação foi feita por trabalhadores de uma fábrica chamada Macife. A dificuldade para pagar o aluguel foi o principal motivo que levou os operários a ocuparem a área. A proximidade do local de trabalho também aparece como algo importante, evitando o gasto com transporte. A Vila surge em contexto similar às demais ocupações da nova capital. Nesse sentido, a compreensão do cotidiano dos jovens trabalhadores moradores da Vila Coronel Cosme passa pelo entendimento de que este não é um fato isolado, mas possui raízes históricas, elemento fundamental à apreensão do presente objeto de estudo.

Para uma maior aproximação dessas raízes, é importante reportar-se aos anos de 1960, pelo significado histórico dessa década, e a fatos tais como o golpe de 1964, início da ditadura militar e da luta pelo fim da ditadura e pela efetivação da democracia, além de ser um período de grande visibilidade da organização dos jovens. Isso deixou sinais na história do Brasil, principalmente em relação à luta da juventude e à organização do movimento estudantil. A ideia da pesquisa é trazer para a reflexão outro grupo, os filhos da classe trabalhadora, que militavam através das fábricas, lutando por direitos sociais e condições de trabalho.

A conjuntura política que perpassa as décadas posteriores (70, 80 e 90) é a forma como os jovens vão se organizando no cenário político. Suas lutas específicas são em função de causas globais como a democracia e a defesa da vida. O enfrentamento da ditadura esteve na ordem do dia dos jovens, sobretudo dos estudantes. O processo de democratização política está recheado de inúmeras manifestações organizadas pelos jovens como, por exemplo, a passeata dos 100 mil. Talvez essa história não seja conhecida pelos jovens da Vila, ocupados em sobreviver e sem acesso às informações, já que não vivem nos espaços de socialização do conhecimento.

⁸ Ver Carvalho (2006).

O período histórico entre os anos de 1970 e 1990 é conhecido pelos grandes acontecimentos e pelo movimento que as organizações sociais fizeram, numa junção que permitiu avançar na conquista da democracia, fatos que serão aprofundados no segundo capítulo deste estudo. É um período de efervescência social fundamental na elaboração de uma nova Constituição, que contemplou muitos dos interesses populares em questão. A opção por esse período histórico se deve ao fato da presença efetiva da juventude em torno da emancipação política, da consolidação da cidade de Goiânia (1933) e da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, no Planalto Central (1960).

Essas e outras questões perpassaram este estudo, na busca de explicar o jeito de viver dos jovens nos espaços segregados de Goiânia, tendo como referência a Vila Coronel Cosme. Em função disso, a opção metodológica recai no método dialético, pois este leva à busca da totalidade, reconhecendo ser esta uma categoria essencial na apreensão da realidade. Daí a necessidade de retomar a história, apreendendo-a como processo, movimento e ação dos homens. É nela que os acontecimentos encontram explicação consistente, porque os homens fazem a história dentro das condições objetivas, como sinaliza Marx (1961, p. 199): “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

A partir dessa compreensão de se atuar na história, seja no sentido da transformação ou da permanência, e que a história é movimento dialético que modifica constantemente a realidade e que esta é a “síntese de múltiplas determinações” é que se afirma o desafio a ser enfrentado por este estudo.

Para aprofundar o conhecimento do objeto proposto, foi iniciado o processo de investigação que sustenta este estudo através de uma presença efetiva nessa realidade como supervisora de um grupo de estudantes que escolheu esse campo para realizar sua experiência de estágio. Foram inúmeras visitas domiciliares, reuniões com famílias, estudo de monografias de conclusão de curso de graduação de ex-estagiários daquela área. Foi realizada uma pesquisa empírica junto aos jovens e seus familiares, tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista, mais bem explicitada no terceiro capítulo deste trabalho.

Segundo Marsiglia (2001, p 19), “a fase de preparação da pesquisa é muito importante”. A escolha da metodologia a ser utilizada na coleta de dados exige uma

firme decisão do pesquisador acerca das informações que necessita levantar. As observações sistemáticas, ainda conforme orientação de Marsiglia, ocorrem quando o pesquisador planeja o que vai observar e como fará o registro das informações. Nesta pesquisa, a intenção era a de perceber o cotidiano dos jovens que vivem na Vila Coronel Cosme.

A coleta de dados e as entrevistas foram feitas pela pesquisadora com a participação de estagiários do Programa Direitos Humanos (PDH) da Universidade Católica de Goiás (UCG). As estratégias adotadas pelo grupo foram visitas domiciliares e reuniões da associação de moradores. Após esses momentos, o grupo se reunia para discutir e registrar as informações em um diário de campo.

A proposta construída pelo grupo consistia, em um primeiro momento, em planejar as atividades do dia. As visitas eram feitas segundo roteiro definido anteriormente e em dupla. Ao final do dia, havia uma reunião no espaço da associação de moradores para discutir e avaliar as entrevistas, as observações da equipe e outras situações ocorridas no processo. Esse processo resultou em um plano de pesquisa e, posteriormente, em seu detalhamento na forma desta dissertação.

O que levou à escolha da técnica da entrevista⁹ foi a dificuldade dos jovens moradores do bairro de ler e escrever. O instrumento tinha um roteiro preestabelecido. As perguntas eram feitas garantindo aos entrevistados o direito de não responderem caso não quisessem. Além do registro de falas, prestou-se atenção, ainda, à timidez dos jovens, à dificuldade de expressão, à postura corporal, à cabeça sempre baixa, ao olhar distante, ao choro, às respostas superficiais, entre outras.

As famílias também participaram da pesquisa. A intenção era de obter mais dados sobre o objeto de estudo. Havia um instrumento específico para os familiares e outro para os jovens, com questões que tinham como objetivo entender a realidade dos jovens. Ao contrário destes, as famílias, em sua maioria as mães, falavam abertamente sobre qualquer questão apresentada, enfatizando, principalmente, as dificuldades de sobrevivência e o aspecto da violência. Além da

⁹ As entrevistas foram realizadas nas residências dos participantes da pesquisas, sempre aos sábados e durante o dia, conforme combinação anterior. A Vila conta apenas com um espaço público, a associação de moradores, à qual os jovens não possuem vínculos.

resposta direcionada às perguntas, outras tantas informações foram coletadas e anotadas no diário de campo.

Assim, esta dissertação está estruturada em três capítulos, articulados entre si, objetivando responder à questão proposta neste estudo. O primeiro capítulo trata da origem de Goiânia, inserida em um contexto de expansão do capital no planalto central, cidade planejada e na qual, posteriormente, foram surgindo as periferias como lugar destinado à classe trabalhadora. A luta, resistência e organização dos trabalhadores para adquirir um lugar na capital é algo que perpassa sua história e define a forma como os jovens se fazem presentes na cidade.

As posses urbanas foram se estruturando nesse processo, dando origem aos espaços segregados destinados às classes populares, que se caracterizam pela ausência de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento humano. A presença do Estado pode ser notada mediante a coerção praticada, na maioria das vezes, pelos agentes do Estado, constituindo uma forma de violência social que afeta principalmente a juventude. Há uma luta de avanços e retrocessos que caracteriza a presença dos trabalhadores nessa cidade.

De certa forma, a presença dos jovens sugere a renovação do ânimo necessário à organização da sociedade. Em contato com os jovens da Vila, sujeitos deste estudo, estes manifestaram descontentamento a respeito de como se organiza o espaço urbano na cidade, desconsiderando as demandas inerentes ao projeto de vida da juventude, que exige, entre outras tantas coisas, espaços de socialização e de qualificação na direção da cidadania.

Nessa perspectiva, o segundo capítulo recupera o processo de organização dos jovens das classes populares, tendo como referência o período histórico de 1960 até os anos 2000, pela representação política dos movimentos de luta pela democracia e o rompimento com o Estado autoritário, no município de Goiânia. Perceber a lógica da capital e como são tratadas as demandas da juventude, como ainda o movimento dos grupos juvenis como sua organização na cidade e quais suas possibilidades são alguns dos objetivos dessa dissertação.

O terceiro capítulo apresenta a periferia, tendo como referência a Vila Coronel Cosme, um espaço tipicamente segregado, onde as evidências da questão social estão postas em um espaço urbano inadequado, de ausência dos equipamentos sociais, de trabalho/emprego com a grande número de pessoas inseridas nas várias formas de violência individual, familiar e comunitária e das moradias precárias.

Buscou-se então, caracterizar essa realidade, percebendo as contradições presentes e como estas se relacionam com as condições de vida da população em geral e dos jovens em especial.

Ainda nesse capítulo, abordaremos a realidade da juventude em um contexto marcado pela ausência do Estado que assegura direitos e pela presença efetiva da coerção e da ameaça de despejo. Como efetivar a proteção social e a defesa da vida em um cenário totalmente adverso à garantia de direitos? Ultrapassar a superficialidade dos fatos e perceber as múltiplas determinações presentes naquele espaço a maneira como elas incidem sobre os jovens empobrecidos é o desafio que caracteriza este estudo e que buscou-se problematizar no decorrer desse capítulo.

Por fim, as considerações finais trataram das constatações ou lacunas obtidas ou percebidas neste percurso de estudo. A intenção foi sinalizar para uma perspectiva em defesa da vida dos jovens, que padecem com a atual situação de abandono em que vivem, juntamente com suas famílias. Discorrer sobre o processo de aprendizagem durante o período de realização da pesquisa e construção do conhecimento que renova conceitos e elabora novas questões que futuramente podem dar origem a outros estudos.

Talvez seja possível colocar essas questões em pauta ou apenas confirmar que a opção do Estado, definitivamente, não é pelos jovens das classes populares, o que constitui um desafio para os propositores de políticas de atenção à juventude. Essa é uma característica do Estado brasileiro que se acentua no município de Goiânia, ainda é um desafio aos profissionais e a própria população. Qual a resposta a ser formulada diante de tantas questões apresentadas pelos jovens e relacionadas às suas demandas diárias por trabalho, educação, lazer, proteção e paz?

É uma luta de muitos anos e de muita gente, que certamente demandará muitas resistências, principalmente dos jovens, concordando com o que diz o poeta nordestino Graciliano Ramos, “o melhor amigo do povo é o próprio povo, organizado”¹⁰. Em se tratando dos jovens, também se aplica os dizeres do poeta.

¹⁰ Do poeta nordestino Graciliano Ramos, essa expressão orienta a luta pelos Direitos Humanos.

1 A CIDADE DE GOIÂNIA E A VILA CORONEL COSME

1.1 A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA E A FORMAÇÃO DAS ÁREAS DE POSSES

Ao iniciar este capítulo, procuramos situar a cidade de Goiânia dentro de um processo histórico que determinou a forma como o espaço urbano planejado foi construído e organizado, tendo como referência, a constituição das áreas de posse¹¹ na capital de Goiás. Sem dúvida, a construção de Goiânia seguiu critérios das teorias urbanísticas explicitadas no Plano Urbano Original, mas, ao mesmo tempo, sua ocupação apresenta traçados espontâneos construídos pelos próprios moradores, trabalhadores que chegaram à nova capital em construção.

A partir de 1930 a Região Centro-Oeste passa por extensas e profundas mudanças, que tinham como intuito o povoamento e a modernização dessa região do país. A construção de Goiânia em 1933¹² se insere no contexto de uma política de expansão do Capital na Região do Planalto Central. Seguem essa mesma lógica a construção de Brasília (1960), o desmembramento do Estado do Mato Grosso e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul (1970) e do Tocantins (1988) e de sua capital, a cidade de Palmas (1990). A nova capital do estado de Goiás foi idealizada no contexto das transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil dentro dos ideais da Revolução de 1930¹³ (MOYSÉS, 1983).

¹¹ “Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), posse urbana é denominada “setor especial de aglomeração sub-normal”, e aglomerado subnormal consiste em, um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupado ou tendo sido ocupado recentemente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas em geral, de forma desordenada e densa, carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. (s.p.)” Carvalho (2006 p. 47-48). Em 1984, a União das invasões ganhou novo nome: União dos Posseiros Urbanos. É a partir desse momento que as invasões passam a ser chamadas de ‘posses urbanas’ e os invasores de ‘posseiros’.

¹² Em 24 de outubro de 1933 é lançada a pedra fundamental da construção da nova capital. O decreto 3.937, de 26 de outubro de 1933, que autoriza o Estado a comprar e/ou receber terras, o que lhe garante ser proprietário dos terrenos que dariam lugar à nova capital. O papel do Estado foi o de adquirir as terras para iniciar a construção, o que lhe é garantido através do decreto 3.937, de 26 de outubro de 1933, que autorizava o Estado a atuar diretamente na compra das terras necessárias à efetivação da nova capital.

¹³ A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha instalando o governo de Vargas (1930-1945).

A cidade de Goiânia surge entre o planejado e o não planejado, resultado da política de expansão agrícola brasileira para o Centro Oeste e da ocupação do Planalto Central em direção à Amazônia, como ressaltam os autores Campos (1980), Silva (2001), Moraes (2003) e outros pesquisadores sobre a construção da capital que, com o tempo, foi se distanciando do projeto original, como ilustra a socióloga Chaves (1998, p. 33):

O Plano piloto não previu áreas para as instalações dos trabalhadores que viriam construir a cidade. No primeiro momento, os trabalhadores foram assentados em acampamentos, ou seja, alojamentos precários construídos pelo Estado à margem direita do córrego Botafogo. Na margem esquerda começava o espaço reservado à cidade planejada.

O Estado planejou a cidade de Goiânia e organizou o espaço urbano para o desenvolvimento do capital em geral, explorado pelos proprietários de terra rural e urbana (capital imobiliário). Por outro lado, para as classes populares expulsas da zona rural e que buscam a nova capital sobram os terrenos pouco valorizados, quase sempre distantes do centro e/ou em áreas de risco nas proximidades de fundos de vales ou de córregos, denominados de posses urbanas, como é o caso da Vila Coronel Cosme, foco desta dissertação.

As primeiras ocupações aconteceram sob o controle do Estado, que tinha interesse na mão-de-obra barata, e, a partir de 1940, algumas delas começam a ser urbanizadas. Nesse momento constituíram-se bairros como Vila Nova, Nova Vila, Criméia, Fama, entre outros. A Vila Coronel Cosme, local que referencia este estudo, surgiu nesse período, juntamente com outros bairros, como o Universitário, Meia-Ponte, Urias Magalhães, Pedro Ludovico, São José, entre outros. Esse período é caracterizado pelas ocupações individuais, forçadas pela necessidade imediata da população de acesso a moradia e, nesse sentido, a posse urbana foi a ainda é a opção de muitos trabalhadores.

As posses urbanas são também espaços segregados, distantes do centro da cidade e/ou em áreas centrais. São caracterizadas pela ausência de serviços básicos essenciais, tais como saneamento, asfalto, energia, entre outros. São espaços ocupados principalmente pela classe popular, assegurado pelas lutas sociais na efetivação do direito à moradia.

Nesse contexto, buscamos a função do Estado explicitado por Netto (2001, p. 26), para quem “o Estado no sistema capitalista tem como função principal a

garantia dos interesses do capital”. Isso pode ser percebido na região Centro-Oeste e em outras regiões do país e, assim, o autor realça que o Estado capitalista torna-se um legítimo representante da burguesia, que dele se apropria como um instrumento necessário à acumulação e expansão de seus negócios extremamente lucrativos.

Nos dizeres de Chaves (1985, p. 16), o Estado torna-se, na cidade de Goiânia, por ocasião da construção capital, um agente imobiliário, pois “a ele cabia a função de administrar, segundo os interesses hegemônicos as terras, seja via doação ou compra”. A autora enfatiza que o Estado “assume, dessa forma, em nome dos proprietários e em seu favor, todas as providências referentes ao comércio de terras, dominando tanto as transações imobiliárias como o processo específico de ocupação do solo”. De acordo com Moraes (2006), o Estado detinha a exclusividade sobre o sistema de venda de terrenos na capital, que posteriormente transfere para grupos econômicos; é o Estado que ordena o espaço urbano segundo os interesses do capital imobiliário.

A urbanista Moraes (2006, p. 15) enfatiza que

a estruturação do espaço urbano proporciona a formação de duas cidades distintas: a cidade do plano original e suas adjacências onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica que serve de abrigo para as classes populares.

Para a autora, ambas são criações do Estado que, nesse processo, institucionaliza a segregação urbana¹⁴:

Essas periferias constituem o hábitat de homens que, ao buscarem melhores condições de vida nas novas capitais, só encontram o espaço marginal urbano que não garante moradia digna, urbanização, equipamentos sociais e transporte coletivo de qualidade. Desde a fundação a terra urbana transformou-se em mercadoria que não atende aos interesses sociais de sua população. O trabalhador diante dessa problemática busca ele mesmo a sua moradia em terrenos de invasão de propriedade pública ou privada. (2003, p. 15).

Para as classes populares, seu habitat na cidade é a periferia, como um espaço marcado pela ausência das condições necessária à qualidade de vida.

¹⁴ Para Moraes (2006), a segregação urbana pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência de cidadania, mesmo não sendo um fenômeno possível de mensuração.

Essas regiões revelam um isolamento que vai além da questão geográfica, sendo também social, político, econômico e cultural, afetando todas as dimensões da vida do cidadão. Os trabalhadores vão construindo, na cidade legal, uma cidade ilegal, contrariando os interesses especulativos. Para Moraes (2006, p. 184), “o sistema de periferação dessas cidades foi se constituindo segundo o modelo do efeito cascata, quanto mais pobre o trabalhador mais distante do centro urbano localiza-se o seu hábitat”. Tal realidade está presente também em outras cidades planejadas do Centro-Oeste como (Goiânia, Brasília e Palmas), explicita a autora.

O comércio de terras foi intenso nesse período e a classe dominante detentora da propriedade não perdeu tempo no sentido de acumular e obter lucro com esse processo, já que dentro da lógica capitalista a terra também é mercadoria. Muitos viram a possibilidade de ganhar dinheiro fazendo de suas propriedades reservas de valores. Foram muitas as reservas em torno da capital no argumento de que no futuro seriam utilizadas. Tais glebas tinham como finalidade favorecer a especulação imobiliária que consta do início da cidade, com concentração de terras nas mãos de alguns, enquanto que a maioria da população não tinha onde morar.

A capital foi construída pelos trabalhadores oriundos de várias regiões do Brasil, em busca de trabalho. Durante a construção, os operários viveram situações de extrema pobreza, como moradias precárias e pagamentos de salário sempre atrasados, sendo obrigados a construir moradias inadequadas e improvisadas do lado oposto do Córrego Botafogo, onde se erguia a cidade planejada. O mesmo não acontecia com os trabalhadores qualificados, que tinham todas as suas despesas assumidas pelo Estado, como ilustra Chaves (1985, p. 34):

O Estado, ao promover a formação da força de trabalho necessária ao capital industrial, representado pelas empresas de construção civil, reduzia os custos do transporte e da habitação. Viabilizava assim a existência de uma força de trabalho disponível, imobilizada e a um baixo custo de reprodução.

A construção de Goiânia contou inicialmente com 4.000 trabalhadores¹⁵ vivendo em condições precárias, com salários em forma de “vale” a ser compensado no final do mês, alojados em ranchos de capim ou em casas de madeira e

¹⁵ O Estado de Goiás atraiu imigrantes oriundos principalmente de Minas Gerais, que em 1940 chegam ao total de 45%, enquanto que 48% vieram dos estados do nordeste. Em 1950, a migração mineira cresce passando para 53% contra 38% de nordestinos. De qualquer forma, são estas duas regiões que fornecem mão-de-obra barata para a construção da capital.

trabalhando duramente para construir uma cidade que representava o dinamismo de um Estado em expansão, como explicita Estevam (1998). A população local estava mais ligada às atividades rurais e, para ocupar as vagas de trabalho, necessitaria ser qualificada. O fato de ela não ter a qualificação exigida em muitas frentes de trabalho contribuiu para seu processo de exclusão do mercado e forçou a busca de alternativas muitas vezes extremamente precárias.

Nesse sentido, a pobreza se avolumava e, com ela, outras questões iam surgindo decorrentes das condições de vida inadequadas: Salários insuficientes, moradias precárias e insalubres, ausência de saneamento e serviços de saúde, educação e outros. Em alguns casos, muitos deixavam para trás a família, o que tornava a vida muito solitária. Situações como estas ainda persistem nas áreas de posses urbanas de Goiânia como, por exemplo, a Vila Coronel Cosme. A população continua enfrentando problemas semelhantes aos da sua origem.

Para Estevam (1998, p. 112),

os grandes contingentes de operários da construção civil inauguraram no âmbito da nova capital, relações assalariadas tipicamente capitalistas, ou seja, marcadas pela exploração do capital sobre o trabalho. Como não poderia deixar de ocorrer mesmo que de forma incipiente, emergiram tensões típicas da disputa entre capital e trabalho.

Isso propiciou a exploração dos trabalhadores e, em muitos momentos, causou a indignação desse segmento, provocada por privações somadas aos trabalhos pesados na construção civil.

Essa realidade evidencia que os trabalhadores não passaram omissos diante da exploração imposta pelas relações de trabalho no processo da construção da nova capital. A indignação diante das precárias condições de vida resultou na organização dos trabalhadores que, entre 1935 e 1936, fizeram greve para protestar contra as situações de penúria em que viviam (ESTEVAM, 1998).

A construção da nova capital gesta em si o sonho da modernização do Estado, que trazia em seu bojo interesses políticos diversos da antiga oligarquia e dos novos líderes políticos, apoiados pelo governo de Getúlio Vargas, que despontavam, nesse processo, com a ideia sustentada pelo desejo de expansão econômica. O *atraso* era associado à velha capital, cidade de Goiás, e sua superação se dava via uma nova cidade moderna, principalmente para acolher o capital. A necessidade de expansão do capital está na gênese da construção de

Goiânia. Esse processo provocou uma ruptura entre as regiões sul e norte do Estado, essa última não incorporada à perspectiva do desenvolvimento capitalista da época, sendo integrada ao sistema com a criação da rodovia Belém-Brasília (BR-153) e do Estado do Tocantins.

Os anos 1970 marcaram a modernização no campo, o que provocou um esvaziamento da zona rural em Goiás e, com isso, a corrida para a zona urbana. Nesse período, começaram a surgir os primeiros conflitos acerca da organização espacial em Goiânia. A constituição das áreas de posses foi se dando processualmente, à medida que os trabalhadores iam chegando e construindo suas moradias em terrenos de propriedade pública e/ou privada. É um processo que marca a tensão e a resistência das famílias na luta pela garantia do direito à moradia como algo essencial para a vida humana.

Segundo Oliveira (2002 p. 60), a formação do espaço urbano em Goiânia obedeceu a três etapas: a primeira no período final do Estado Novo assumia a condição de o dono das terras e de sua política de comercialização. A segunda vai de 1947 a 1968, quando é criado o novo código de edificação para a cidade, momento em que começam a surgir os conjuntos habitacionais populares com o financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH). Entre os bairros criados a partir de 1964 com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) estão a Vila Redenção, Novo Horizonte, Vila União e outros, construídos na periferia da cidade criteriosamente planejadas. O terceiro período data da década de 1970, marcado pelo fortalecimento da indústria da construção civil, que contou com grandes recursos do SFH até o fechamento do BNH em 1987.

Para o referido autor, essa forma de parcelamento¹⁶ e de construção dos conjuntos habitacionais em áreas periféricas têm em si um caráter segregador, que provoca o confinamento das classes populares, obrigadas a morar distante do centro e em áreas onde os serviços públicos são precários, além de possuírem um uso limitado do espaço urbano. O fato de morar longe do centro acarreta inúmeras dificuldades de sobrevivência aos trabalhadores, porque geralmente está distante de

¹⁶ O parcelamento urbano de Goiânia esteve por muito tempo com o Estado, que controlava a ocupação. O parcelamento do solo urbano tem por finalidade precípua ordenar o espaço urbano destinado à habitação. Para tanto, *mister* se faz sua divisão ou redivisão, dentro dos ditames legais. A lei nº 6.766/79 consiste na subdivisão de gleba, situada em zonas determinadas do território municipal urbano, em lotes destinados à edificação. Seu parcelamento compreende dois tipos: Loteamento – tem necessidade de abertura, modificação ou ampliação de logradouros públicos na área; Desmembramento – aproveita o sistema viário existente (Oliveira: 2002).

seus locais de trabalho e do acesso a serviços sociais básicos como educação, saúde e possui insuficiência do transporte coletivo. O desenho urbano em si revela o tratamento dado às classes sociais.

Nesse mesmo período é intensificada a implantação de loteamentos clandestinos e o surgimento de novas áreas de posses, onde os posseiros traçavam estratégias políticas para ocupação dos terrenos ociosos. As ocupações surgiam com a organização em massa de sem-tetos que buscavam construir bairros como o Jardim Nova Esperança, Fim Social, Lajeado e outros. Os sem-tetos se organizam em associações de base e criavam entidades como a União das Invasões – UV (1980), que passa dar força política à luta pelo direito à moradia. Com o entendimento político de que quem ocupa não é invasor, os sem-tetos passam a partir de 1984 à denominar sua entidade de União dos Posseiros Urbanos – UPU, que posteriormente em 1987 foi transformada em Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros Urbanos – FEGIP (1987).

O traçado urbano das áreas de posse define-se como um sistema espontâneo de ruas estreitas ou becos e praças reduzidas, entre outras características de um bairro pobre, como é o caso do desenho urbano da Vila Coronel Cosme.

O sistema de ocupação urbana e/ou de loteamentos clandestinos não propiciou condições mínimas de habitabilidade a seus moradores. O Estado ignora o direito humano à Moradia quando se trata das classes populares. O mesmo não ocorre em áreas de interesse de especulação imobiliária, causando graves conflitos fundiários urbanos, como Vila Nova Esperança (1979), Parque Anhanguera (1982) e, recentemente, o caso da ocupação do Parque Oeste Industrial.

Nesse contexto, buscamos compreender o processo que deu origem à Vila Coronel Cosme, buscando as determinações que caracterizam o habitat da comunidade, a forma de viver e organizar-se da população, em especial dos jovens..

1.2 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA VILA CORONEL COSME

A Vila Coronel Cosme está localizada na região leste de Goiânia (figura 1), entre bairros urbanizados como Vila Nova, Bairro Feliz e áreas de posses tais como Vila Montecelli, Vila Fróis e Vila Viana, todas inseridas no mesmo contexto de espaços segregados.

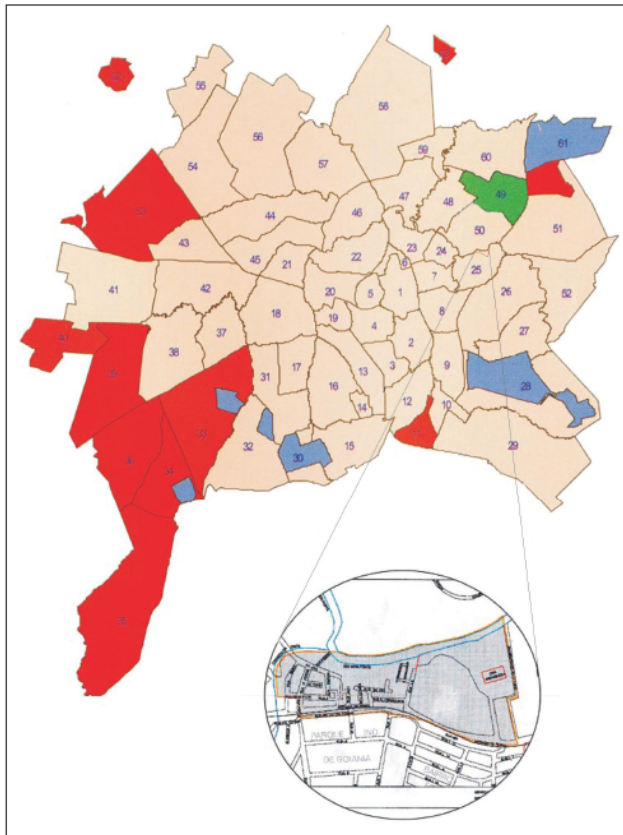


Figura 01: Localização da Vila Coronel Cosme em Goiânia-GO.
Fonte: Carvalho (2006).

A Vila Coronel Cosme apresenta um desenho irregular, explicitando a iniciativa da população na demarcação dos lotes e na construção das moradias. A área tem um declínio no sentido do Rio Meia-Ponte, já que está em sua margem. As ruas são muito estreitas, o que impede o trânsito de carros, permitindo apenas a passagem de pedestres, mas mesmo fora do padrão, a maioria delas possui asfalto. Não há saneamento básico, e muitas vezes as ruas servem também para escoar o esgoto que corre a céu aberto. A figura 02 mostra o esgoto brotando e escorrendo por uma das ruas do bairro, o que exala um odor que prejudica a saúde das famílias

que aí moram. É comum encontrar crianças correndo no esgoto. O fato é tolerado pelas famílias inclusive por acontecer em vários pontos da Vila.



Figura 02: Esgoto a céu aberto em uma das várias ruas da Vila Coronel Cosme.
Fonte: Autoria própria.

O lixo produzido pelas famílias fica acumulado próximo às residências, e a coleta não é feita porque o caminhão não passa pelas ruas. Na entrada da Vila existe um contêiner para a população depositar o lixo. A distância, no entanto, leva muita gente a construir outra opção: jogar o lixo no Rio Meia-Ponte, de acesso fácil.

A maioria das moradias é inadequada, construídas em alvenaria com resto de materiais de construção ou de madeirite doados por pessoas amigas. As famílias constroem suas casas em seu tempo livre, o que as fazem viver em residências inacabadas por longo tempo. Grande parte dos moradores não tem a documentação de suas casas, que já passaram por vários proprietários, pois geralmente a família compra o direito de outra família. A figura 03 é uma demonstração de como são muitas das habitações na Vila e de como não oferecem nenhum conforto ou segurança.



Figura 03: Situação das moradias da Vila Coronel Cosme.
Fonte: Autoria própria.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) existem, em Goiânia, 178 áreas de posses que abrigam 58.789 habitantes, representando 5,39% dos moradores da capital. Nesse contexto, a Vila é uma dessas 178 áreas caracterizadas pela precariedade de vida de sua população. A vila foi surgindo com a chegada dos moradores em busca de um lugar para morar com sua família. Em muitos casos para fugir do aluguel.

A ferrovia Centro Atlântica S/A é forte referência para os moradores. O acesso à Vila se dá através da Rua Coronel Cosme, que liga o setor à Avenida Independência, uma das principais vias de acesso à região central da cidade e ao Bairro Feliz, além de contornar as duas áreas que constituem a Vila, conforme ilustra a figura 04:

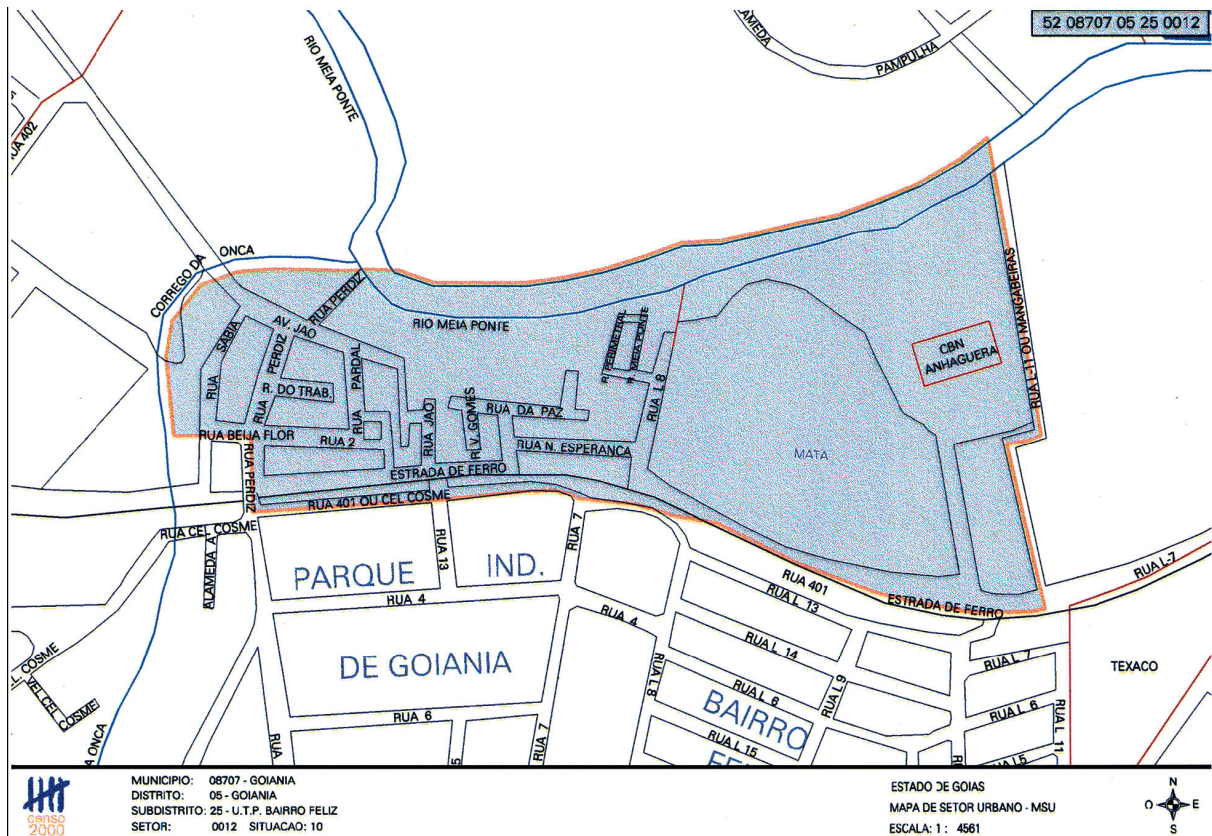


Figura 04: Mapa do setor censitário correspondente à área de posse da Vila Coronel Cosme¹⁷.
 Fonte: IBGE (2004) – Base de informações por setor censitário, CDRom.

A região leste da capital consta nos estudos referentes à construção da capital como a área onde aconteceram as primeiras ocupações, como o setor Universitário, a Vila Nova e outras. Inicialmente essas áreas de posses abrigavam os trabalhadores de baixa renda ligados à construção civil, de acordo com Moraes (2006). O Setor Vila Nova foi planejado e implantado para atender aos trabalhadores que construíram seus barracos às margens do Córrego Botafogo.

O traçado de grande maioria das ocupações urbanas revela a forma diferenciada como as classes sociais foram tratadas. A formação das posses urbanas é espontânea e vai acontecendo segundo as necessidades das famílias que ali estão. Os becos constituem espaço de encontro das pessoas, que são forçadas a se comunicarem, e, também, a acertarem suas diferenças. Segundo um jovem entrevistado, é nos becos que a violência acontece, inclusive provocada pela própria polícia, que constantemente percorre esses espaços.

A constituição do espaço urbano deve levar em consideração a participação dos moradores no espaço decisório de todas as questões que se referem à cidade,

dentro do princípio do exercício da democracia. O desenvolvimento econômico precisa prever o desenvolvimento social, que passa pela inclusão de todas as classes sociais que compõem a cidade. Há uma combinação entre a desurbanização e o destino da população trabalhadora. À medida que o espaço se urbaniza com a chegada da infraestrutura e dos serviços públicos, isso significa, conseqüentemente, a expulsão das famílias dessa comunidade para lugares cada vez mais distantes. O deslocamento da população para outras regiões ocasiona o efeito cascata referido por Moraes (2006). A melhoria dos bairros tem um preço que os trabalhadores não podem pagar.

O espaço urbano se reconfigura segundo os interesses antagônicos das diferentes classes, isso é, de um lado majestosas mansões nas áreas nobres da cidade e de outro, os precários barracos nas posses urbanas. O sistema capitalista determina as relações sociais presentes na cidade. Concentração e segregação são os dois lados de uma mesma moeda e permanecem na história da capital, contrariando seus idealizadores, que queriam uma cidade moderna livre de invasões, inchaço, miséria e conflitos de classe. Contar a história da capital significa contar a história da luta de classes e de seus interesses divergentes. A presença dos empobrecidos nesse processo é uma transgressão à ordem estabelecida e, em muitos momentos, é uma afronta à ordem social, rompendo com a participação consentida.

Nesse processo, o Estado demarca sua posição frente à *questão social* expressa pelas ocupações. À medida que novas ocupações surgem há um reforço na violência da intervenção estatal. Foi à duras penas que os trabalhadores conquistaram o direito de viver na capital, submetidos a tratamento desumano e vexatório, desvinculados de qualquer perspectiva de direito. A condição de posseiros revela, em si, o nível de violação e a forma arbitrária com que o Estado trata essa questão. A presença dos operários forja um novo desenho do espaço urbano.

As experiências das áreas de posse em Goiânia unificam aos grupos, de certa forma, devido à similaridade nas situações. São muitos os aspectos em comum, como a carência, o ambiente insalubre das posses, a ausência de serviços sociais básicos, entre outros. O apoio de entidades, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT (1983), a Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975), os

¹⁷ Imagem extraída da dissertação de mestrado de Carvalho (2006). Para uma melhor compreensão do assunto, ver: Moraes, Barbosa e Cabannes (2006).

partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT (1980) e o Partido Comunista do Brasil – PC do B (1922), a luta pela moradia foi de grande relevância, já que a ditadura ora vigente obrigava as camadas populares ao silêncio, garantido mediante a violência física. Nesse contexto, há a união e o fortalecimento dos grupos populares a partir da percepção das relações presentes na sociedade capitalista. Ancorados no direito à moradia, os moradores começaram a compreender que sua luta é legítima, o Estado tem o dever de responder positivamente às suas demandas e que este somente reage sob a pressão de grupos sociais organizados.

Os agentes sociais¹⁸ procuraram criar, em sua ação, meios para elevar a consciência dos posseiros sobre sua situação, fortalecido pela presença efetiva das lideranças populares. A adesão da população à proposta da organização coletiva deveu-se ao trabalho educativo realizado, tendo como preocupação a participação dos moradores no exercício de um direito, da cidadania e do compromisso para com a classe trabalhadora.

O tempo das ocupações coletivas é caracterizado pela mudança da lógica, que altera o uso do solo na cidade, resultado da organização que despertou os moradores para a luta em torno de suas demandas por moradia, equipamentos sociais, infraestrutura básica, trabalho mais bem remunerado, entre outras reivindicações. A coragem e a ousadia dos moradores os levaram a organizar novas ocupações e a não recuarem mesmo diante da coerção do Estado.

As condições sociais de vida forçavam a população à luta organizada para ter garantido o direito à moradia, diante da precariedade e dos riscos decorrentes de uma vida marcada pela miséria. Essa realidade de pobreza não tira da população a disposição de lutar. O sonho de ter onde morar supera todas as dificuldades e ameaças imposta pelo Estado.

A expansão capitalista determina os lugares sociais na cidade, e o lugar destinado às classes populares é o espaço segregado da capital, espaço permitido socialmente e reconhecido pela precariedade de suas instalações e distanciamento do centro. As diferentes lutas populares travadas nesse território pela garantia do

¹⁸ Esses agentes sociais (militantes de pastorais) são que atuam junto da população apoiando e fortalecendo sua luta pela moradia pode ser entendido a partir do Gramsci. Chama-se de intelectual orgânico presente nos grupos sociais. “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo

direito ao espaço reconfiguram o desenho espacial em Goiânia. A segregação social e espacial é a forma como o Estado organiza e concebe a política pública de moradia para a população empobrecida da cidade.

1.2.1 A segregação urbana e a violência social

O tema segregação urbana, explorado por vários autores, como Chaves (1985), Oliveira (2002) Moysés (2004) e Moraes (2006), é compreendido como uma política de Estado para atender às classes populares. A política da segregação se contrapõe à política do planejamento urbano, ambas presente na história da capital. Segundo Oliveira (2002), o caráter segregador impõe a condição de confinamento dos grupos de baixa renda em loteamentos distantes do centro da cidade, revelando a opção política do Estado.

A vida nos espaços segregados tem estreita relação com a violência, principalmente nos grandes centros, apresentando, para a juventude, inúmeros significados, como o de viver em circuito de violência imposto, na maioria das vezes, pelos agentes do Estado. A ausência de espaços para lazer é outro elemento a ser considerado, porque os impede de uma convivência comum o que traz grandes prejuízos a sua formação. As famílias têm reduzidas suas possibilidades de uma vida digna, garantida mediante os direitos assegurados pelo Estado, como educação, trabalho, lazer, transporte e outros.

A segregação impõe aos jovens um estilo de vida que se contrapõe aos seus anseios e perspectivas de buscar interação com outros grupos. Nesse contexto, o Estado apresenta uma contradição, que ora aparece como protetor, ora como repressor. A postura do Estado diante das invasões/ocupações é historicamente de convivência com a acumulação capitalista, como pode ser percebido a seguir:

Estas atitudes do Estado em relação às invasões mostram que, no momento em que os acampamentos/invasões começam a colocar em risco a organização do espaço nos moldes propostos e determinados por ele [do Estado], sobrevém a intervenção regulamentadora. Ao fazê-lo ele regulariza a materialização da sociedade no espaço e se ela está dividida em classe, o

orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político“.

espaço vai expressar essa mesma divisão. E mais, ao regularizar a divisão do espaço o Estado assume o papel de protetor contraditório com o papel de repressor que desvenda quando desmantela as invasões. Essas duas facetas do Estado respondem à mesma lógica, que é a criar as condições necessárias para viabilizar o processo de acumulação do capital. (CHAVES, 1985, p. 37-38)

A vida nos espaços segregados é pressionada pelas estruturas sociais e políticas que, nesse contexto, adquirem diferentes significados. Por um lado, significa ter uma vida marcada pela carência, já que não é interesse do Estado investir em políticas públicas. Por outro, é não ter garantia de permanência nesse espaço, que em muitos casos é seu até atrair interesses imobiliários. A segregação impõe limites à convivência social, impedindo o livre acesso da população a outras regiões da cidade. Manter a população confinada em lugares sem urbanização constitui-se uma violência institucional. É uma estratégia capitalista de valorização dos espaços vazios que existe com o objetivo de especular.

A constatação é de que os espaços segregados nas cidades em geral foram formados tendo como referência a própria ação do Estado cuja intenção do Estado é preservar os interesses do capital e, na contramão dessa lógica, deliberadamente promove a exclusão social, ou seja, a segregação. O viver em condições humanas inadequadas é algo imposto aos trabalhadores e se caracteriza por uma situação de penúria e escassez às quais são submetidas as famílias empobrecidas. Assim, é algo corriqueiro a violação do direito à moradia e outros direitos inerentes à cidadania mediante o princípio de uma vida digna. A segregação tem relação com as condições sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira.

O desenvolvimento da cidade de Goiânia sob o modo de produção capitalista evidencia, historicamente, as desigualdades sociais. O fato de submeter uma parcela significativa da população às situações de miserabilidade revela os limites de um planejamento urbano que desconsiderou os trabalhadores ou menosprezou a capacidade organizativa dessa classe. É a presença dos trabalhadores e de suas reivindicações que rompeu com a ideia de cidade harmoniosa e colocou nesse cenário os conflitos da relação capital e trabalho. A legitimidade da luta dos trabalhadores se dá com o objetivo de permanecer em um espaço que não foi desenhado para eles e que não está organizado de acordo com seus interesses e demandas de sobrevivência.

A segregação espacial e social é inerente ao modelo capitalista de desenvolvimento. A lógica do capital é de natureza excludente. Desde o início, na década de 1930, quando se pensou na transferência da capital para Goiânia, houve interesse dos proprietários de terras da região de Campinas, já que a construção da nova capital os beneficiaria. Venderam e doaram terras, reservando para si uma parte da sua fazenda que no futuro lhes renderia muitos lucros. A participação do Estado acontece de forma direta, adquirindo terras e futuramente delegando a administração destas ao setor imobiliário. A intervenção do Estado privilegiou os proprietários de terras, que foram influenciados pela ideia da expansão capitalista. O interesse social ficou renegado e, conseqüentemente, os prejuízos decorrentes dessa opção para os trabalhadores foram inúmeros.

Moraes (2003, p. 178) chama a atenção para a situação dos trabalhadores durante o processo da construção de Goiânia:

Contraditoriamente, os trabalhadores que participaram da construção de cidades foram obrigados a construir seu habitat fora do espaço planejado, [...] as terras urbanas das novas cidades transformou-se numa mercadoria que não atende ao interesse social de sua população.

Com o interesse social deixado de lado pelo Estado, a população empobrecida ficou refém da fúria do capital. Nesse sentido, procuram áreas ainda não valorizadas e que, portanto, não despertaram o interesse do mercado imobiliário, fortalecendo a ideia de que construiram a cidade para os outros. Durante todo este estudo buscou mostrar o estreito vínculo entre os interesses capitalistas e o Estado, revelando a forma como isso afeta a população empobrecida. Deixar a população à mercê dos interesses capitalistas é retirar dela as condições de sobrevivência. A exigência de acumulação está na contramão dos interesses dos trabalhadores, que desejam bens e serviços sob a responsabilidade do Estado.

Segundo Moraes (2003), a segregação é caracterizada em uma área urbana sem infraestrutura adequada e com ausência dos equipamentos sociais necessários à qualidade de vida da população. Nesse sentido, pode ser inclusive uma área central, como é o caso da Vila Coronel Cosme, que apesar da proximidade do centro padece de várias necessidades. A segregação é uma forma de cercear a liberdade do cidadão através de uma política de controle exercida pelo Estado. Na perspectiva dos trabalhadores, é tirar deles a capacidade de organização. À medida que o

Estado amontoa inúmeras famílias com origens diferentes em um mesmo espaço, leva um tempo para que estas se mobilizem em torno de lutas comuns. A população se relaciona com a cidade planejada apropriando-se dos equipamentos sociais instalados, como escolas, unidades de saúde, entre outros, localizados em locais de difícil acesso para a população marginalizada.

Considerando que a segregação tem como característica a ausência da proteção social, pode-se afirmar que os espaços com pouca urbanização são, por natureza, uma negação da cidadania, reproduzindo as determinações da relação capital-trabalho. Os trabalhadores vivem uma somatória de lutas, primeiramente para garantir um espaço para construir a sua moradia, o que acontece de forma violenta na maioria das vezes. Em um segundo momento, essa luta é pelas melhorias necessárias, como asfalto, água tratada, energia, escolas, postos de saúde, entre outros. São conquistas do dia a dia que exigem organização por parte dos trabalhadores.

Para Moraes (2003), a urbanização é fundamentalmente um fenômeno econômico e daí advém o privilégio da burguesia em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, a cidade é uma nova possibilidade de enriquecimento que elimina quem não tem poder econômico e político. A luta por moradia na cidade de Goiânia faz parte da história da construção da capital. Os trabalhadores inicialmente foram chamados de invasores, de aqueles que se apropriaram de algo que não lhes pertence, que estão em um lugar que não deveriam, que são indesejados, segundo os interesses do capital imobiliário. A identidade de invasor traz em si todo o preconceito instalado sobre os trabalhadores, o que posteriormente caracterizou-se como atividade criminosa. O sagrado direito de propriedade está acima da função social da propriedade, do direito à vida e, por isso, a defesa é da propriedade em detrimento das demandas dos trabalhadores.

Assim, a luta pelo direito à moradia, a violência é algo que perpassa todo o processo de organização e luta, estabelecendo uma correlação de forças entre capital e trabalho. Para manter o controle da situação, o Estado implementa todo tipo de violência mediante pressão, ameaça, expulsão, despejo e coerção. Os ranços históricos de autoritarismo e protecionismo presentes nos latifundiários continuam na forma de administrar também as questões urbanas. Os vazios urbanos tornam-se um atrativo para os trabalhadores, que precisam encontrar um lugar para

morar. Nesse sentido, ocupar o espaço público ou privado passa a ser uma estratégia política dos trabalhadores sem teto e daí decorrem inúmeras violências.

A posse urbana não é opção dos trabalhadores, é condição imposta pelo capital. À medida que o Estado promove uma desocupação, ele não destrói apenas a moradia do trabalhador, mas também as relações de vizinhança e suas condições de trabalho, desagregando-o de seu estilo de vida. Os moradores da Vila Coronel Cosme convivem o tempo todo com a ameaça da desocupação, um processo indefinido que viola os direitos humanos e não se sabe quando nem como começou. A respeito disso, afirma uma moradora: *“minha vida é aqui, meus filhos estão na creche, trabalho como doméstica em residência próxima, faço acompanhamento médico no posto, mudar daqui é perder tudo isso”*.

A resistência não é apenas para não perder a moradia, é para não perder as condições de vida, os laços conseguidos com muito sacrifício. Os moradores não têm a tranquilidade que tanto buscam, como a segurança de ter o documento do seu lote. O direito de posse muitas vezes não é nenhuma garantia. O trabalhador é forçado a conviver com a instabilidade decorrente da moradia incerta. A posse é o não lugar, expressa a contradição capital *versus* trabalho e a incapacidade dos gestores públicos de administrarem essa contradição, com uma política de direitos sem o favorecimento do capital que transforma o espaço urbano em uma mercadoria.

O mito da cidade planejada se contrapõe às mazelas sociais configuradas no processo de construção da capital, que oculta e revela as relações capitalistas imbricadas na definição e destinação do espaço urbano. Em muitas periferias de Goiânia a população se ocupou de construir toda a infraestrutura, limpando a área, abrindo ruas, demarcando lotes, assentando famílias, construindo barracos. O problema habitacional em Goiânia está na gênese de uma cidade pensada inicialmente para 50 mil pessoas (MORAES, 2003). A resposta do Estado ao estrangulamento urbano sempre foi a repressão e a omissão.

O espaço urbano é onde os trabalhadores imprimem seu estilo de vida. A miséria convive com a criatividade para organizar o espaço. Nas periferias, prevalece o espírito de vizinhança e cooperação entre as famílias, a forma como se expressam através da cultura, da crença, das festas e celebrações, além da forma como se comovem com os sofrimentos decorrentes das privações por que passam no cotidiano. As condições desfavoráveis não eliminam a solidariedade social

presente nas relações. A partir da imposição capitalista os trabalhadores recriam o espaço urbano “o Estado constrói a habitação popular fora do espaço urbanizado, reforçando a tese da autora de que o urbanismo moderno não está ao alcance da população de menor poder aquisitivo” (Moraes, 2006, p. 186).

Para Kowarick (1979, p. 59), a espoliação urbana

é uma somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresenta como socialmente necessário em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

Segundo o referido autor, (1979) os problemas habitacionais estão interligados por dois processos. O primeiro refere-se às condições de trabalho, principalmente o processo de pauperização absoluta e relativa a que estão sujeitos os trabalhadores. O segundo é a espoliação urbana, que precisa ser compreendida dentro do movimento contraditório da acumulação do capital. O contexto social urbano destitui os trabalhadores das condições necessárias a uma moradia digna, compreendendo-a como “aquela localizada em terreno legalizado e urbanizado, com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população, que deve estar abrangido em programas gerados de trabalho e renda” (MORAES, 2003, p. 27).

O processo de espoliação urbana que provoca o empobrecimento coletivo da população trabalhadora é eficiente porque conta com a força do Estado, que mantém a ordem social e disponibiliza recursos para a acumulação do capital, mesmo que o preço seja a pobreza absoluta da maioria da população. Para controlar as desigualdades resultantes desse processo, a forma encontrada pelo Estado é a violência, implementada mediante poder de coerção e repressão após esgotada o convencimento.

O mercado imobiliário não pode responder à demanda de moradia dos trabalhadores porque não consegue pensar em nada que não esteja vinculado ao lucro, o que também não é sua função, mas sim do Estado. O trabalhador não dispõe de renda para adquirir moradias construídas pelo setor imobiliário. A opção do aluguel constitui um dos maiores dramas das camadas populares porque consome a maior parte do seu orçamento. A área de posse torna-se a condição mais viável para responder à moradia dos trabalhadores.

A vida nos espaços urbanos segregados está exposta a todas as formas de violência, comprometendo a cidadania. Segundo Kowarick (1979, p. 92) “o fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois lhe retira a possibilidade do exercício de uma defesa que se processa em torno da questão da moradia“. Considerado como ocupante do espaço alheio, o ilegal, se submetido ao aparato da lei, tem o direito de ser expulso e destituído de sua moradia na cidade. O fato do Estado não garantir-lhe o direito de posse é uma forma de colocá-los reféns dos desmandos do capital. O contexto da segregação provoca no trabalhador o que Kowarick (1979, p. 92) chama de “consciência de proibição”, resultado da situação de ilegalidade que deixa o sentimento de ser uma pessoa sem direitos e sem formas de acessá-los:

a condição de favelado representa uma vulnerabilidade que o atinge não apenas enquanto morador: atinge-o também no cerne dos seus direitos civis, pois mais fácil e, frequentemente, pode ser confundido com “malandros, ou “maloqueiros”, que constituem objeto especial da ação policial. [...] muitos são confundidos o que faz com que, mesmo aqueles que não tenham passado por esta experiência, interiorize a iminência do perigo.

Nesse aspecto, a violência não pode ser considerada apenas como agressão física, ela apresenta outras dimensões, como emocional, social e psicológica, que afetam a vida da população. Nesse aspecto, concordamos com Velho (p. 11) que apresenta uma compreensão ampla do fenômeno violência:

A vida social em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina, no sentido comum, de violência [sic], isto é, o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. Violência [sic] não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma idéia de poder [sic], quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro.

Nesse sentido, os jovens da Vila Coronel Cosme que entrevistamos tem uma compreensão da violência como agressão física. Para Carolina (21 anos), violência “*é desastre, guerra, destruição, estupro, pessoas que não se entende e nem respeita os outros... apanhei pela última vez com 18 anos. Na semana passada quase fui estuprada, minha patroa não acreditou e me despediu*” (chora). A forma como a jovem reagiu a todas essas violências foi perdoar, afirmando não ter ressentimento e declarando que isso “*faz parte dos ensinamentos da vida*”.

A violência doméstica é algo natural e que faz parte do processo educativo das famílias. Dos 20 jovens entrevistados, todos afirmaram já haver apanhado, ficado de castigo, fatos que consideram necessário. 35% dos jovens disseram que essas correções são normais, que aprenderam a ser uma pessoa melhor, a não fazer nada de errado. 65% consideram os castigos como violência, porém os acham necessários.

São muitas as formas de violência presentes nas áreas de posses, a começar pelo aspecto físico do bairro, pelas moradias inadequadas e não legalizadas, pelas ruas que não permitem o trânsito de carros, pela ausência de saneamento básico e da coleta de lixo, pela presença do tráfico de drogas e da ação da polícia, entre outros. Esse quadro caracteriza a realidade da Vila Coronel Cosme e de tantas outras posses urbanas de Goiânia. Diante desse cenário, a população procura formas de permanecer no espaço mediante a organização popular e das famílias.

A resistência não é apenas para não perder a moradia, mas para não perder as condições de vida conseguidas como muito sacrifício. Os moradores não têm a tranquilidade que tanto buscam, como a segurança de ter o documento do seu lote. O direito de posse muitas vezes não é nenhuma garantia, já o Estado não o considera por ocasião dos despejos. O trabalhador é forçado a conviver com uma instabilidade decorrente da moradia incerta.

A ação violenta da polícia nas áreas de posse em geral é uma constância, sendo foco das batidas policiais devido à concepção de que a posse urbana é lugar de bandido. Pelo caráter dado à desordem advém da ideia de que aquelas pessoas não podem conviver com pessoas “civilizadas”, por isso, é preciso mantê-los longe dos bairros nobres, como forma de garantir a paz e a tranquilidade de quem tem bens. Morar na posse passa a ser sinônimo de comportamento duvidoso pois o senso comum atribui a elas através do preconceito com um lugar que abriga mendigos, delinquentes, prostitutas, criando um estigma em torno dos moradores, em geral considerados todos nas mesmas condições.

Os jovens que moram na posse urbana são as principais vítimas dessa discriminação que atrai a violência policial. Seu perfil inspira desconfiança. Segundo moradores da Vila Coronel Cosme, a violência policial contra os jovens é, nesse bairro, uma rotina. Nas entrevistas realizadas com os jovens do bairro, a maioria já presenciou, presencialmente, algum tipo de violência com alguma pessoa próxima e possuem consciência de que esta afeta a vida da comunidade.

A tabela 1 apresenta o percentual de entrevistados que atribuem a violência existente no bairro à ação policial e a outros fatores. 57,9% dos entrevistados consideram a polícia como a principal responsável pela violência. Entre os fatores que também contribuem para a violência no bairro estão as bebidas alcoólicas e os desentendimentos provocados pelas relações familiares e sociais.

Tabela 01: Percentual de entrevistados que atribuem a violência praticada no bairro à ação policial e a outros fatores

Quem	Jovens	%
Polícia	11	57,9%
Outras pessoas	8	42,1%
Total	20	100%

Fonte: dados obtidos pela pesquisa de campo realizada em junho de 2008.

É grande o estigma contra os moradores de área de posse, principalmente quando estão à procura de trabalho. Esta é uma das principais queixas dos jovens que estão desempregados, pois revelar onde moram significa perder oportunidades até mesmo quando a procura é por trabalho doméstico. “o olhar da cidade sobre a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública” (KOWARICK, 1979, p. 93). A concepção de pessoas perigosas está estritamente ligada à pobreza e à forma de enfrentamento e significa segregá-las por ameaçar a segurança social, pois tornam o espaço urbano feio e sujo, ferindo os interesses especulativos.

A posse urbana parece ser o destino dos trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho; é uma condição de sobrevivência na cidade, que revela o processo de empobrecimento da população submetida à lógica do capital. Portanto, é o lugar dos despossuídos, das vítimas do sistema capitalista. É resultado do processo de exploração e espoliação que achata o salário do trabalhador, e este, por sua vez, não consegue custear as despesas básicas, entre elas o aluguel de um espaço. Nesse sentido, a posse é sua única alternativa para permanecer na cidade. Esses moradores são, em sua maioria, os excluídos do processo produtivo.

A posse, nesse contexto, torna-se um campo fértil à violência, tecida por uma rede que possui vários elementos. Nessa rede, o cidadão ocupa o não lugar, como nos mostra Sampaio (2007, p. 9):

na cidade, onde teve que ir com a família, era provocação de tudo o que era lado. Resistiu a todas. Morar em barraco. Depois perder o barraco que estava onde não deveria estar. Ir para um barraco pior. Ficou firme. Queria um emprego, só conseguiu um subemprego. Queria casar, consegui uma submulher. Tiveram subfilhos. Subnutridos. Para conseguir ajuda, só entrando na fila. E a ajuda não ajudava. "Estavam lhe provocando" afirma.

1.3 A CIDADE E OS JOVENS

A relevância do presente estudo está na possibilidade de compreender as formas adotadas pelos jovens empobrecidos oriundos da classe trabalhadora. Esses têm como referência de moradia os espaços urbanos das periferias, um lugar heterogêneo que guarda possibilidades e, ao mesmo tempo, se constitui em uma armadilha, na realidade para essas famílias, que convivem com a ausência de políticas públicas, segregados em um espaço que não oferece condições de vida adequadas ao seu pleno desenvolvimento.

As demandas da juventude estão, atualmente, em pauta e se tornam a bandeira de luta das diferentes organizações juvenis. Um fato que chama a atenção em relação aos jovens moradores das áreas de posses é o contexto de violência no qual eles estão inseridos. São, por natureza, espaços estigmatizados, que representam uma barreira para o acesso a bens e serviços e os submetem a uma lógica de dominação imposta pelo capital. Morar nesse espaço significa ter menos oportunidades no mercado de trabalho e sofrer preconceitos por causa do endereço. Assim, a ociosidade torna-se um aspecto presente devido às frustrantes buscas por ocupação, o que provoca constantes conflitos familiares. Na Vila Coronel Cosme a cobrança por parte dos pais aos filhos é muito grande, haja vista a necessidade de contribuir com o orçamento doméstico.

Os jovens são pressionados por várias situações, entre elas a de pertencerem a uma família que não dispõe de recursos para garantir seu tempo de formação. Desde muito cedo, começam a seguir as trajetórias de seus pais com trabalhos precários, tem baixa escolarização, ausência de segurança, moradia inadequada, convivência com a violação dos direitos sociais, entre outras necessidades. A segregação afeta a realidade da juventude, que fica à mercê de um conjunto de fatores que a impedem de construir seu projeto de vida.

Como citado anteriormente, a maioria das posses urbanas é constituída de maneira improvisada, sem planejamento e, portanto, os espaços públicos, como praças e áreas de lazer, são reduzidos. Isso diminui significativamente as oportunidades de socialização dos jovens trabalhadores, pois é como se existisse uma cerca invisível que os prende a esses bairros, dificultando seu acesso ao centro da cidade e ao mercado de trabalho. A escolarização encontra-se em segundo plano, mesmo que se reconheça sua importância e se atrele isso à melhoria das condições de vida. A segregação provoca o isolamento e dificulta o convívio entre os jovens, fundado no preconceito de classe e caracterizado na reserva de espaços sociais destinados a outra classe social.

Os reconhecidos espaços de socialização como escola, família e trabalho estão a cada dia mais distantes da realidade da juventude. A demanda por educação cresce entre os jovens empobrecidos, mas a dificuldade de permanecer na escola é um dado real, sendo um desafio diante da necessidade de combinar trabalho e estudo, o que provoca muito cansaço. A escola não é apenas um espaço para aprender, adquirir um conhecimento e diploma, é também um espaço de encontro e de para troca de experiências. É o lugar de constituir relações, perceber o outro. Segundo Sposito apud Gomes (1997, p. 57),

os jovens que conseguiram permanecer na escola [...] exprime sua insatisfação ante a educação a que tem acesso: ocorre um processo de desfeticização do saber escolar. Quanto mais longo é o processo escolar maior é a crítica [...] manifesta-se uma forma de desencanto, de descrédito diante do conjunto de expectativa que produziram a vontade de acesso à educação.

As escolas das áreas de posses são marcadas pelo sucateamento das instalações, geralmente muito precárias. Não contam com infraestrutura adequada e carecem de material didático e pedagógico. Os educadores, em parte, são bastante desmotivados pelos péssimos salários e pela falta de metodologia para lidar com os jovens, que muitas vezes reproduzem no espaço da escola situações advindas das famílias ou de outros espaços de convivência. Em muitos casos, a escola promove sua expulsão sutil, o que dificulta qualquer tentativa de volta; ela deixa de assumir seu papel no processo de socialização, construindo outra referência, fundada no nível da participação forçada.

O histórico das famílias também é de abandono, constante repetência e pouca conclusão dos estudos. O que se discute na escola nada tem a ver com a realidade dos jovens que necessitam de outros saberes para sua vida. Nesse contexto, é comum seguirem a mesma trajetória de seus pais e avós, casarem muito cedo, terem filhos e, com isso, abandonar qualquer proposta de formação, que se torna secundária diante da demanda por sobrevivência.

A falta de equipamentos sociais no bairro afeta aos jovens, que buscam outros espaços de socialização. A ausência desses espaços acarreta um marasmo, uma perda de sentido. A alternativa que esses grupos encontram é criar e recriar formas de lazer. A forma como o seu bairro está organizado é uma afronta à cidadania, pois são forçados a conviver com a falta de perspectiva em relação a um futuro nada promissor. A frustração é algo que lhes acompanha e se manifesta em sua realidade de vida, decorrente da busca pelo trabalho que não é seu, porque não reúnem os critérios exigidos de qualificação, tampouco possuem local de residência e perfil compatível aos padrões de mercado.

A forma de socialização dos jovens trabalhadores que muito cedo ocupam formas precarizadas de trabalho e dos jovens burgueses acontece de maneira bem diferente. A burguesia oferece aos seus filhos um longo período de preparação para a vida profissional, com seus acesso às melhores escolas, livros, internet, cursos complementares e outras condições. De acordo com Pochmann (2004, p. 231),

constata-se que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social, [...] ao ingressar no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade ocupando vagas de menor remuneração.

Já a precariedade da rede de serviços oferecidos aos jovens dos espaços segregados impossibilita a socialização. O lugar é o não lugar, sendo uma presença forçada, submetida a condições de completa negação de sua cidadania. Os serviços básicos da comunidade, em sua maioria, sequer preparam esses jovens nos elementos básicos necessário a vida. Assim, acabam improvisando formas de lazer como as famosas peladinhas que acontecem no meio da rua. A atenção às necessidades da juventude constitui-se em um desafio.

Os fatores elencados anteriormente interferem na condição de ser do jovem morador de periferia, no entanto, a violência está entre os principais temores dessa

parcela da população principalmente nas grandes cidades. O medo da morte prematura assola o dia a dia e os coloca em situação de extrema vulnerabilidade. A violência policial é uma rotina nas periferias urbanas e se dá por motivos banais.

A ação violenta da polícia nas periferias é algo corriqueiro e acontece em pleno dia sob o olhar das pessoas da comunidade. O argumento é o de sempre: o combate a bandidagem que tem seu lócus privilegiado nas periferias. Dos vinte jovens entrevistados na Vila Coronel Cosme para esta pesquisa, todos fizeram referência à violência policial e à sua prática de extorsão. As primeiras pessoas abordadas em qualquer batida policial são, preferencialmente, eles. As denúncias contra os policiais praticamente inexistem, pois os jovens alegam não acreditar nessas instâncias.

A Vila Coronel Cosme cotidianamente passa por situações como estas. A presença da polícia nesse espaço é constante, e mesmo quem nunca foi abordado sabe que pode ser uma vítima em potencial. Esse cenário provoca certo encolhimento das famílias, que passam a viver em seu mundo, procurando nunca se envolver em confusão de qualquer tipo. Durante o tempo em que se permaneceu nesse espaço, foram presenciadas algumas abordagens violentas e pessoas sendo levadas presas sob a alegação de envolvimento com drogas. Nesse período, uma moradora faz uma defesa tímida dos jovens, dizendo que *“não são os jovens que provocam a violência, quem pratica violência aqui é a polícia”*. A entrevistada se queixa que sua família não a visita mais porque em uma das visitas foi abordada pela polícia, que bateu em todo mundo.

Os jovens que participaram das entrevistas se revelaram, no primeiro momento, muito tímidos e arredios. Falar de sua vida parecia um desafio. Referem-se ao cotidiano como algo árido e com pouco significado, reconhecem que as possibilidades de alterar essa realidade estão distantes. A falta de apoio é referência para seus projetos e leva-os à descrença e à percepção de um futuro incerto.

A posse urbana não é apenas uma questão geográfica. O contexto da periferia impõe condições que determina a forma de viver para os jovens e adultos. À medida que os destitui das possibilidades de proteção social, automaticamente os obriga a buscarem uma alternativa que muitas vezes está vinculada ao tráfico, do qual passam a ser reféns. A ideia é de proteção para si e para sua família diante da incerteza da sobrevivência e da garantia de sua vida. A violência decorre do

abandono dos jovens, privados do direito de acessar bens e serviços, que os leva a aderir às propostas ilícitas que podem resultar no fim da sua vida.

Segundo Leite (2008, p. 2)

o preconceito de agentes policiais, educacionais e de outros profissionais que deveriam ser os defensores desses jovens, o abandono e a violência familiar, a violência policial e da sociedade que muitas enfrentam cotidianamente tem levado essa juventude, além de transgredir, a se filiar às chamadas “facções criminais”.

Para compreender o universo dos jovens é fundamental entender o espaço em que eles vivem e convivem e a qual classe social estão vinculados. Nesse sentido, afirma-se que as condições de vida na posse estão na contramão do que propõe a cidadania, destituindo a população dos direitos constitucionalmente assegurados. No lugar do direito ocorrem os mecanismos de repressão, numa tentativa de controlar a ação dos empobrecidos diante da remota ameaça à ordem do capital. Compreender a posse urbana é revelar os desmandos do capital e a omissão do Estado, que teima em abandonar a ditadura e se fortalecer com a democracia já inscrita na Constituição Federal pela organização dos movimentos sociais, historicamente vinculados à luta dos trabalhadores.

O caráter genérico da vida na área de posse refere-se a todos os moradores. Tem origem na sua condição de classe social que conta apenas com a força de trabalho e que estão à margem do desenvolvimento econômico e das decisões políticas inerentes à criação da cidade. Em se tratando dos jovens, qual a particularidade? Em que esse cotidiano impregnado pela ausência da cidadania sinaliza de específico a esse público?

A resposta para essas questões pode ser uma incógnita. O certo é que sobre a juventude pesa a idéia de ser responsável pelo futuro, que no imaginário da maioria das pessoas deve ser melhor do que o hoje. A mudança deve acontecer pela atuação dos jovens, que tem como “combustível” a rebeldia e o inconformismo com as situações sociais injustas. A essa população delega-se a transformação social. A família diz que quer uma vida diferente para seus filhos, mesmo não sabendo o que fazer para viabilizar essa vida.

A particularidade no caso dos jovens deve-se ao fato de as mazelas conjunturais repercutirem no seu projeto de vida em construção. Na medida em que a escola não responde a sua necessidade de formação, os programas sociais não

contemplam suas demandas eles não possuem a qualificação exigida pelo seletivo mercado de trabalho, tendo de conviver o tempo todo com as carências de sua família. Isso os fragiliza para enfrentarem as condições desfavoráveis ao chamado futuro promissor.

A ausência do Estado enquanto instância garantidora de direitos dá lugar à instalação de um estado marginal, que tem os jovens como potencial integrante de seus projetos. A ausência do Estado é a ausência de políticas públicas de atenção à juventude, que poderiam possibilitar a esses jovens trabalhadores garantias sociais básicas destinadas a prepará-los para a vida adulta. Pertencer ao tráfico passa a ser a única opção de renda, pois não exige qualificação, e geralmente quem os introduz nesse universo é alguém de suas relações. Além da possibilidade de renda, os jovens passam a ter proteção para si e para sua família, tendo uma garantia de segurança.

A fase de preparação para o mundo adulto não é algo previsto para os trabalhadores iniciantes. Desde cedo eles começam a assumir pequenas atividades domésticas, como cuidar dos irmãos e da casa enquanto os pais fazem bicos para garantir a sobrevivência das famílias. A inserção precoce no mundo do trabalho informal leva-os a assumirem postos de trabalho similares aos de seus pais. O tempo de estudo se resume ao período em que estão em sala de aula, pois não dispõem de tempo para estudar porque precisam trabalhar.

Conforme dito anteriormente, para compreender o lugar dos jovens dentro dos espaços segregados e periféricos da cidade é preciso situá-los dentro da classe social a qual se vinculam, buscando entender o contexto determinado pela relação capital *versus* trabalho, que traz sérias consequências para os trabalhadores. A periferia representa o esforço dos trabalhadores para pertencer à cidade e a segregação é a forma como o Estado responde, aos trabalhadores no espaço urbano. Os jovens, entendidos muitas vezes como baderneiros ou perturbadores da ordem, precisam ser controlados e impedidos de afrontar o poder que se assenta no centro da cidade, destinado a outra classe social.

No geral, a população goianiense é bastante jovem, sendo que 31,4% dos habitantes têm menos de 14 anos e 30% têm entre 15 e 29 anos¹⁹. A cidade apresenta espaços variados para a juventude, principalmente em se tratando de

¹⁹ Dados retirados do Relatório da 1ª fase da pesquisa – Políticas públicas de juventude, na região metropolitana de Goiânia, com o título de "Juventude, Escolarização e Poder Local", (Canesin:2005).

lazer. Para exercer o protagonismo juvenil na cidade, os jovens contam com uma infraestrutura de quadras, praças, pistas de skate, patinação, ciclovias, shopping centers, bares, *lan houses*, boates, entre outros. É preciso urgentemente repensar a cidade e criar condições favoráveis para a livre circulação dos jovens pelos espaços da cidade e para estimular redes sociais que considerem a necessidade de socialização dos jovens, como afirma Teixeira e Silva (2008, p. 10).

Na perspectiva da cidade os jovens experimentam os mesmos desafios: ausência de transporte público de qualidade e com valores acessíveis; urgência de reformas urbanas que ampliem não só o espaço territorial com o aumento de equipamentos e bens sociais de educação, cultura, lazer, trabalho, saúde e saneamento... Entre estes desafios se apresentam as ausências de parques, praças verdes. Os jovens reivindicam acessibilidade que vão desde ruas, calçadas, passe livre, ciclovias e meios alternativos. A idéia de lazer ainda é muita para o âmbito do privado por isso não há banheiros públicos. A cidade, afinal, é pensada para quem?

A dinâmica da capital goiana impõe demandas para que os jovens se organizem em torno dela. As manifestações dos jovens são variadas e sinalizam para a importância de apropriar-se da cidade com o que ela tem de possibilidades para o pleno desenvolvimento das potencialidades juvenis, em especial dos que vivem nas periferias da capital. Assim, no próximo capítulo se tratará da organização da juventude.

2 A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS

Para o estudo dos aspectos históricos da juventude no Brasil, será necessário, se reportar ao período que vai dos anos 1960 até os anos 2000 como um marco histórico que tem relevância na organização social e política da juventude no Brasil que no primeiro momento é o enfrentamento da ditadura e no segundo a luta por políticas públicas. O objetivo é reconstruir essa história tendo com foco os jovens das classes populares, que, nesse contexto, estão lutando por democracia e pelos direitos sociais como educação e trabalho por melhorias salariais.

A compreensão histórica da organização da juventude é imprescindível para se entendermos os jovens de hoje, principalmente aqueles que vivem nos espaços segregados da capital de Goiás e de outras urbes. O que está em pauta, no momento, são quais as suas bandeiras de luta, suas utopias e principais reivindicações. Durante o tempo em que se conviveu com os moradores da Vila Coronel Cosme, em razão das entrevistas e da coleta de dados, houve inúmeras vezes confrontos com diferentes posicionamentos a respeito as condições de vida dos jovens dessa área. A afirmação mais corriqueira é a de que eles não se interessam por nada, vivem na ociosidade ou na dependência de suas famílias. Essa opinião, no entanto, não é unânime, pois existem pessoas que atribuem questões como o uso de drogas, as bebedeiras, o desemprego e a violência a outros atores presentes na Vila como, por exemplo, a polícia.

Os jovens da Vila não estão organizados segundo os modelos dos "caras pintadas" das "Diretas Já" (1984) e como outros que viveram a sua militância no período da Ditadura Militar, tendo a política como mediação. A organização hoje se dá em torno de questões objetivas, como a luta pela sobrevivência que leva muitos a se envolverem com as de drogas ou com qualquer outra prática ilícita. Outros buscam trabalhos precarizados para contribuir na manutenção de suas famílias. Estão organizados através de atividades religiosas, esportivas e artísticas. Atentos ao movimento destes na Vila, foi percebido, com o tempo, outras facetas dessa realidade, que revela a existência de uma forma de organização talvez incipiente e do jeito jovem de ser, contrariando regras e as expectativas de sua família.

Essa mobilização refere-se às diferentes expressões da arte, como dança, grupos musicais, jogos, *lan house*, internet. O trabalho tem uma centralidade em

seus projetos de vida e destaca-se entre seus sonhos, pois possui relação estreita com a melhoria das suas condições de vida e de sua família, como revela a tabela 02:

Tabela 02: Número de pessoas que trabalham nas famílias de acordo com os jovens entrevistados

Nº	Nº de pessoas que trabalham na família	Quantidade de Jovens entrevistados	Percentual (%)
01	0	01	05,0
02	1	04	20,0
03	2	09	45,0
04	3	05	25,0
05	4	01	05,0
Total	13	20	100

Fonte: pesquisa de campo realizada na Vila Coronel Cosme em junho de 2008.

Na Vila existem famílias que não possuem nenhum tipo de renda e vivem dos programas sociais ou de ajuda das obras sociais das igrejas católica ou evangélica. Mesmo nas famílias onde a maioria das pessoas trabalha, os empregos são precarizados, cujo salário é mínimo e, na maioria das vezes, sem garantias trabalhistas.

O modelo de organização dos jovens na Vila gira em torno da luta pela sobrevivência, que constitui um grande desafio. Nesse sentido, a dimensão política tem novas configurações, diferenciando-se de outros períodos históricos quanto à organização da juventude, como o fim da ditadura e a instauração de um novo regime ancorado na democracia. É inegável a contribuição da juventude brasileira para a mudança do regime político no Brasil, quando muitos pagaram com a vida para ver a democracia florescer.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DOS JOVENS DOS ANOS 1960 AOS ANOS 2000

O cenário político do início dos anos 1960 impõe uma série de desafios aos movimentos sociais em geral e, também, ao movimento estudantil. É um período de grandes acontecimentos, tais como a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central em abril de 1960, o que impulsiona a economia local dentro da

lógica da marcha para o oeste, já explicitada em outra parte desta pesquisa. O otimismo derivado do fascínio pelo desenvolvimento é um sentimento presente em setores dominantes da sociedade. Segundo Santos (2007), os anos 1960 são significativos no sentido de alterar o mapa geopolítico do Brasil, pois nesse momento o Centro-Oeste amplia a rota do capital, a fim de preencher os espaços vazios do país e ganhando importância política e econômica.

A crise que assola o Estado na década de 1950 e os fatos que marcam a história brasileira, como o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1954) e a renúncia de Jânio Quadros (1961), revelam o declínio de um projeto político que tem sua origem na década de 30. É o início de outra direção política ancorada na ideologia do desenvolvimentismo, levado a cabo pelo programa de metas do governo de Juscelino Kubitschek. Este projeto seduz as forças armadas, o Congresso Nacional e a burguesia nacional. De acordo com Santos (2007, p. 29). “O Estado, sustentado no plano de metas atrairá investimentos estrangeiros para ampliar o parque industrial brasileiro. Relevante será o papel deste Estado com administrador do desenvolvimento”.

O Plano de Metas passa a ser primordial para o Estado desenvolvimentista. O governo de Juscelino Kubitschek inaugura a era do domínio do capital. O Estado transforma-se em produtor direto de bens e serviços, além de garantir a infraestrutura adequada à segurança do capital. O governo de Juscelino fortalece no povo brasileiro a confiança e a mentalidade desenvolvimentista. No entanto, tal concepção começa a dar sinais de esgotamento ao final de seu governo, com a redução dos investimentos internacionais e o início do processo inflacionário (SANTOS, 2007).

Na sequência do governo de Juscelino Kubitschek tem início o governo de Jânio Quadros (1961), com uma política ancorada no moralismo que enfrenta dificuldades em gerir a dívida externa e controlar a inflação (corte histórico). Seu governo impõe o silêncio à população, censura a imprensa e os movimentos populares. Acontece a perda dos direitos de cidadania, caracterizando o início da ditadura. Entre os grupos que a enfrentaram destacam-se os jovens, especialmente os ligados ao movimento estudantil, que empenharam todo o esforço contra o autoritarismo característico do regime militar.

Seu governo marca a falência do sistema partidário centrado no populismo. Santos (2007, p. 32) afirma que

O governo de Jânio Quadros, se defrontou com um dilema, ele não soube conduzir as operações políticas que tornariam a política externa independente de fato. Por essa razão, a ruptura político-econômica externa, que funcionaria positivamente e o processo de desenvolvimento econômico no Brasil, é principalmente o resultado das crises e flutuações do capitalismo mundial.

O colapso do populismo está na base da renúncia de Jânio, resultado de uma trama articulada. A intenção era de adquirir poderes especiais e voltar ao poder pela aclamação popular. Essa atitude resultou no silêncio da população e na censura da imprensa, dando início a um período de intensa repressão.

A repressão às organizações da juventude foi extremamente violenta, muitos perderam suas vidas nessa luta. O sonho de uma nova sociedade alimentava o ideal revolucionário de realizar a transformação social. Nesse contexto de intensa ameaça aos direitos da população, o poder manifesta-se na forma de repressão ancorada na falsa sustentação de acabar com a corrupção. É um longo período de autoritarismo na história do Brasil, cujos resquícios chegam até os dias atuais. Podemos perceber isso através da forma autoritária com que os agentes do Estado agem junto à população, especialmente nas áreas de posses de Goiânia, nas favelas do Rio de Janeiro, São Paulo e em tantas outras cidades em todo o Brasil.

O período da ditadura, mesmo após sua supressão no cenário político brasileiro, devido ao seu esgotamento como regime oficial no país, forja uma concepção na elite brasileira e numa parte considerável da população que leva à naturalização da violência. É como se ela fosse algo normal, principalmente as que são praticadas contra os jovens. O discurso homogêneo é sustentado por uma concepção que associa a pobreza à violência e ao banditismo, enxergando os pobres como criminosos em potencial, daí a necessidade da coerção mediante a ação policial. O espírito da ditadura ainda se faz muito presente nos dirigentes políticos, que acreditam que a ameaça ao sistema vigente vem dos pobres, sobre os quais é preciso exercer o controle. A cidade está organizada para permitir esse controle e a posse urbana expressa isso à medida que dificulta o acesso à cidade.

O processo democrático, em construção desde a década de 1988, necessita de muito esforço dos movimentos sociais organizados na perspectiva da emancipação dos cidadãos na direção da cultura da paz. As diversas formas de violência têm recorte na questão de classe social. É um pesado fardo que se coloca

sobre os pobres, muitas vezes atribuindo a estes as mazelas sociais. Os jovens pobres de diferentes etnias, principalmente indígenas e negros, são a parte da população que mais padece com as afrontas à cidadania. Eles são as principais vítimas da omissão do Estado.

Ao final do período da ditadura militar, os jovens foram às ruas e protestaram principalmente por direitos políticos. Acreditavam na luta política como necessária para a construção de outra sociedade. A história brasileira registrou a atuação da juventude, inconformada com a política repressora implementada pelo Estado. Um dos grupos mais relevantes nesse movimento e sobre o qual existem muitos escritos (BORAN, 1994; POERNER, 1995; DICK, 1999) é a juventude estudantil, da qual advém grandes contribuições para a instauração de um novo regime político no país.

Os jovens ligados aos movimentos estudantis passam a ter um papel fundamental nesse contexto. Opõem-se ao movimento da sociedade e se contrapõem ao moralismo de Jânio Quadros. A visibilidade a respeito do movimento da juventude nessa fase recai principalmente sobre os estudantes, a maioria pertencente à classe média, que tinham como principal preocupação a transformação política.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora, desde sua origem, os anseios da sociedade na busca pela transformação resultante da pressão social. O objetivo eram as grandes lutas da população em geral, como a luta pela democracia. Para Santos (2007, p. 37), a atuação da UNE no período de 1956-1960 caracteriza-se pelo esforço de mobilizar os estudantes contra o aumento de preços de produtos básicos decorrente da inflação e a defesa da plataforma nacionalista, que incluía um posicionamento contrário às empresas estrangeiras e aos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos.

A UNE teve um papel importante no agitar das propostas nacionalistas no meio estudantil, e, ainda, um desempenho marcante na área da cultura popular por intermédio do Centro Popular de Cultura (CPC,) criado em 1961, que atuou em várias partes do país realizando atividades teatrais, literárias, plásticas, musicais e também cinematográficas.

De acordo com Santos (2007), a juventude universitária estava, desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1944 - 1945), envolvida com as lutas nacionais como a campanha pela anistia aos presos políticos, exploração nacional do petróleo, a democratização das instituições públicas e a reforma do sistema de ensino. Após os

anos 60, os estudantes se voltam para a reforma universitária. Sua concepção está construída tendo como referência a universidade, que de certa maneira externiza o pensamento mais amplo da sociedade.

A UNE chama a atenção da sociedade para as questões emergentes nesse período, um contexto de intensa violação de direitos, praticada e defendida pelo Estado. O enfrentamento do autoritarismo passa ser a bandeira de luta, desafiando o poder constituído e pagando um alto preço pela sua opção. A participação dos jovens é histórica. O movimento estudantil é uma das formas mais visíveis do impulso inovador da juventude, que em outros momentos apresenta lutas e resistências:

A maioria dos repressores certamente ignorava que a tradicional participação política da juventude no Brasil remonta, como vimos, a um período anterior à criação das universidades. E que a história veio demonstrar o caráter positivo dessa participação, em episódios como a expulsão dos corsários franceses, a Inconfidência Mineira, as campanhas pela abolição da Escravatura e pela República, a defesa do governo Floriano Peixoto, a denúncia dos massacres de Canudos, a Campanha Civilista de Rui Barbosa, o combate ao Estado Novo e ao Eixo nazi-facista, e a criação da Petrobrás. (POERNER, 1995, p. 302)

A luta por uma educação de qualidade e que considere as necessidades individuais dos trabalhadores, além de pública e gratuita, sempre foi uma bandeira da juventude, garantindo um caráter de emancipação à organização dos jovens, caráter este defendido a partir da compreensão da luta coletiva. Assim, passam a serem portadores dos anseios juvenis, incorporando lutas que, no fundo, exprimem o desejo da transformação social:

O poder jovem mostra que muitos jovens, de norte a sul do país, empenharam a vida, ou boa parte dela, na tentativa de criar no Brasil um sistema educacional que promova a igualdade, a fraternidade, a dignidade do ser humano; que leve em conta os anseios da juventude. (POERNER, 1995, p. 13)

A presença de algumas pessoas ligadas à igreja católica como Dom Helder Câmara, Dom Fernando Gomes, entre outros, fortaleceu a organização da juventude, pois, em muitos momentos, ele acolheu e se posicionou publicamente a favor dos estudantes. A ação católica representou o compromisso da igreja progressista na luta pela democracia, orientando várias experiências por todo o

Brasil e motivando muitos trabalhadores na busca pelo engajamento nos movimentos populares.

A ação especializada da igreja católica segmentou a juventude em diferentes seções, como Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), que surgem através da interlocução entre a juventude e a sociedade. São contribuições relevantes na história dos jovens brasileiros no pós golpe de 1964, enfrentamento da ditadura e na efetivação do Estado democrático. Essa ação apresentava um método,

conhecido como Ver-Julgar-Agir para formar liderança, construção de uma prática a partir da realidade considerando questões sociais e políticas, a formação na ação, a descoberta da necessidade de lutar pela transformação das estruturas sociais, com a ajuda das análises de conjuntura e das semanas de estudos; a necessidade e o uso de espaços de revisão de vida e de prática; a compreensão da fé vivida no engajamento social; o uso de uma pedagogia para despertar o espírito crítico [...] ação pedagógica dos pequenos grupos [...] compreensão de uma espiritualidade que integrava fé e inserção social. (DICK, 1999, p. 19-20)

A atuação da juventude operária e suas lutas interessam particularmente a este estudo, primeiro porque pertencem à classe trabalhadora e, segundo, para dar visibilidade aos jovens que não são estudantes, portanto, não estão inseridos na JEC e na JUC que lutam em outros espaços, e que contribuem nas discussões em suas organizações. A Juventude Operária Católica (JOC), que continua viva em diversos países do mundo, inclusive no Brasil (DICK, 1999), está na base da organização dos jovens empobrecidos na luta pelos direitos inerentes a sua sobrevivência, como um espaço para morar na cidade, trabalho, renda e oportunidade para sua realização pessoal e familiar.

No governo de João Goulart tem-se uma proposta nacional-reformista com a defesa de um projeto capitalista com ênfase na indústria e nos setores agrários. Inúmeros desafios foram impostos a esse governo, como o controle da inflação, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), redução das desigualdades regionais e distribuição dos frutos do desenvolvimento. Segundo Santos (2007), nesse governo a política alcança a fábrica e o campo, deixando de ser um privilégio das classes dominantes, haja vista as ligas camponesas no nordeste. São muitas as considerações sobre os jovens, entre elas as que os compreendem como uma força revolucionária, em sua maioria ligados ao socialismo. O governo Jango conclama os

jovens ao engajamento, desprendimento, liberdade pessoal e mobilização coletiva, passando, com isso, a incorporar os anseios e lutas do povo.

O início dos anos 60 marca um despertar da juventude em nível mundial, sustentado na crítica aos valores morais e políticos associados à ordem burguesa. Boran (1994, p. 37) afirma que “parece ter existido uma comunicação misteriosa e uma sintonia entre os jovens do mundo inteiro”. A organização juvenil propunha um novo estilo de vida e novos valores como forma de se contrapor à ordem vigente. Formaram as comunidades hippies, que pregavam o amor livre e o afastamento da sociedade, ao invés de transformá-la. Esse período é conhecido como fase de experimentação das drogas e da explosão do rock; os jovens proclamam a liberdade com valor absoluto em uma sociedade marcada pelo arbítrio e pelo autoritarismo.

O ano de 1968 pode ser considerado a síntese de toda a determinação da juventude e da intransigência do regime militar. É um momento marcado pelas grandes mobilizações, caminhadas, congressos, enfrentamento à ditadura militar e adesão de muitos movimentos sociais. É nesse contexto de acirramento da luta que acontece a morte de Edson Luís²⁰ e a Passeata dos Cem Mil²¹. Os estudantes são profundamente agredidos pela repressão policial em suas lutas e reivindicações legítimas. São manifestações que acontecem em vários pontos do país e em vários países do mundo, revelando os limites do sistema político vigente. A onda revolucionária contagia principalmente a juventude, como informa Negri (s.p.):

“1968” foi o ano louco e enigmático do nosso século. Ninguém o previu e muito poucos que dele participaram entenderam afinal o que ocorreu. Deu-se uma espécie de furacão humano, uma generalizada e estridente insatisfação juvenil, que varreu o mundo em todas as direções. Seu único antepassado foi 1848 quando também uma maré revolucionária - a “Primavera dos Povos” -, iniciada em Paris em fevereiro, espalhou-se por quase todas as capitais e grandes cidades da Europa, chegando até o Recife no Brasil.

De acordo com Negri (s.p.), o ano de 1968 foi também uma reação extremada da juventude às pressões de mais de vinte anos de Guerra Fria, que foram muitas e

²⁰O estudante Edson Luiz não integrava a organização dos estudantes e mesmo assim foi morto pela polícia, enquanto reivindicava melhoria da comida em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, reforçando ainda mais a indignação dos jovens frente às relações autoritárias implementadas pelo Estado. A recusa dos estudantes em entregar o corpo para a polícia faz com que o Rio de Janeiro parasse para o enterro do estudante. Durante o velório, na Assembleia Legislativa, é grande a comoção expressa nos discursos dos companheiros de luta, políticos, sindicalistas, intelectuais e artistas, todos descontentes com a situação de violência imposta aos jovens estudantes.

²¹Ocorreu no Rio de Janeiro no dia 26 de junho de 1968 um enfrentamento dos jovens à repressão.

variadas e imprimiram novas formas de contestação às manifestações, originando, posteriormente, a luta armada como estratégia de enfrentamento do sistema autoritário.

Anteriormente a esse período, por volta da década de 1950, há, na América Latina, um significativo crescimento dos movimentos operários, camponeses e populares contra os projetos políticos e econômicos das burguesias nacionais e internacionais. A direção política desses movimentos é a de fazer oposição ao modelo de desenvolvimento da burguesia. Essas idéias seduzem os jovens, que passam a ser vanguarda na luta contra o regime político. No Brasil, como em outros tantos países, eles realizam intensas mobilizações, o que faz com que autores como Bresser (1994) se perguntem se não estamos diante de uma classe revolucionária. Através da ação dos jovens em questionar a ordem estabelecida foi possível vislumbrar novos sujeitos sociais que se deseja construir.

A compreensão dos jovens organizados é de que a ordem existente é uma construção social resultante da ação dos homens e, portanto, pode ser mudada. Assim, lutam acreditando firmemente na construção de alternativas para dar fim à conjuntura de injustiça que assolava o país. Do ponto de vista dos jovens tudo era possível e permitido; sonhavam com a transformação social e, nesse sentido, canalizavam todo seu esforço e capacidade organizativa.

A militância levada a cabo por muitos estudantes não se detinha sob as ameaças vindas do Estado repressor. Foram muitas as manifestações que resultaram em violência e morte, fato que não intimidava a juventude. Um exemplo é o assassinato do estudante Edson Luiz. Após sua morte, continuaram as mobilizações por todo o país, promovendo greves, passeatas estudantis e congressos:

Traumatizados com a morte de Edson Luiz e proibidos pelas autoridades de se manifestarem na rua, apesar do modelo de ordem que fora o enterro, os estudantes resolveram comemorar à sua maneira os quatro anos da Revolução de 64 [...] foram para a rua como quem vai para a guerra. Durante três horas com pau e pedra paralisaram o centro do Rio [...] devolver ao inimigo o que com ele tinha aprendido [...] a técnica consistia em atrair através dos pelotões suicidas grupos de soldados para um determinado lugar enquanto a manifestação se dirigia para o verdadeiro lugar da passeata. (BORAN, 1994, p. 21)

A repressão em nada intimidava aos jovens, nem diante de episódios como a morte ou o desaparecimento de companheiros, pelo contrário, fortalecia o ideal da

luta pela transformação social e política. A organização dos jovens, nesse período, firma-se como um movimento que produz novo sentido à mobilização social fundada na capacidade dos jovens de enfrentarem, em nome de suas convicções, o sistema político opressor, que em nada contribuía para a nova sociedade, almejada pela juventude:

Analisando os movimentos estudantis da década de 60 define-os como poder jovem, potência nova, que recria a utopia e a práxis de um outro mundo. Para a autora, essa categoria social se manifesta de forma mais visível às crises do sistema. A noção de juventude se impõe como personagem histórica e social no momento em que se afirma como produto histórico, como movimento de juventude. (MARQUES, 1997 apud FORACCHI, 1972, p. 67)

A Juventude Operária Católica (JOC), como um dos movimentos jovem da época, inicialmente estava voltada para as questões internas da igreja, estando descaracterizada de qualquer conteúdo político. Segundo Boran (1994), a metodologia da JOC deu a esses trabalhadores a consciência de sua dignidade. Os jovens que estavam à frente do movimento eram encorajados a assumir a liderança do movimento popular: “A JOC me deu auto-aceitação. Através da JOC eu descobri o sentido e o valor de ser trabalhadora. Foi descoberto o meu próprio valor. Antes, eu tinha vergonha de ser trabalhadora” (idem, p. 28).

Com o tempo, essa população foi percebendo que precisava buscar respostas em outros espaços além da igreja, e, em se tratando da JOC, isso acontecia principalmente a partir de 1964, quando sua luta levava à consciência das estruturas políticas e das implicações destas sobre o cotidiano da classe trabalhadora. Entendiam que as respostas que buscavam não seriam possíveis no capitalismo e que o socialismo seria a opção.

O governo do então presidente General Costa e Silva convoca os estudantes para uma reunião, que terminou com a irritação do presidente frente à insolência de um estudante, que indaga sobre a possibilidade de libertação dos companheiros. Em seguida a essa reunião o governo instaura o Ato Institucional nº 5 (AI-5)²², que fecha o Congresso Nacional e inicia a maior repressão de todos os tempos da história do Brasil. Nesse contexto de extrema violação da cidadania, a juventude se torna a principal inimiga do regime militar. Segundo Boran (1994), muitos jovens foram presos,

torturados, mortos ou dados como desaparecidos. Qualquer crítica era considerada como subversão e o acusado imediatamente punido.

Os efeitos da ditadura afetaram muitas lideranças políticas em Goiás, tais como Pinheiro Salles, Eudes Pacheco, Hugo Brockes, Dirce Machado, Élio Cabral, Joaquina Ramos, José Porfírio, Luiz Moraes, Luiz Santos, Marcantônio Dela Côte, Márcio Beck, Maria Augusta, Marcos Antônio Dias Batista, Maria de Campos Dias Batista, Maurício Zaccariotti, Neso Natal, Sebastião Bailão, Tarzan de Castro, Valdir Camarcio, Valterli Guedes, entre outros. Estudantes e trabalhadores foram as principais vítimas da repressão, mas, no entanto, com afirma Pacheco (estudante secundarista), a juventude resiste e tem esperança.

O movimento estudantil em Goiás também sofreu, sobretudo os estudantes secundaristas ligados à União Goiana dos Estudantes Secundaristas (Uges), cujas lideranças foram presas e torturadas, acusadas de envolvimento com o comunismo. Um painel com fotos dessas pessoas fazendo referência ao terrorismo como um grande perigo à nação foi afixado em vários locais, como na cidade de Ceres, com os seguintes dizeres:

Cuidado, Ceres – Agora é preciso tomar muito cuidado com os comunistas de nossa cidade. Tomem cuidado com os elementos de conhecida atividade subversiva. São declarados comunistas, inimigos da Pátria, inimigos de Deus. Inimigos da família, inimigos da liberdade. (SALLES, 2008, p. 180)

Tal conjuntura obrigou muitas pessoas a viverem na clandestinidade ou até mesmo a desaparecerem diante da repressão instalada pelo modelo autoritário. Em relação às organizações dos jovens, a repressão foi mais dura ainda devido às formas de enfrentamento que eles faziam ao sistema. Segundo Dick (1999, p. 19) “a solução de muitos militantes foi o exílio voluntário; outros sofreram prisão, torturas e interrogatório”.

Movimentos como os da juventude católica existem ainda hoje, mas com outro propósito, outras formas de organização e outras denominações. A luta política deixa de ser o principal foco de atuação. São expressivas as atuações das diferentes pastorais de juventude operária e outras que recentemente lutam por políticas públicas condizentes com as demandas apresentadas por estes segmentos.

²² O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos.

A repressão continua no governo do General Ernesto Geisel. Nesse período, um estudo realizado em Lima, no Peru, conforme afirma Boran (1994) apontou o número de jovens latino-americanos que foi vítima da repressão. Segundo essa pesquisa, o desaparecimento de pessoas pode chegar a 90 mil, sendo que destes pelo menos 70% era jovem. A luta contra a ditadura fica cada vez mais difícil para quem têm de enfrentar o exército aparelhado e violento. O Estado consegue também retirar a base de apoio para esse seguimento social, já que o partido do governo passa a ter grande adesão popular.

O contexto de ditadura militar pela qual passou o Brasil foi plenamente vivido pelos jovens por meio do enfrentamento em alguns momentos direto e em outros na clandestinidade. Os jovens não se conformavam com isso, contestavam as estratégias adotadas pela ditadura regime militar de cercear a liberdade, enfrentavam da forma que podiam a essa conjuntura. Sobre eles e a sociedade em geral pesaram grandes violências e ameaças. Porém, a juventude não se deixou abater e imprimiu seu descontentamento frente às injustiças e à violações de direitos.

Todos esses elementos contribuíram para o processo de redemocratização do país. Os anos de 1980 marcam o esgotamento do regime autoritário e o início do processo democrático. Nesse cenário, os jovens voltam às ruas. A ditadura obrigou muitos a abandonarem a luta política e a se voltarem para questões pessoais, necessárias para a sobrevivência. Alguns autores, como Boran (1994), Dick (1999), entre outros, que apresentam estudos sobre a juventude organizada em grupos como a JOC no período da repressão, denominam esse período de geração do silêncio, imposto pelo sistema que dilacerou as pessoas dessa faixa etária e suas organizações pelo simples fato de discordarem da ordem do poder instituído.

Quando a luta pela democracia nos anos 1980 se torna mais explícita, os jovens são os primeiros a irem as ruas e a exigirem o Estado de direito. Posteriormente são seguidos pelos intelectuais, advogados, professores, e assim começam grandes mobilizações na sociedade em defesa da democracia, tendo como principais bandeiras os direitos humanos, a anistia para os exilados e a liberdade democrática:

Os jovens mudam suas estratégias, evitam confronto com a polícia. Em 1977 acontece a invasão na PUC de São Paulo e 850 estudantes são presos e neste mesmo ano é conquistada a anistia política ampla, geral e

irrestrita e os jovens começam a voltar para a vida política do país. (BORAN, 1994, p. 49)

Nesse período entram em cena os operários na luta pela melhoria salarial. Mais de 850 mil metalúrgicos exigem reposição salarial e as greves do ABC paulista abalam o regime autoritário. O Estado responde fechando os sindicatos no intuito de fragilizar a luta dos trabalhadores. Nesse momento é significativa a participação de segmentos da Igreja Católica, que abre as portas das paróquias e realiza campanhas de alimentos para apoiar as famílias dos grevistas. Nasce o partido dos trabalhadores – PT (1980) e a Central Única dos Trabalhadores – (CUT, 1983), e tem início a transição democrática durante o governo do general Ernesto Geisel (BORAN, 1994).

Em 1984, acontece, no Rio de Janeiro, um Comício pelas Diretas Já com a presença de um milhão de pessoas. Em seguida, o mesmo ocorre em São Paulo. Em 1985 é eleito pelo Congresso Nacional o primeiro presidente da República, Tancredo Neves. O Movimento das “DiretasJá” motivou o Brasil de norte a sul e a população começa a acreditar na transformação social tão almejada. Contudo, a volta à democracia ocorreu de fato com a promulgação da Constituição de 1988 e a eleição direta para presidente, quando foi eleito Fernando Collor de Mello.????

Os jovens continuam se mobilizando em torno da democracia. Segundo Boran (1994), engajados na militância política, exerciam muita influência sobre a juventude da igreja, principalmente no aspecto da consciência crítica. A concretização da opção pelos pobres fez com que a igreja considerada progressista começasse a se deslocar do centro para as áreas de posses, para as favelas e periferias urbanas e desse movimento nasce um serviço organizado para a juventude, a denominada Pastoral da Juventude.

Os pobres e os jovens²³ passam a ser a opção da igreja, cumprindo o que já estava previsto em documento de Puebla desde 1979. Em 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU) celebra o ano internacional da juventude, o que reforça a opção pelos jovens. Em 1992, a juventude é tema da Campanha da Fraternidade promovida pela Igreja Católica do Brasil, que exterioriza em seu corpo os anseios e desejos de transformação presente no interior da sociedade.

²³ O documento de Puebla é resultado da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que aconteceu no México em janeiro de 1979. A quarta parte do Capítulo I faz opção preferencial pelos

A Constituição de 1988 ao referendar os anseios populares contempla a maior parte das reivindicações dos movimentos sociais. As demandas históricas dos trabalhadores agora são direitos assegurados por lei. A assistência social, antes reconhecida como favor, agora é direito constitucional no tripé da Seguridade Social: assistência, previdência e saúde. Crianças e adolescentes, antes objetos de intervenção do sistema, agora são sujeitos de direito em condições peculiares de desenvolvimento (Brasil, 1990).

Entre os vários direitos assegurados na Constituição de 1988 está o direito à moradia, assim como o direito à cidade. Internacionalmente esse direito é definido pela Declaração dos Direitos Humanos – ONU – em 1948 e pela conferência de Istambul em 1996, Habitat II, como um direito humano universal. Esses documentos são referenciais para todos os países, que posteriormente os asseguram em suas constituições específicas.

Apesar da Constituição Federal de 1988, através do Estatuto da Cidade lei nº 10.257, de 2001, do decreto nº 2.220, de 2001, e da carta do direito garantirem à população o acesso à moradia como um direito fundamental, os moradores que vivem em áreas de posse em Goiânia continuam, em sua maioria, em condições precárias. Em relação à Vila Coronel Cosme, conforme apresentado na tabela 03, a moradia não corresponde às necessidades de seus moradores é inadequada na opinião da maioria dos jovens entrevistados e um número significativo gostaria que ela fosse diferente.

Tabela 03: Percepção dos jovens da Vila Coronel Cosme sobre a casa onde moram

Percepção dos jovens	Valor absoluto	Porcentagem %
Confortável e adequada	06	30,0%
Desconfortável e inadequada	05	25,0%
Insuficiente para a família	01	5,0%
Gostaria que fosse diferente	08	40,0%
Total	20	100%

Fonte: pesquisa de campo realizada em junho de 2008 na Vila Coronel Cosme.

A condição de moradia, no entanto, não é uma bandeira que aglutina os jovens, mesmo mediante reconhecimento de esta não corresponder as expectativas do convívio humano. A casa é, para os jovens, o lugar de proteção, de descanso. A

pobres, e o Capítulo II traz a opção preferencial pelos jovens como centro da proposta de

cultura jovem expressa na forma de ser e se organizar impõe outras demandas como, por exemplo, a aproximação com outros jovens, constituindo as agremiações e outros grupos ligadas à arte, dança e esporte.

Guimarães (1997), afirma que na década de 1980 ressurgem, em vários estados do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, as agremiações juvenis com expressiva atuação em torno de uma cultura jovem tecida nos diferentes espaços sociais. A rua, a casa e a escola se constituem no lugar para o tempo livre. Cunham-se novas expressões, como “galera”, que tem com função nominar os jovens moradores das periferias.

Os direitos oficialmente previstos na Constituição de 1988 começam a ser regulamentados nos anos de 1990 na perspectiva da efetivação da cidadania. Nessa década cria-se grande parte das leis orgânicas em vigência: a Lei Orgânica da Saúde (LOS), em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, o Estatuto da Cidade, em 2001, entre outras.

A participação da juventude em movimentos nacionais como o *impeachment* do presidente Collor de Mello foi significativa. Segundo Boran (1994, p. 70),

a adesão da juventude foi fundamental neste processo. Reuniram-se aos milhares nas principais cidades do Brasil. Em Curitiba 40 mil, Fortaleza 40 mil, Rio de Janeiro 80 mil. Em São Paulo os jovens organizam a maior concentração já vista no país levando para as ruas 200 mil pessoas restabelecendo seu papel diante da política.

A energia da juventude revitalizou o ânimo da sociedade brasileira diante de uma crescente denúncia de corrupção que assolava o país.

A militância dos anos 90 difere dos anos anteriores. Agora, as principais bandeiras são a ética na política e um basta na corrupção na vida pública. Os jovens conseguem imprimir leveza às suas lutas através da espontaneidade e da alegria de suas manifestações. O gesto criado por esses de pintar o rosto registrou sua marca em determinado momento histórico e o movimento passou a ser conhecido como dos cara pintada. De acordo com Boran (1994), uma característica marcante desse período é o pluralismo ideológico e, por sua vez, um afastamento da tradição marxista.

2.2 OS JOVENS DAS CLASSES POPULARES NO BRASIL PÓS 1990

Para muitos estudiosos de temas ligados à juventude, como Novaes (2004), Frigotto (2004), Pochmann (2004), entre outros, a década de 1990 é caracterizada pela defesa e luta por políticas públicas de juventude. O empobrecimento coletivo que assola a classe trabalhadora no sistema capitalista afeta principalmente os jovens em sua demanda por trabalho e renda, escolaridade e outros serviços ofertados pelas políticas públicas. A condição social a eles imposta é de profunda negação dos direitos, como afirma Cohn (2004, p. 160):

[...] os jovens tidos em geral como portadores do futuro, e de um futuro sempre promissor, não cabe nesse desenho das políticas públicas no Brasil voltadas para segmentos considerados frágeis com criança, adolescente, idosos, etc.

As discussões em torno das políticas públicas na agenda da juventude é algo recente. Hoje cresce cada dia mais o número de jovens não alfabetizados, sem trabalho, presos nos ciclos de violência. Para os jovens que vivem nos bairros de baixa renda, submetidos a uma série de situações que colocam em risco sua sobrevivência, as políticas sociais apresentam-se como sendo uma possível resposta à realidade vivida.

Na Vila Coronel Cosme a rede de serviços disponíveis não atrai os jovens. Eles apresentam grandes questionamentos sobre a escola que frequentam, como os altos os índices de insatisfação, repetência e desistência, como mostra a tabela 04 a seguir:

Tabela 04: Dados referentes à repetência escolar dos jovens da Vila Coronel Cosme

Resposta dos jovens	Quantidade	%
São repetentes	13	65,0
Não repetentes	07	35,0
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo realizada em junho de 2008 na Vila Coronel Cosme.

Sobre a saúde, a maioria dos jovens entrevistados afirma não utilizar muito os serviços, contudo, tem a percepção sobre o sistema, conforme apresentado na tabela 5. As reclamações são, principalmente, em relação às formas de atendimento de vários profissionais, seguida pela dificuldade de encontrar medicamento, realizar exames e internações. A saúde como política universal direito constitucional deveria atender a todo e qualquer cidadão que procura o serviço. O que se questiona é a existência de programa na perspectiva da saúde do jovem, considerando suas particularidades. A maior crítica é em relação à qualidade do atendimento oferecido pelos atendentes e demais profissionais das unidades de saúde, definido por eles como desrespeitoso.

Tabela 05: Percepção dos jovens da Vila Coronel Cosme em relação aos serviços de saúde ofertados à população

Percepção dos jovens	Quantidade de jovens	%
Boa	03	15,0%
Regular	03	15,0%
Péssima	14	70,0%
Total	20	100%

Fonte: pesquisa de campo realizada em junho de 2008 na Vila Coronel Cosme.

Entre as políticas que integram o sistema de Seguridade Social, a assistência social é a de menor expressão para a população jovem. A principal demanda apresentada por esse segmento é a qualificação profissional, conforme dados apresentados na tabela 06.

Tabela 06: Situação dos jovens moradores da Vila Coronel Cosme em relação aos cursos de qualificação para o trabalho

Quantidade	Jovens com ou sem qualificação	%
04	Sim	20,0%
16	não	80,0%
20	total	100%

Fonte: pesquisa de campo realizada em junho de 2008 na Vila Coronel Cosme.

Muitos dos jovens não sabem informática e apresentam dificuldades na leitura e na escrita. Outra reclamação é a falta de espaços para acessar cursos de formação. Alguns jovens foram encaminhados à Casa da Juventude através dos

estudantes de Serviço Social com o objetivo de fazer informática, dança, atendimento psicológico e preparatório para o vestibular.

O Programa Primeiro Emprego iniciativa do Estado não existe nas proximidades da Vila. Por viverem em situação de desemprego ou na informalidade estão fora do mercado de trabalho, não contribuindo com a seguridade social e, portanto, estão fora dos benefícios previstos legalmente.

A lógica que fundamenta a Seguridade Social contributiva no Brasil é a do Seguro²⁴ garantido aos indivíduos inseridos no mercado de trabalho, sendo, portanto, contributiva. Essa lógica radicaliza a marginalização dos jovens, já que grande parte deles está fora do mercado e da rede de serviços que vai sendo fortalecida no Brasil desde 1920. Essa faixa etária, mesmo apresentando demandas sociais devido à exposição a drogas, a violência, a comportamentos que expõe a doenças e a acidentes, não é contemplada pela rede de serviços devido à concepção que incorpora esse modelo excludente. Os jovens são reconhecidos enquanto força de trabalho que não necessita da proteção do Estado (COHN, 2004).

A sociedade brasileira não garante efetivamente direitos, apesar do que assegura a Constituição Federal de 1988. As relações se dão mais por privilégios, como, por exemplo, conhecer alguém na unidade de saúde, sinal de facilidade de acesso aos serviços. Ser amigo de um político influente pode ser evidência para arrumar um emprego. A política do privilégio traz em si resquícios de uma história marcada por relações clientelistas e autoritárias, cujos estigmas continuam presentes na mentalidade de quem ainda hoje busca essa forma de exercer o poder e que guarda interesses em permanecer no poder dando direção política à sociedade.

A Constituição Federal de 1988 afirma os direitos sociais como sendo de todos os cidadãos indistintamente de sua situação no mercado de trabalho. No entanto, não rompe com o modelo anterior de políticas sociais fragmentadas, mantendo no interior do Estado o privilégio de alguns segmentos sociais. Isso se torna um desafio à implantação de um sistema de proteção social universal e igualitário, que possa incluir as demandas postas pela juventude trabalhadora em

²⁴ Modelo Bismarckiano que teve origem na Alemanha no final do século XIX, cujo embrião são as caixas de poupança. É identificado como sistema de seguro social, assemelhando-se a seguros privados, onde o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional às contribuições.

seu cotidiano marcado por situações de desemprego, falta de qualificação, escolaridade insuficiente vítimas de violência física e social.

O fato da inserção das políticas sociais nos serviços ocorrer via trabalho deixa de lado todos os jovens que estão fora do mercado. Inverter essa lógica, ou seja, buscar outras formas de inserção nas políticas sociais constitui-se em um desafio para os propositores de políticas públicas. Quando se trata da juventude dos bairros periféricos e das áreas de posse, a situação se agrava porque é *locus* da ausência do Estado, exceto quando de pagamento obrigações sociais e repressão. A demanda da população juvenil gira em torno da sobrevivência e da qualificação e a resposta do Estado tem sido mínima. As poucas iniciativas existentes são ligadas a entidades sociais.

A partir dos anos 1990 ganham relevância as políticas sociais de combate à pobreza. Em se tratando dos jovens, é necessário pensar um sistema de atendimento de suas necessidades específicas, segundo uma ação do Estado. Para isso, é preciso considerar quatro pontos fundamentais, segundo Cohn (2004). O primeiro trata-se de abandonar a fragmentação histórica na formulação das políticas sociais. O segundo, de enfrentar a *questão social* no país, pautada pelas desigualdades sociais e pela pobreza estrutural. Em terceiro lugar, implementar mecanismo criativo de controle público, e, em quarto, reconhecer a especificidade das identidades sociais dos distintos segmentos, constituindo uma matriz centrada na concepção de direitos capaz de abranger pobres e ricos, crianças, jovens adultos e idosos.

Para pensar a juventude como demandante de políticas públicas é importante salientar o modelo de proteção social que regula a relação entre as gerações e os ciclos de vida, que vem sofrendo importantes alterações na atualidade. As políticas de atenção à juventude não podem torná-la prisioneira da institucionalização, impondo-lhes modelos e comportamentos a serem seguidos. Ao contrário, é necessário que profissionais e políticos saibam captar quem são os jovens hoje e que demandas apresentam para a agenda das políticas públicas e dos governos.

A juventude, apreendida como uma dimensão no ciclo da vida humana, uma fase intermediária entre a adolescência e a vida adulta, constitui-se como um período associado ao tempo de formação e dependência econômica. É um momento de preparação para a vida familiar e profissional que necessita estar previsto na agenda de intervenção do Estado. De acordo com Pochmann (2004), os filhos da

classe trabalhadora necessitam de financiamento através de uma rede de serviços, escolas públicas, bolsas de estudo, como forma de terem acesso à formação anterior a entrada no mercado de trabalho. A luta pela sobrevivência faz com que muitos jovens moradores das periferias adentrem muito cedo em formas de trabalho precarizadas que os impedem de estudar e se prepararem para trabalhos que exigem o mínimo de qualificação técnica:

os filhos dos pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. O contrário parece ocorrer para os filhos das classes médias e alta, que possuem em geral condição de financiar sua inatividade, elevado a escolaridade e postergando seu ingresso no mercado de trabalho. Assim, terminam por obter as principais vagas disponíveis, com maior remuneração e posto de direção no interior da hierarquia do trabalho. (POCHMANN, 2004, p. 231)

No Brasil, a forma como o Estado se desobriga das demandas da juventude impõe, a cada dia, grandes sacrifícios a essa população, que sonha com um futuro diferente para si e para sua descendência. As crises do trabalho rebatem principalmente na juventude pobre, que precisa sobreviver por seus próprios meios. É fundamental que o Estado pense em uma forma de financiar a inatividade dos jovens pobres para retardar sua inserção precoce no mercado de trabalho, exigindo uma reformulação no ensino profissionalizante no país e desenvolvendo nos jovens a capacidade teórica e prática de construir novos valores de pertencimento, fortalecendo o protagonismo juvenil.

A década de 1990 é um período em que outras demandas da juventude ficam mais visíveis para a sociedade. No Brasil, é nos anos 1990 que se iniciam as discussões sobre o tema, envolvendo estudiosos, gestores públicos, organismos internacionais e diferentes movimentos juvenis. A luta dos jovens acontece conjuntamente com tantas outras lutas e reivindicações de outros grupos, como mulheres, meio ambiente, água, entre outros. O contexto social no qual os jovens estão inseridos chama a atenção sobre a necessidade de políticas públicas que contemplem as demandas advindas desse segmento. É nessa década que surgem as preocupações com os problemas vividos pelos jovens, relacionados com as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, em uma conjuntura marcada por crises e novas exigências do trabalho, do aumento da violência que destrutura seus projetos de vida.

Para Novaes (2005), o marco da luta da juventude por política pública é o ano de 2003, quando surge o Projeto Juventude do Instituto Cidadania, que garantiu a interlocução com diferentes juventudes e organizações sociais governamentais e não governamentais. A comissão especial de políticas públicas de Juventude promoveu várias audiências, visitas por todo o Brasil objetivando a construção do Plano Nacional de Juventude. Em primeiro de fevereiro de 2005, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da Rep, criou-se a Secretaria Nacional da Juventude, o Programa Inclusão de jovens (Pro Jovem) e o Conselho Nacional de Juventude.

As políticas destinadas à juventude devem ter como meta a efetivação ou fortalecimento dos espaços de socialização, onde os jovens possam conviver e construir suas estratégias de sobrevivência. Nas posses urbanas eles são forçados a conviver com uma estrutura precária onde as ruas são substituídas por becos e as praças por esquinas. O mundo adulto exige muito dos jovens, atribuindo-lhes os sonhos que a eles não foram possível realizar, querendo impor-lhes caminhos, valores e ideias que muitas vezes nada mais são do que a manutenção do *status quo*.

Os pais reproduzem seus sonhos nos filhos, inclusive impondo-lhes seus projetos. Quando foram entrevistadas as famílias moradoras da posse urbana da Vila Coronel Cosme, houve unanimidade em afirmar que querem uma vida melhor para os filhos, diferente das suas. Consideram que o estudo é muito importante para transformar sua realidade e gostariam de voltar a estudar, porém, devido às dificuldades do dia a dia, vão sempre adiando o retorno para a escola. As reprovações são uma constante na vida dos jovens e quase sempre a justificativa é a necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção de sua família.

Os jovens têm um papel a desempenhar em sua família e sobre isso são constantemente cobrados. Para se ter uma garantia mínima de sobrevivência exige-se que todos os integrantes da família dêem sua parcela de contribuição. Em relação aos jovens, isso leva ao abandono da escola ou de projetos de qualificação, haja vista o fato de a sobrevivência não poder esperar.

A realidade dos jovens trabalhadores tem sinalizado para a importância de se pensar formas de inserir suas demandas nas agendas das políticas públicas. É nos anos de 1990 que essa preocupação é trazida à tona pelos próprios jovens. A iniciativa da Comissão parlamentar junto aos diferentes grupos juvenis tem como

principal preocupação recolher sugestões e ouvir o que esses jovens têm a dizer em relação às proposições das políticas públicas de juventude. Entre os vários grupos envolvidos nessa discussão está a Pastoral da Juventude do Brasil, que fez deste tema o eixo de sua proposta de trabalho por meio de um instrumento denominado plano trienal.

A percepção é de que a juventude se diferencia da adolescência, seja em relação à faixa etária ou ao conteúdo. As ações e projetos de atenção à juventude têm sua especificidade. O processo é marcado pela ação dos próprios jovens, das ONGs e entidades, reafirmando a necessidade de reconhecer a juventude como sujeito de direito. Pensando nas áreas de posses dos grandes centros existe um abismo entre a dimensão dos direitos sociais legalmente garantidos e a realidade marcada por constantes violações.

Nesse contexto, a juventude entra em pauta com intenso debate por todo o Brasil. O conjunto dessas discussões fortalece a ideia de um Plano Nacional de Juventude ou de um Estatuto da Juventude. O processo exige o envolvimento de organizações como a UNESCO, as Universidades, as ONGs, os institutos empresariais e outros. Todas as discussões evidenciaram a necessidade de estabelecer parâmetros para a compreensão de um marco conceitual capaz de estabelecer as especificidades entre adolescência e juventude, visando construir políticas públicas que melhor atendam a esses segmentos. Tais tarefas exigem muito dos estudiosos que se dedicam ao tema.

O conceito de juventude ficou fora das discussões por muito tempo devido à sua imprecisão conceitual e à confusão com o termo adolescência. Portanto, a primeira necessidade que se vislumbra é a de definição do termo, que pode ter vários pontos de partida, como faixa etária, ciclo de vida, questão geracional, categoria social, entre outras possibilidades. Em meados dos anos de 1990, houve a necessidade de tematizar os problemas referentes aos jovens relacionados às dificuldades de inserção e integração social em contexto de profunda crise do capital, que se desdobrava e ainda desdobra no aumento da violência e da pobreza, impedindo projetos de vida autônomos.

Nos dias atuais, o tema da juventude tem seu lugar para além da adolescência. Uma nova agenda está posta para o país, exigindo novas pesquisas e respostas políticas. Esse movimento contribui cada dia mais para afinar o debate sobre as políticas de juventude. O debate atual indica a necessidade de continuar o

processo de definição dos termos adolescência e juventude, reduzindo a ambiguidade que leva ao prejuízo dos sujeitos sociais que podem ser alijados no processo.

Na década de 90 é significativo o volume de produções dos intelectuais comprometidos com esse segmento. O observatório da juventude realizou várias pesquisas na tentativa de conhecer o público jovem do Brasil, entre elas uma pesquisa intitulada “Retratos da Juventude Brasileira”, que traçou o perfil dos jovens brasileiros. Esses estudos subsidiam as discussões e fornecem elementos para os gestores públicos e organizações sociais na implementação de serviços de atenção à juventude.

A concepção de juventude tem uma mobilidade histórica e social e se modifica de acordo com a conjuntura, o período histórico e a região ou país. A juventude, percebida como categoria socialmente construída e historicamente determinada, resulta de questões culturais e relacionais. Ser jovem é uma condição social que se altera dependendo da sociedade e do contexto em que está inserido. Há uma grande diferença, sustentada na divisão de classes, em ser jovem da burguesia e ser da classe trabalhadora, morar no centro ou em área de posse, ser jovem em tempos de ditadura e ser jovem na democracia.

São concepções que apontam cada dia mais para a necessidade de investigação e conhecimento de sua realidade, principalmente em se tratando de jovens que vivem em ciclos de violência derivada da omissão do Estado ou da relação estabelecida com o tráfico. Conhecer essas situações é ponto de partida para a proposição da proteção social, capaz de responder às demandas apresentadas na perspectiva da sobrevivência e da preparação para o exercício da cidadania. Essas propostas devem estar sintonizadas com essa realidade e recuperar o vínculo e a confiança dos jovens nas organizações até então desacreditadas por funcionar como enquadradoras de comportamento.

A situação dos jovens que vivem nos bairros pobres como as áreas de posses somente pode ser compreendida dentro da lógica da relação estabelecida pelo capital. A partir dessa, é preciso destinar aos trabalhadores políticas compensatórias como forma de manutenção da força de trabalho. Estas podem resultar das lutas dos trabalhadores, mas são também formas de fortalecimento do capitalismo. Quando se afirma a ausência de políticas sociais nas posses urbanas estamos dizendo que é próprio desse modelo de desenvolvimento a segregação espacial e social.

Existem, na América Latina e inclusive no Brasil, várias concepções sobre juventude que estão na base das proposições dos serviços destinados ao público jovem.

Abramo (2005) sistematiza as principais abordagens em quatro pontos básicos, explicitadas a seguir. A primeira abordagem compreende a juventude como um período preparatório. É caracterizada como uma fase de transição entre infância e idade adulta. Essa concepção leva à formulação de políticas centradas apenas em preparar os jovens para assumir o mundo adulto, com suas responsabilidades devidamente estruturadas. A “essência desta abordagem é a perspectiva universalista na garantia de direito por parte do Estado” (ABRAMO, 2005, p. 1).

O limite é a noção da juventude enquanto um grupo homogêneo. Essa perspectiva não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente em função de uma idealização do futuro. Esse modelo ainda hoje orienta muitas ações destinadas à juventude, tendo sua predominância nos anos 50, segundo Abramo (2005). É uma visão do jovem como sujeito que precisa ser preparado, formado, treinado e que tem o papel de ser receptor das propostas para ele pensadas. A educação é uma política que incorpora este paradigma: preparar os jovens para o trabalho como diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A segunda abordagem refere-se à juventude como etapa problemática, uma fase caracterizada por problemas que ameaçam a ordem social, centrada em comportamento de risco e transgressões. As políticas públicas são, nesse contexto, compensatórias, e destinam-se a grupos específicos em situações de vulnerabilidade ou risco. Geralmente são pensadas para responder às situações vinculadas aos jovens das classes populares em áreas de posses.

Esta concepção da juventude como problema acaba por gerar um estigma que se generaliza a todo o segmento juvenil e forma concepções distorcidas da juventude. As ações das políticas de saúde, da justiça e da segurança social utilizam muito esse enfoque em seus programas e projetos que recortam determinados grupos e problemáticas. No Brasil, essa concepção pode ser percebida principalmente nos anos 80 e 90, diante das demandas suscitadas pelos jovens trabalhadores em um contexto de violência e empobrecimento. O debate atual tenta superar essa concepção do jovem enquanto problema.

A terceira concepção é aquela que entende o jovem como ator estratégico do desenvolvimento. Aposta nos jovens enquanto atores dinâmicos da sociedade e que

apresentam possibilidades de enfrentar os desafios postos pelo mundo moderno. Busca o engajamento dos jovens em ações comunitárias e sociais, gerando uma ideia de protagonista do desenvolvimento local. A sociedade projeta nos jovens seus anseios e expectativas e transfere para eles a função de transformação social.

Esse modelo deposita uma carga de responsabilidade muito grande sobre os jovens, numa visão utilitarista do potencial desse grupo em que não considera suas necessidades. No Brasil, esse enfoque é predominante nos últimos anos, principalmente por iniciativa das agências de cooperação internacional, dos organismos multilaterais e das fundações empresariais.

A quarta concepção parte da juventude cidadã como sujeita de direitos. Como uma etapa singular de desenvolvimento pessoal e social, considera os jovens como sujeitos de direitos, deixando de compreendê-los como alguém incompleto ou com desvio. Esse enfoque muda a visão negativa dos jovens e introduz uma visão de cidadania, considerando-os como pessoas integrais, que precisam de políticas articuladas entre si.

No Brasil, essa abordagem perpassa a concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não pode ser percebida nas ações destinadas à juventude. Falta à juventude um referencial legal que assegure esses direitos instituídos ainda difusos e presentes nas lutas das organizações juvenis. O que existe hoje é um movimento dos próprios jovens por políticas públicas que assegurem suas especificidades a partir da perspectiva da formação integral, diversificada, conectada com suas necessidades imediatas e de longo prazo, pensadas conjuntamente com os jovens, reconhecendo suas contribuições e participação.

Esses diferentes modelos misturam-se aos desenhos de políticas públicas de atenção à juventude no Brasil, dependendo dos atores envolvidos na proposição da ação. É comum também haver um descompasso entre o que se propõe, ou seja, a intenção, e o que se efetiva na prática. Muitas ações formuladas a partir da noção de direito se caracterizam como forma de modelar comportamentos e enquadrar os jovens em modelos preestabelecidos. Essa situação caracteriza-se em um desafio porque, segundo Abramo (2005a), a noção de juventude como sujeito de direito ainda está em fase de construção social e política no Brasil.

A dimensão do direito é eixo de muitos movimentos juvenis e organizações de apoio, que percebem os jovens como uma categoria social adequada à ideia de transformação devido a sua potência renovadora e inconformismo com situações de

opressão. De acordo com Abramo (2005), por muito tempo os partidos políticos incorporaram as demandas da juventude estudantil a partir da educação, deixando de lado as lutas específicas e as questões próprias da juventude.

Essa dimensão quase nunca foi considerada pela ação dos partidos políticos, diferentemente de outros segmentos tais como as mulheres, a infância e o negro, que desde o início levantaram a necessidade de se pensarem políticas públicas direcionadas a eles. Recentemente é que as ideias de políticas públicas específicas para a juventude entraram em pauta nos debates internos de diferentes partidos, mesmo assim com reduzida participação no poder, ocupando principalmente espaços no legislativo e executivo.

A demanda posta atualmente para as várias organizações de juventude, principalmente as presentes nas áreas de posses urbanas dos grandes centros, são formas de garantia de seus direitos, como o acesso à escolarização de qualidade e à oportunidade de obter trabalho e renda. O processo desencadeado recentemente em torno da construção de uma agenda relacionada com as necessidades dos jovens tem mobilizado diferentes grupos sociais, sejam representantes da juventude, sejam institutos de pesquisa, formação e assessoria. A participação dos jovens nesses eventos, entre eles as Conferências municipais, estaduais e nacionais, tem sido expressiva.

Existe, hodiernamente, uma maior visibilidade da juventude, em parte pelo surgimento de vários grupos juvenis, que tem sua origem nos setores populares e colocam diversas demandas na agenda do governo, referentes à realidade marcada pela omissão do Estado e que passa despercebida por outros atores sociais, mas que, para os jovens, caracteriza-se como objeto de preocupação. Os novos grupos juvenis possibilitam compreender um leque de necessidades reais dos jovens das camadas populares e instigam uma nova compreensão em detrimento da atual, que vê esses jovens como perigosos fatores de risco, pessoas com desvios e dadas ao crime, distantes do modelo ideal de jovens.

Essa nova perspectiva é posta principalmente pelo hip hop, pelo rap, pelo grafite e pelo *break*, que ecoam, Brasil afora, as tensões e contradições vividas pelos jovens negros e pobres moradores das posses urbanas. Outros grupos também têm contribuído significativamente para o desvendamento da realidade vivida pelos jovens, a saber: o reggae, o maracatu, o rock, o punk, grupos de capoeira, teatro, poesia, rádios comunitárias, grupos ligados aos esportes radicais,

como o skate, e grupos ligados à atuação comunitária, às ações solidárias ou ao lazer. Esse conjunto de atores provoca a adesão de movimentos sociais, fortalecendo a luta pela efetivação dos direitos específicos da juventude.

Essas vozes vindas da posse urbana chamam a atenção da população, dos gestores públicos e dos partidos políticos sobre a necessidade de se pensarem políticas públicas de atenção à juventude. Hoje, uma diversidade de organizações da sociedade civil e pública estão presentes nos debates. O processo desencadeado de audiência pública, de conferências nas várias instâncias de governo, de seminários, oficinas, plenárias e pesquisas, aponta a importância de se ter um documento com proposição de políticas públicas para todo o Brasil. O governo federal criou um grupo de trabalho interministerial responsável por pensar políticas públicas específicas de juventude através da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

O papel da Secretaria é articular as políticas desenvolvidas pelos diferentes ministérios e executar o programa nacional, que conta com dotação orçamentária específica. O público destinatário dessas ações é o jovem entre 18 e 25 anos. O papel do Conselho, que não é deliberativo, mas sim consultivo e propositivo, é de articulação entre o governo e a sociedade civil. A instituição desses dois órgãos é uma novidade na história de luta da juventude, a princípio por participação política e, mais recentemente, por políticas públicas. Está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei para que o termo 'jovem' seja incluído na Constituição Federal juntamente com 'criança' e 'adolescente'. Por todo o Brasil existem municípios que implementaram secretarias e assessorias, como é o caso de Goiânia, para efetivar políticas de atenção à juventude. Vive-se um processo crescente de incorporação desse segmento à agenda pública.

Por um longo tempo a noção de adolescência e juventude se misturam, resultando na compreensão desses dois grupos como seres com a mesma especificidade. Atualmente, existe um consenso sobre suas similaridades e diferenças. Os adolescentes estão assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente através de um conjunto de medidas protetivas de responsabilidade dos governos e da sociedade. Quanto aos jovens, o debate a respeito da necessidade de políticas públicas de/para/com é recente, ainda necessitando de diagnósticos mais precisos que revelem como se dá a condição juvenil e as necessidades que decorrem dessa condição.

O projeto juventude é uma tentativa de estabelecer parâmetros para as políticas públicas destinadas a esse segmento. Ele compreende a juventude como uma fase marcada por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades:

[...] os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares [...] requerem suporte com estrutura adequada para desenvolver sua formação integral, construir seu projeto de vida e sua inserção na vida social [...] os processos constitutivos da condição juvenil se dão de modo diferenciado, segundo as desigualdades de classes, renda familiar, região, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero. (ABRAMO, 2005, p. 31)

A questão dos jovens das áreas de posse está no centro do debate atual na relação com as políticas públicas. É um novo momento histórico do surgir de uma classe que sofre as consequências da concentração de renda decorrente do sistema capitalista. A juventude impõe outro olhar sobre a realidade das posses urbanas enquanto lugar carregado pelo estigma de abrigar a classe “perigosa”. É também espaço de luta e reivindicação onde outra forma de inserção é construída.

Pensar em políticas de juventude exige um conhecimento cada dia mais apurado dessa realidade e da garantia de interlocução com as diferentes expressões assumidas pelos jovens para revelar suas novas possibilidades de ser e de se organizar. A cultura e o lazer aparecem como elementos aglutinadores do público juvenil, como uma forma de externar suas condições de vida, criticar o sistema e se colocar no espaço público.

Conforme dito anteriormente, em várias regiões do Brasil novas formas de atenção estão sendo efetivadas. Em vários municípios já existem órgãos que se ocupam das demandas apresentadas pelos jovens. Da mesma forma, as diferentes organizações da juventude estruturam formas de pressão para que a juventude seja considerada nas agendas públicas. Em Goiânia, a Assessoria Especial da Juventude, criada no governo popular no período de 2000 a 2004, com sequência no atual governo do município, tenha como função assegurar a pauta da juventude.

Assim, é preciso considerar que na realidade brasileira não existe uma concepção homogênea dos jovens, e que ser jovem depende do contexto onde se está inserido. Depende, ainda, da classe social a que se pertence e, nesse aspecto, o ponto de partida para compreender os jovens é, antes de qualquer coisa, apreender a classe trabalhadora inserida em um sistema capitalista concentrador de

renda que provoca, por sua dinâmica, a desigualdade social. Essa é da natureza desse modelo de produção. A supressão dos efeitos do sistema capitalista pressupõe a supressão do próprio sistema capitalista, uma tarefa árdua e necessária na perspectiva da justiça social e dos direitos construídos pelos movimentos sociais na contra lógica do capital. Os direitos da juventude são um ponto de pauta na agenda das organizações juvenis e do governo.

O modelo de desenvolvimento denominado de sistema capitalista é constituído pela concentração de renda, que acaba por provocar a desigualdade social. Nesse sistema, tudo gira em torno da capital e tudo se torna mercadoria, inclusive as relações que as pessoas estabelecem entre si. Desde sua origem o capitalismo revela-se como um modelo excludente, que coloca a parcela significativa da população fora dos benefícios do desenvolvimento. Porém, a tarefa da produção de riquezas que é coletiva e sua apropriação individual o que leva a exploração dos trabalhadores que pagam um alto preço pela produção como, por exemplo, ficar fora do usufruto daquilo que produziram.

A classe trabalhadora e a burguesia constituem as classes fundamentais do sistema capitalista. A classe trabalhadora é que produzem a riqueza com seu trabalho, haja vista que somente este pode produzir aquela. É a ação do homem sobre a natureza, transformando-a, que dá origem à mercadoria, base do sistema capitalista. Aos trabalhadores são impostas longas horas de trabalho em troca de um salário insuficiente, que não consegue manter dignamente a eles e sua família. Existem, ainda, os trabalhadores desempregados, que não são absorvidos pelo mercado e constituem o exército de reserva. Esse é um dos elementos que mantém a exploração, porque, com tanta gente sem trabalho, ninguém é insubstituível.

No Brasil, a legislação trabalhista e os direitos constitucionalmente garantidos em 1988 não foram suficientes para impedir os desmandos do capital e os seus efeitos devastadores no cotidiano dos trabalhadores. Quem vive de venda de sua força de trabalho passa pela situação de não ter para quem vender. Já os que a vendem passam pela relação capital *versus* trabalho que produz a chamada questão social anteriormente já referida, que traz em seu conteúdo as mazelas provocadas pela cidade capital: desemprego, subemprego, salários insuficientes, violência, precariedade dos serviços essenciais do tipo moradia, educação, saúde e outros passando a dependência de políticas sociais focalizadas e seletivas.

Na cidade, o lugar reservado aos trabalhadores é a periferia, distante dos locais de trabalho e de tudo que a cidade oferece de possibilidade de acesso à produção coletiva. O centro da cidade é onde se concentra o investimento social, com prédios bonitos, casas confortáveis, ruas amplas, praças urbanizadas, repartições públicas, redes de comércio, dentre outros elementos que tornam a cidade um espaço agradável. Os trabalhadores apenas passam nesse espaço ao final do dia, quando retornam para onde moram em pequenas casas ou barracos, sem infraestrutura adequada, carentes de espaços públicos e equipamentos sociais.

Este estudo parte da compreensão da juventude como uma categoria socialmente construída e historicamente determinada. Ninguém é jovem como quer, mas dentro das condições objetivas ou concretas postas pela realidade, dependendo do tempo, do lugar, da classe social a qual pertence, dentre outros determinantes.

A sociedade estabelece parâmetros e os impõe à juventude e, quando esta os rejeita, imediatamente é tratada como rebelde. As situações concretas do dia a dia nos oferecem as condições para compreendê-la a partir da sua forma de viver e de se organizar. Questões como moradia, sexo, raça, religião e condições econômicas e sociais nos dão os referenciais para entendê-la enquanto inserida no espaço da posse urbana.

Na verdade, isso significa possibilidade de ser aceito pelo grupo e evitar, com isso, o isolamento. Não ter capacidade de consumo o faz pobre e, fora da lógica de mercado, significa não ter lugar na sociedade. A falta de condições de acessar os objetos de desejo é um desafio para inserir-se nas relações sociais no bairro. Nesse sentido, o bairro é o mundo das possibilidades junto com quem vive e convive. O mercado é quem atíça o desejo de ter e não oferece possibilidade para os filhos dos trabalhadores, extremamente explorados por sua lógica.

A cultura dominante impõe um padrão à juventude, constrói uma imagem, um modelo de beleza, de saúde, de alegria e de vigor adepta ao consumo e à moda. Esses são requisitos para as famílias que têm um poder aquisitivo que permite aos seus filhos usufruírem desse modelo. Para os trabalhadores, esse modelo não passa de uma referência, a qual não lhes é permitido o acesso, pois não podem pagar o preço exigido. Nenhuma das imagens acima descritas corresponde a sua condição de vida, mas são veiculadas pelos meios de comunicação, que reforçam, por um lado a visão burguesa de juventude com ousadia, coragem, espírito de aventura, gosto

pelo risco e acesso aos bens e serviços e, por outro lado, apresenta a juventude das áreas de posse como violenta, baderneira, perigosa e afeita ao crime, o que revela e reforça um preconceito de classe e etnia.

A organização da juventude, hoje, baseia-se em uma multiplicidade de iniciativas. A arte torna-se uma forma de manifestar seu ponto de vista, impor seu ritmo e seus valores. Em um contexto de mundo contemporâneo, os jovens que vivem na cidade possibilitam o surgimento de novas práticas que exigem novos sujeitos sociais, até então desconsiderados ou reconhecidos pelos estereótipos de marginais, drogados e outras formas pejorativas, etc.

Os dados do início deste século apontam que o perfil dos jovens brasileiros era de 21 milhões de adolescentes (12 a 18 anos); a juventude (15 a 24 anos) estaria na casa dos 34 milhões. Os adultos jovens (25 a 29 anos), categoria recente no Brasil, seriam de 13,8 milhões. Juntando jovens e adultos jovens (15 a 29 anos) tem-se 47 milhões (IBGE, apud Teixeira e Silva 2000). A Secretaria Nacional de Juventude, em seus documentos de preparação da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, divulgou que há, atualmente, no Brasil, 50,5 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. 14,6 milhões deles/as moram em regiões metropolitanas e 25,4 milhões em regiões não metropolitanas; 7,8 milhões vivem em regiões rurais. (TEIXEIRA E SILVA, 2008).

Nesse sentido, a juventude apresenta demandas por Políticas Públicas no sentido de ampliar e garantir o acesso e a permanência na escola, que deve apresentar qualidade como também; política capaz de garantir renda para o jovem e sua família a fim de prepará-los para o mundo do trabalho. A posse urbana necessita de equipamentos sociais que garantam práticas esportivas, que promovam a vida saudável; que democratizam o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; que promovem os direitos humanos e as políticas afirmativas; que estimulam a cidadania e a participação social via engajamento nas lutas sociais de interesse dos jovens.

O ponto de partida para se compreender os jovens trabalhadores é considerar o contexto no qual estão inseridos, como afirmado anteriormente, quais suas demandas e aspirações frente à realidade. A crise do mundo do trabalho²⁵ afeta os trabalhadores em geral e, entre eles, os jovens que estão prestes a adentrar em um mercado cada vez mais exigente e excludente. Essa realidade rebate diretamente

no projeto de vida dos jovens empobrecidos, que precisam trabalhar e não reúnem as condições exigidas pelo capital.

A compreensão dos jovens das classes populares parte da luta de classe inerente ao capitalismo, na qual a classe trabalhadora sofre as consequências da concentração de renda, que gera exploração e coloca a populações inteiras reféns da pobreza e da violência. Nessa lógica, os jovens trabalhadores estão fadados a repetir a história de seus pais, através de um ciclo que envolve gerações com falta de perspectivas. A resposta à demanda da juventude em direção ao seu reconhecimento como sujeito de sua história pressupõe a superação desse modelo excludente, na contramão da sociedade justa e plural.

Esse contexto afeta principalmente os jovens que vivem na periferia dos grandes centros urbanos e trazem em si sonhos e expectativas de uma vida melhor, deferentes daquela vividas pelos seus pais. Contudo são marcados pelo lugar de origem onde são mais visíveis os efeitos da questão social que se expressa em mazelas como a ausência de renda, moradia inadequada e carência de espaços públicos. A Vila Coronel Cosme, referência para este estudo e que será mais bem apresentada a seguir, é um exemplo típico de como se configuram as periferias na cidade de Goiânia.

²⁵ Ver Antunes (2003).

3 A VILA CORONEL COSME E OS JOVENS

A Vila Coronel Cosme pode ser percebida como um espaço contraditório, como outras tantas que existem na capital. Não no sentido de reforçá-la como um lugar feio, violento, onde predominam apenas os efeitos da pobreza, sob o risco de fortalecer o estigma que pesa sobre sua população. O objetivo é ver as coisas como elas são, sem o fetiche de mascarar a realidade, atribuindo-lhe características positivas ou negativas que reforçam uma ou outra concepção. Assim, como os demais bairros que abrigam a população de baixa renda como o Madre Germana I e II, os Bairros da Vitória, os Jardins Curitiba 1, 2, 3 e 4 e tantas outros que se situam na franja urbana da capital. A vila Coronel Cosme compõe esse espaço segregado marcado por diversos estigmas.

Para a população considerou que a Vila tem um aspecto positivo: sua proximidade com a área central da cidade, apesar do vínculo por tudo que representa morar na Vila. São muitas as dificuldades de seus habitantes e, em especial, dos jovens, público principal deste estudo. As entrevistas, as conversas informais e a vivência nesse bairro mostram com clareza as desigualdades sociais existentes na região e as dificuldades²⁶ vividas por essa comunidade.

Os dados fornecidos pela pesquisa revelaram que existe um descompasso entre o que propõem as políticas públicas e a realidade dos jovens moradores da Vila Coronel Cosme. Lacunas nem sempre percebidas pela população diante da escassez de espaço de formação política na Vila. A proteção proposta pelas políticas não se concretiza nessa realidade onde impera a violência, pois o Estado capitalista trata as demandas dos trabalhadores com medidas paliativas.

Outro elemento presente nessa situação deve-se principalmente ao fato de que na Vila a educação, a saúde, o lazer, a moradia e a urbanização adequada não têm nenhuma expressão ou manifesta-se precariamente. O acesso a esses equipamentos, quando extremamente necessário, é feito em outros bairros como Negrão de Lima, Bairro Feliz, Vila Nova e outros bairros na proximidade. A Vila se tornou laboratório de estudo para vários cursos da UCG a partir de 2002, por meio

²⁶ Essas dificuldades são, principalmente, de leitura e escrita. As desistências dos estudos são uma constante. São muitas as limitações que atravessam a vida escolar dos jovens, entre elas a mais relevante: a necessidade de buscar a sobrevivência.

da articulação de estudantes em estágio e extensão de cursos como Direito, Arquitetura, Psicologia e Serviço Social. A proposta era desenvolver uma experiência interdisciplinar, garantindo a interação dos diferentes saberes sobre a questão social e os encaminhamentos necessário a seu enfrentamento. Para isso, os estudantes buscam visitar as unidades de saúde, conselhos locais de saúde, escolas, Centro Municipal de educação Infantil (CMEI), dentre outras organizações²⁷ que atendem a essa populações

Essa área caracteriza-se por constantes violações de direitos, essa população vive, em sua maioria, o desemprego ou o subemprego com renda incerta. As moradias, mesmo em condições precárias, ou são autoconstruídas pelas próprias famílias em seu tempo de descanso, ou expressam o resultado de uma ação de solidariedade entre as famílias via cooperação, através de uma ação organizada, o que caracteriza mais uma forma de exploração dos trabalhadores. A realidade de muitas residências oferece riscos à população, pois são barracos sem a menor condição de abrigar dignidade ao ser humano, como ilustra a figura 05.



Figura 05: aspecto de uma residência que abriga uma família na Vila Coronel Cosme.
Fonte: Autoria nossa.

Segundo Braga (2008, p. 01),

a moradia é um direito fundamental previsto na Constituição de 1988. O conceito de moradia foi ampliado nos últimos tempos. Hoje moradia não é apenas uma casa é o “habitat” o que deve assegurar condições de habitabilidade e salubridade com condições ambientais adequada, privacidade, segurança, durabilidade, iluminação, ventilação, abastecimento de água, esgoto sanitário, disposição de resíduos sólidos e adequada

²⁷ Relatório – 2001/2. Projeto de Direitos Humanos na Educação. Martins e Carvalho. Goiânia. Março de 2003. Universidade Católica de Goiás. Busca compreender como a rede de atendimento desses serviços se organiza e qual seu funcionamento na região é a proposta dos estagiários do Programa de Direitos Humano (PDH) da Universidade Católica de Goiás (UCG).

localização em relação ao emprego e os equipamentos sociais e serviços urbanos.

A partir desse referencial, percebe-se que os moradores da Vila Coronel Cosme estão muito distantes do ideal de moradia. Na Vila acontece o oposto do previsto pela autora (2008), pois muitas casas não podem ser consideradas moradias, são barracos sem a menor condição de abrigar dignamente pessoas e que não fazem parte do conceito de habitat. O espaço interno e externo das moradias se configuram com uma violência à população desprovida economicamente. É possível afirmar que essas famílias estão abaixo da linha de pobreza porque vivem sem nenhuma garantia de renda²⁸.

Para Braga (2008, p. 1),

o habitat não é domicílio, alojamento corresponde ao espaço freqüentado por indivíduos ou grupos, lugar de trabalho, de circulação, de divertimento ou repouso. A moradia é um direito básico de cidadania e qualidade de vida [...] a casa não é separada da cidade ela faz parte do espaço urbano.

De certa maneira, a forma como as casas são construídas revela o poder aquisitivo de seus moradores. Dentro da Vila, as casas de quem tem trabalho regular, mesmo que ainda inadequadas para o convívio de pessoas, possuem uma aparência de habitabilidade.

As famílias que vivem de rendimento incerto ocupam, ao contrário, barracos improvisados, sem a menor condição de moradia. Muitas famílias acabam ampliando irregularmente seus barracos para abrigo dos filhos que se casaram e/ou de outras pessoas que passam a serem agregados. Vivem todos em pequenos cômodos, com o pequeno terreno alterando o espaço com um amontoado de barracos onde moram várias pessoas. Por isso, o espaço da posse urbana parece feio aos olhos da sociedade elitizada, algo fora do padrão e que, portanto, não pode pertencer à cidade.

²⁸ Muitas famílias vivem, nessa posse urbana, de ajudas advindas de entidades sociais e religiosas, pessoas de outros bairros que tem relação direta com alguns moradores e programas governamentais como o Bolsa Família. Existem, ainda, pessoas que praticam mendicância em vários pontos da cidade. Algumas famílias vivem reféns de dívidas com os comerciantes locais, mediante compras fiadas, o que caracteriza constantes pressões por pagamento. Nesse aspecto, talvez a maior dificuldade das famílias sejam as contas básicas como água e energia, recursos que estão sempre cortados ou com aviso de corte. São comuns também os rearranjos como ligações diretas, entre outras providências.

Os jovens reconhecem, segundo a pesquisa, que o espaço de suas casas não é adequado. Às vezes demonstram ter vergonha do lugar onde moram pelo fato de criarem algumas dificuldades ou resistirem completamente quando solicitada a permissão para visitá-los. Sobre essa discussão, apresenta-se a tabela 07.

Tabela 07: Opinião dos jovens entrevistados sobre o local onde moram

Resposta	Jovens	%
Gostam do local	11	55,0%
É obrigado a morar aqui	1	5,0%
Gostaria de morar em outro local	8	40,0%
Total	20	100%

Fonte: Dados obtidos através da pesquisa de campo realizada em junho de 2008 na Vila Coronel Cosme.

O núcleo urbano da Vila Coronel Cosme, cuja realidade é precária, não difere das demais áreas de posse. Possui cerca de 325 residências e um total de 1.270 habitantes (IBGE, apud Carvalho 2004), representando 2,16% da população que vive em área de posse no município. Em termos populacionais, a Vila representa 0,12% da população total de Goiânia²⁹.

Um aspecto positivo da Vila Coronel Cosme é a proximidade com o centro da cidade na avaliação da população, o que faz com que seus moradores não a considerem como periferia. Segundo Moraes (2006), periferia se define como distanciamento do centro urbano e, nesse caso, a Vila pode ser compreendida como um espaço segregado que, mesmo estando em uma área central da cidade, não possui a infraestrutura própria dos bairros urbanizados e não propicia aos seus habitantes o usufruto dos benefícios da cidade. Nesse sentido, é possível perceber o preconceito de classe, pois à sua população é atribuído o alto índice de violência na região. A Vila é cercada por bairros urbanizados, o que a torna refém dessa situação. É como se cercas invisíveis impedissem a mobilidade das pessoas em direção à cidade urbanizada. É explícito o interesse especulativo do mercado imobiliário na área ocupada.

O tempo passou, mas as condições de vida permanecem precárias. São muitas as dificuldades de se viver nesse lugar, principalmente pela ameaça constante de retirada das famílias pela Prefeitura Municipal. Durante a pesquisa, os entrevistados diziam que procuravam a Vila para morar porque somente ali teriam

²⁹ Carvalho (2006).

condições de adquirir uma casa, ou seja, comprar um direito. O despejo significa repetir, mais uma vez, a história de não ter onde morar ou voltar a pagar aluguel, fato inadequado pela sua condição econômica. Para os jovens e, também, para suas famílias, o fato de ter casa própria é extremamente importante, sendo esse o principal motivo de mudança para a Vila.

Na Vila Coronel Cosme a juventude precisa inventar seu dia a dia, criar suas alternativas de lazer, trabalho e outras formas de garantir a sobrevivência, driblando a pobreza e a violência instaladas no bairro. A maioria gosta do lugar, mesmo reconhecendo que são precisos investimentos públicos e que isso não é fácil de conseguir.

A realidade da população juvenil é constituída de várias dinâmicas. A maioria tem pequenos grupos de convivência que se encontram em diferentes pontos da Vila. A aproximação deve-se à semelhança de suas condições de vida e a afinidade pessoal. Enfrentam os mesmos problemas no dia a dia devido à inserção em uma realidade marcada pela segregação espacial e social, que impõe uma condição de vida à população, quase sempre caracterizada pela dificuldade de acesso aos bens socialmente produzidos. Esse quadro repercute nos jovens de forma bem particular, ameaçando a efetivação de seus projetos de vida.

Pela análise dos diálogos com os jovens percebe-se que existe uma lacuna entre o desejo/sonho e a realidade, entre o que eles realmente querem e o esforço que fazem nessa direção. O fato que chama a atenção é o descontentamento com as situações do dia a dia. Eles não aceitam a realidade como ela se apresenta, acreditam que precisa ser transformada, porém não percebem como podem contribuir. Procuram formas de expressar suas opiniões mediante o esporte, a música e a dança. Também estão inseridos nos ciclos de violência como promotores e vítimas.

Do centro da cidade até a Vila gastam, de ônibus, menos de meia hora, o que a distingue das demais posses urbanas. Ademais, sua forma de organização é diferente da dos bairros vizinhos, pois suas construções em nada lembram os bairros que a rodeiam. Suas ruas estreitas e seus casebres até parecem ser outra cidade. A falta de equipamentos sociais demonstra a omissão do Estado para com seus habitantes. A violência policial é percebida pelo conjunto da população. Das 20 entrevistas realizadas com jovens, todos mencionaram esse tipo de agressão como um dos maiores problemas vivenciados. Quando perguntamos sobre a ação da

polícia, Leo disse com voz trêmula. *“Não ando a noite por aqui... Coitado de quem encontra com eles nessas ruas à noite”*.

A concepção dos jovens sobre a violência leva-os a compreendê-la como algo externo, que acontece nas ruas, decorrente de brigas ou de alguma rixa. A noção de violência é ligada à ideia de agressão física que deixa marcas no corpo. Outras dimensões, como a psíquica, social e doméstica (correções feitas pela família), por mais agressivas que sejam, não são consideradas como violência. Como também não o é a precariedade das condições de vida.

A ausência de planejamento do traçado urbano e a falta do título de propriedade de sua moradia permitem perceber os efeitos perversos da atuação capitalista. Durante o tempo em que se esteve nessa comunidade para realização deste estudo, inúmeras vezes percebeu-se a aflição da população receosa de perder sua casa, que expressa tudo o que conseguiu acumular em toda sua vida produtiva. A população se divide entre os que acreditam na união das famílias como possibilidade de resistência para permanecerem na Vila e os que não acreditam que a desocupação ocorra.

As pessoas estão sempre pedindo ajuda para permanecer no local. Muitos dos moradores que ali vivem já foram despejados de outros lugares e temem reviver essa experiência que consideram traumáticas. A ajuda externa parece ser a solução para a população fragilizada e cansada de promessas de políticos que não resultam em nada. O desejo de permanecer no local deveria ser o elemento aglutinador da população, mas, no entanto, as estratégias de mobilização não garantem esse resultado.

Os estudantes presentes na comunidade procuram reforçar a organização das famílias via associação de moradores. Nos últimos tempos, têm sido grande as contribuições por meio do assessoramento à diretoria da associação no sentido de estabelecer a pauta de discussão para as reuniões e de prepará-las com antecedência, retomar as atribuições dos membros da diretoria, cuidar do registro das reuniões através da organização das atas, além de estratégias de sensibilização das famílias para que fortaleçam esse instrumento de luta.

Os jovens da comunidade não estão presentes nesse espaço, que é marcado pela atuação dos adultos. Na pauta da associação que tem centralidade no tema da desocupação não está prevista a participação dos jovens. Os temas relacionados com o cotidiano dos jovens como violência, tráfico de drogas, qualificação para o

trabalho, esporte, lazer não consta na pauta oficial da associação. Também nunca houve qualquer proposição nesse sentido.

Os primeiros moradores da Vila foram mais ou menos 15 famílias, que vieram para Goiânia motivadas principalmente por melhores condições de vida. A primeira intenção era a de arrumar trabalho e, em seguida, um lugar para morar e, posteriormente, trazer seus descendentes. Aqui chegando começaram as dificuldades, uma vez que as construções eram feitas nas horas vagas, gerando a demora e uma sobrecarga de trabalho.

Segundo entrevista concedida à estagiária do Curso de Serviço Social em 2005, um dos entrevistados contou que quando chegou a Goiânia tinha 18 anos e veio para trabalhar quando tudo era mato. Com o tempo, outros membros da família vieram e se instalaram no local. Muito jovem, tinha o sonho de melhorar as condições de vida sua e de sua família. Chegou à capital apenas com a coragem e determinação para enfrentar a dura realidade do trabalho precário e da moradia inadequada.

Na Vila Coronel Cosme, existem alguns moradores que estão desde o início da ocupação, como o atual presidente da associação de moradores. Porém, a maioria da população está mudando constantemente em busca de melhores alternativas. Por isso, as pessoas que estão na associação, nas pastorais e em outras formas de organização, como grupos de idosos, ação social comunitária, atividades religiosas, em geral, são sempre as mesmas pessoas.

O argumento inicial é de que as pessoas são acomodadas e não manifestam nenhum interesse em participar das atividades propostas pelos grupos. Com a convivência, outros fatores vão se apresentando. O perfil das lideranças locais é de pessoas centralizadoras e autoritárias, que provocam a dependência das famílias para as quais prestam atendimento, apregoando que a maioria dos cargos é por indicação. Ademais, criam suas próprias regras, estabelecem critérios segundo seus interesses e atendem a quem tem afinidade.

A população jovem não se sente sensibilizada para continuar tais tarefas, como mostra a pesquisa. A organização dos jovens está voltada, principalmente, para grupos religiosos, na perspectiva da evangelização. A preocupação é como ter um bom emprego, espaço para esporte e lazer e ficar livre da violência. Não acreditam que os atuais modelos de organização levem a algum lugar. O que deve ser feito também não está muito claro, mas sabem que a vida na Vila não é fácil para

ninguém. Quando perguntados sobre a importância da associação de moradores dizem não saber nada sobre isso.

Os moradores têm muita dificuldade de se organizarem em torno das questões coletivas. A associação de moradores viveu, por muito tempo, sob o controle de um único grupo, que não tinha concorrente nas disputas eleitorais. Falta legitimidade para as pessoas que estão à frente desse processo.

Como o grupo que compõe a diretoria da associação é composto por pessoas adultas, não há participação dos jovens. Muitos não conseguem dizer uma frase sobre a associação. Não sabem qual a razão de ser desse instrumento e não visualizam sua ação no dia a dia da comunidade. Não se tem notícias sobre qualquer iniciativa junto aos jovens para que se envolvam nas atividades da associação.

A agenda de trabalho da associação está ocupada com questões voltadas à melhoria do bairro, pois muitos membros da diretoria acreditam serem estas as tarefas da direção. A concepção é a de que tem que prestar serviço à comunidade. Nesse sentido, a preocupação é de atender às necessidades imediatas da população. A luta é descaracterizada de qualquer conteúdo político que possa resultar em um projeto aglutinador dos interesses da população.

Tal situação despertou nos estudantes o compromisso com esse grupo, passando a contribuir com a diretoria através do assessoramento, acompanhamento e planejamento das atividades da associação de moradores. A tentativa foi de fortalecer a organização, tornando-a um instrumento capaz de incorporar as lutas daqueles moradores por melhores condições de vida.

O atrelamento da associação a alguns partidos políticos é outro sério problema para a população, pois ela passa a ser um instrumento a serviço de candidatos, que tem como objetivo se eleger e manter no poder. É um instrumento para adquirir votos através do controle sobre a população. A conivência de membros da associação com determinados vereadores e seu grupo de apoio são obstáculos à organização da população, reduzindo as lutas coletivas a interesses particularistas de alguns grupos.

Um dos resultados positivos da intervenção dos estagiários foi o fato de que nas últimas eleições da associação houve mais de uma chapa concorrendo ao pleito, rompendo com o histórico de chapa única, o que constituiu uma novidade e um novo ânimo à organização comunitária, que começou a voltar-se para interesses

coletivos. A mobilização em torno do processo eleitoral motivou, inclusive, as crianças, que agora exercitam o direito de escolha. Em relação aos jovens, não há nenhum projeto que desperte o interesse, pois há certo descrédito nesse modelo de participação. Na ocasião, as crianças e adolescentes participaram ativamente do processo eleitoral motivadas pela participação cidadã. O mesmo não aconteceu com a juventude, que permaneceu alheia a essa movimentação.

A Vila não pode ser compreendida como uma área homogênea que vive os mesmos conflitos e padece da falta de infraestrutura. Dentro desse espaço existe uma divisão estabelecida pelos próprios moradores, denominada de Vila Coronel Cosme I e Vila Coronel Cosme II, e muitos preconceitos marcam essa divisão. As diferenças são mínimas e as semelhanças são muitas. Ambas constituem espaços segregados e a irregularidade do espaço urbano se faz presente. A área I é mais antiga. Sua origem é de 1970 e, por isso, o espaço tem melhor aparência, com ruas asfaltadas, mesmo que fora da legislação urbanística, enquanto que a área II tem origem na década de 90 e seu desenho espacial constitui-se basicamente por labirintos.

Como afirma Carvalho (2006), a divisão das duas áreas não acaba por aí. Existem muitas rivalidades entre uma e outra área. O preconceito é uma forma visível da manifestação da divisão do espaço, percebido nos termos usados pelos moradores da área antiga ao se referirem aos moradores da Vila II: os sem-terra, o pessoal da vilinha. Os moradores da Vila I os responsabilizam pela violência no bairro, acreditando que o lugar seja habitado por bandidos e, por isso, lá o tráfico de droga é mais intenso.

O processo de ocupação da área I intensifica-se em um período de grande ocupação urbana, fortalecido na luta pelo direito à moradia dos anos 70. A ideia de trabalho perpassa a busca por melhores condições de vida e o espírito coletivo guiou aqueles que necessitavam de um espaço para abrigar a família e ocuparam a terra porque ela estava desocupada e eles não tinham lugar para morar. As moradias foram construídas nas horas livres que deveriam ser destinadas ao descanso.

Por outro lado, a área II surgiu em outras circunstâncias, vinte anos depois. Existia uma figura estratégica que determinava quem deveria ou não entrar na área, sendo o critério principal ser ou não crente. Até hoje a área concentra um grande número de pessoas filiadas a essa manifestação religiosa. A religião é um dos

fatores explícitos de divisão das duas vilas. Enquanto a área II está sob o domínio dos evangélicos, a I está sob tutela dos católicos (CARVALHO, 2006).

A tensão entre esses dois grupos cresce a cada dia sob o pretexto da evangelização que provoca lacunas na comunidade e dificulta uma ação coletiva por parte dos moradores. Os projetos acabam por ter donos, o que impede a adesão de outros grupos. Tal pensamento está muito presente nas lideranças de ambos os segmentos religiosos. Percebe-se que a superação dessas diferenças em prol de algo coletivo que possa atender as pessoas, independente de suas opções políticas ou religiosas, é um processo lento.

Nesse espaço, as igrejas exercem sua influência e atrelam seus serviços de evangelização à concessão de benefícios sociais. A participação na catequese é condição para acesso a sopa feita semanalmente por um grupo de senhoras pertencentes à pastoral católica. Assim que chegaram à comunidade, os estudantes de Serviço Social perceberam a forma autoritária das lideranças. Assim, construir uma intervenção nessa realidade foi o maior desafio posto aos estudantes.

A reconstituição do processo de organização dos moradores segundo Passos (2005) traz a participação da igreja católica no atendimento às necessidades das famílias, seja ajudando a construir casa, fornecendo cestas básicas, medicamentos, entre outro benefício. Criou-se o centro comunitário, onde eram desenvolvidas várias ações de assistência social planejadas em reuniões, onde muitos moradores participavam. Ações de caráter caritativo estão ainda hoje no imaginário da população, que está sempre apresentando essa demanda aos estagiários do Programa de Direitos Humanos.

Na ausência do Estado, as organizações religiosas passam a atender à população, desconectado de qualquer avanço que as políticas públicas passaram nos últimos tempos. A caridade e a benemerência ainda é pressuposto para organizar os serviços aos pobres. De certo modo, a população fica refém dessas ações e, dependendo do grau de necessidade, acabam aceitando as condições impostas pelas organizações religiosas como forma de garantir o mínimo para sobreviver.

O assistencialismo é a base das ações dos religiosos desenvolvidas na comunidade. Dentro do sistema capitalista as políticas sociais assumem uma característica paliativa. Seus efeitos apenas amenizam a miséria, quando muito. Historicamente, é assim que o sistema tem respondido à classe trabalhadora. As

ações sustentadas pelo assistencialismo não alteram em nada as condições de vida da população, atendem a uma situação imediata.

O assistencialismo tem, para Sposati (1989, p. 68), uma dimensão histórica que recebeu influência do sistema capitalista:

O assistencialismo consiste numa atividade que recebeu diferentes nuances históricas [...] é uma estratégia do capitalismo a justificar as desigualdades sociais [...] busca constituir uma face humanitária [...] a satisfação dos pobres deve se dar de forma comedida e atenta ao uso que o beneficiário faz do serviço [...] há que se garantir a neutralidade das tensões [...] ao desvincular o conteúdo político de sua prática termina por reiterar, em pretenso atos técnicos, a alienação dos trabalhadores.

A preocupação não é transformar a realidade, mas sim administrar os conflitos sociais, deixando o processo de dominação burguesa intacto. O verniz de humanidade que define o assistencialismo ainda é bastante vivo nas práticas de evangelização de igreja de várias denominações. A caridade é o motor que impulsiona as ações desenvolvidas por esses grupos.

Historicamente, as práticas sociais estiveram sustentadas pela concepção filantrópica de amor à humanidade que fundamentava as ações de atendimento aos pobres:

A filantropia [palavra originária do grego: philos, significa amor e antropos, homem] relaciona-se ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade [...] constitui-se no sentimento, na preocupação do favorecido com o outro que nada tem, portanto, no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem [...] supõe o sentimento mais humanitário. A intenção de que o ser humano tenha garantido condições dignas de vida. É a preocupação com o bem estar público, coletivo. É a preocupação de praticar o bem. (MESTRINER, 2001, p. 14)

A prática do bem ainda é o elemento que move muitas das lideranças que organizam os serviços pastorais na Vila. No fundo, o que querem é salvar as pessoas, retirando-as das condições de pecado, razão de seu sofrimento. Tal concepção constitui uma visão ingênua do mundo e da vida da forma como está organizada. A prática social é desvinculada de uma análise crítica das estruturas capitalistas e da dimensão da cidadania, garantida mediante políticas públicas de responsabilidade do Estado.

Esse pensamento dificulta a organização da comunidade, que acaba seguindo o que é recomendado pelas lideranças. A luta para permanecer na área

torna-se uma luta de poucos, porque a maioria acredita na providência que, na hora certa, agirá e fará sua vontade prevalecer.

Os moradores da Vila têm, mesmo morando em área segregada, a sensação de estarem no centro pela proximidade da cidade. Esse é o principal motivo alegado pelos moradores para permanecer na área. Por outro lado, sair da Vila significa a ruptura com as relações estabelecidas. A maioria das mulheres trabalham de doméstica em famílias de bairros vizinhos e os filhos frequentam escolas ou Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) próximos. A transferência para outra área significa a perda desses vínculos.

De acordo com dados apontados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Vila possuía 325 domicílios e, destes, apenas 200 (61,54%) contam com água tratada, 125 (38,46%) possuem poço artesiano e 193 famílias (59,38%) utilizam o Rio Meia-Ponte como esgoto sanitário. É comum observar, na Vila, práticas de agressão ao meio-ambiente, as quais a população considera normais, inclusive porque, segundo um jovem morador, todo mundo faz (IBGE apud CARVALHO, 2006).

No aspecto populacional, a Vila apresenta uma média de quatro a seis moradores por residência. Segundo estudo de Carvalho (2006), em 2006 residiam na vila em torno de 1.270 pessoas, sendo 620 homens e 650 mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos. A vila conta com 274 jovens e, durante a realização da pesquisa, contactou-se sessenta deles e foram entrevistados apenas vinte. A população é constituída, em grande parte, por jovens e crianças. Ainda é possível encontrar, na Vila, famílias numerosas com uma média de seis a oito membros, como demonstra a tabela 08.

Tabela 08: Número de pessoas por famílias dos jovens entrevistados na Vila Coronel Cosme

Nº de pessoas na família	Número de jovens	% de jovens
02	02	10,0
03	03	15,0
04	04	20,0
05	03	15,0
06	02	10,0
07	05	25,0
08	01	5,0
Total	20	100

Fonte: dados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada na posse urbana da Vila Coronel Cosme em junho de 2008.

As famílias mais antigas guardam a história oral do bairro, sempre recheada de muita luta e sofrimento, o que não atrai o público jovem. Para estes, a Vila é como todos os outros bairros que abrigam a população de baixa renda. Sobre isso afirma Cleiton (20 anos) *“vim morar aqui por causa dos meus pais, sempre morei aqui, é muito bom morar aqui”*. Como suas famílias, também pensam que morar na Vila torna o deslocamento do dia a dia mais fácil, não dependendo tanto de recursos para frequentar os espaços da cidade, mesmo reconhecendo que seria interessante que no próprio bairro pudessem contar com o que precisam diariamente.

De qualquer forma, a história da Vila permite entender como os pobres lutam por um lugar na cidade. As duras penas permanecem no espaço urbano, contrariando todas as regras e limites impostos pelo desenho da cidade que favorece quem pode pagar pelos seus serviços. A formação do espaço urbano da Vila revela a persistência da população diante da pressão do capital que, dos trabalhadores, querem somente a mão-de-obra.

A necessidade imediata de trabalhar e morar estabelece os parâmetros para a organização dos trabalhadores que, em outros tempos, já foram expulsos do campo e agora precisam permanecer na cidade. O espaço da Vila, na opinião dos jovens, precisa de muitos equipamentos públicos, como posto de saúde, posto policial, escolas, creches e áreas de lazer. Pedem, ainda, o fim da violência institucional que ameaça a vida na Vila. A esperança de melhores dias é algo muito presente nas falas dos entrevistados, principalmente para suas famílias, que estão entre as prioridades no projeto de vida dos jovens que vivem na Vila.

3.1 OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS NA POSSE URBANA DA VILA CORONEL COSME

A partir da compreensão de que a posse urbana é um espaço não somente de escassez, mas também de possibilidades, onde seus habitantes produzem e reproduzem sua vida material dentro das condições que lhes são impostas pela realidade, vê-se esses espaços como eles são e o que representam na vida dos jovens que ali vivem. É um constante reinventar a vida, diante da miséria, acirrada

pela *questão social* traduzida na forma do desemprego ou subemprego, infraestrutura inadequada, cenas de violência que afetam a população em geral e, em especial, os jovens, seja na condição de vítima ou de promotores.

A área de posse não pode ser vista apenas como um lugar onde acontecem somente coisas ruins. Tal compreensão poderia atribuir aos pobres a responsabilidade por tudo o que está desordenado, o que é violento, por sua própria condição de pobreza. A posse revela também a capacidade criadora da população que reinventa, solidariza, partilha, busca formas de acessar bens e serviços por caminhos que às vezes a deixam mais dependente do que livre. Na Vila Coronel Cosme é comum encontrar cenas em que a população interpela pessoas que passam pela comunidade solicitando comida, roupas, remédios, trabalho, entre tantas outras coisas.

A população encontra razão de viver nessa realidade, aprendem a conviver com as imposições do trágico, com a presença ameaçadora da polícia, expressando assim, sua compreensão sobre a vida. Cria suas estratégias de sobrevivência, dribla a dor e o sofrimento. As relações de vizinhança são essenciais e o fato de viverem situações semelhantes os aproxima. D. Josefa, moradora da Vila Coronel Cosme, informa, em uma das visitas, sobre as dificuldades presentes em seu dia a dia: o cuidado com os filhos, o desejo de melhorar de vida. *“Quando acontece um fato desagradável com uma família, a gente logo imagina que poderia ser com a gente”*. Nesse sentido, a posse urbana é o espaço de relações de solidariedade, onde o pouco de cada um acaba sendo de todos.

Por muitas vezes fica-se intrigados com a realidade dos jovens que ali vivem. Quais seriam os sentidos ou as perspectivas de vida em um lugar com tantas carências? Durante o período em que foi mantido o contato com essa realidade eles mostraram inúmeras razões para a vida que levam na Vila, sendo a primeira e talvez a mais relevante o fato de esse bairro representar uma conquista de seus pais. Os jovens têm vínculos com o espaço, gostam dos arredores e da história de vida que construíram na comunidade. Os entrevistados manifestaram desejo de ali permanecer, mas, ao mesmo tempo, não se interessam pela luta da população frente as constantes ameaças de remoção do local. Algumas pessoas não acreditam no despejo pelo fato de essa história sempre haver existido e nunca ter sido realmente efetivada.

O que a área oferece de possibilidade para os jovens construírem projetos de vida autônomos em uma realidade marcada por carência de todas as ordens é muito pouco. A vida na Vila precisa ser constantemente reinventada, como forma de driblar uma estrutura social, política e econômica que fortaleça a distância entre as classes sociais. A organização nas áreas de posse demonstra a opção dos governos em relação às classes populares. A imagem que se tem é de que os pobres necessitam apenas de um lugar para morar e de uma renda mínima para sobreviver e nem isso lhes é assegurado. Ser pobre é ser destituído da qualidade de vida, ter que se conformar com o pouco que se tem, muitas vezes não lhe sendo permitido reivindicar direitos legalmente garantidos porque podem ser interpretados como baderneiros, provocadores de desordem e perturbadores da ordem e da paz social.

A sobrevivência passa pelo acesso às condições básicas: alimentação, moradia, saúde e educação e outras formas de bens sociais que atendem às necessidades imediatas da população. Nesse sentido, a população da Vila Coronel Cosme padece diante dos limites impostos pelo espaço urbano. O contexto da área urbana impõe, de certa forma, um silêncio sobre a rotina das pessoas. Elas passam a viver como se nada estivesse acontecendo. Não dão notícia de fatos corriqueiros do cotidiano, muitas vezes de conhecimento geral da sociedade e amplamente divulgados pelos meios de comunicação.

Enquanto era realizada a pesquisa na Vila, deparou-se, em vários momentos, com certo alheamento dos moradores sobre a rotina, como explicitado pela fala de Adriano: *“Não, eu moro aqui mais não sei nada daqui, quando saio vou pra outros lugar”*. Posteriormente, depois de constatarem que o nosso interesse era apenas acadêmico, começaram a revelar coisas das pessoas e do bairro. O vínculo que se estabeleceu com os participantes da pesquisa foi fundamental para uma sucessiva aproximação da realidade para, assim, compreender sua dinâmica.

A princípio percebe-se um conformismo dos moradores com a realidade, pois eles não acreditam que possam transformá-la, sentem-se impotentes diante de tantos desafios. Uma primeira visão é a de que as pessoas que ali vivem estão em um marasmo coletivo, com se fosse uma armadilha da qual não conseguem sair, como se tivessem perdido a esperança de dias melhores, até mesmo de lutar por seus direitos. Com o tempo, percebeu-se que a maioria das pessoas que mora na Vila, principalmente os jovens, não querem abandonar o lugar para ir para outro

espaço indefinido e, com isso, perder o pouco adquirido com muito sacrifício. Preferem viver na Vila, mesmo com os limites que ela lhes impõe.

Os jovens buscam fora da comunidade oportunidade de estudo, trabalho, lazer e relacionamento. Entre os pesquisados, nota-se que o vínculo com a Vila deve-se primeiro ao fato de suas famílias resistirem à saída do local e, segundo, porque ali está sua história, que não se resume basicamente àquele espaço, mas também ao seu entorno. As crianças e adolescentes da Vila têm como principal fonte de lazer um campo de futebol, localizado no limite entre a Vila e o Bairro Feliz, um espaço constantemente monitorado por traficantes.

Os bairros próximos, como Bairro Feliz, Vila Nova e Negrão de Lima, compõem o universo da juventude, porque é lá que eles estudam, praticam esportes, buscam entretenimento e resolvem questões relacionadas à saúde, entre outras. No entanto, os jovens dos bairros citados dificilmente vão à Vila, exceto aqueles que vão atrás de drogas. Com a presença dos estagiários de Serviço Social na Vila iniciou-se um trabalho articulado com a Casa da Juventude Pe. Burnier encaminhando adolescentes e jovens para serviços como atendimento psicológico, informática, preparatório para o vestibular e oficinas de arte. Atualmente, os próprios jovens continuam indicando outros para os projetos.

A condição juvenil é, de acordo com Abramo (2005b, p. 42), “o modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida”. Na Vila Coronel Cosme, a ideia de como os jovens se comportam não é homogênea. Para uns, eles não querem nada com nada, são dados à rebeldia e à falta de compromisso, característica marcante dessa fase da vida para eles. Outros responsabilizam os jovens pelos altos índices de violência devido ao seu comportamento inadequado e por frequentarem espaços noturnos considerados violentos.

Nesse contexto existem pessoas que possuem uma visão mais crítica desse público, percebendo que a juventude convive com a falta de oportunidade de estudo, trabalho e lazer e que a onda de violência que afeta a população tem outras motivações. Para essas pessoas, os jovens são vítimas da polícia, que os ameaça, reprime e espanca a troco de nada ou por coisas insignificantes. Ressaltam a importância da criação de espaços para aproveitar o potencial jovem e, assim, inseri-los em projetos que os preparem para a vida, garantindo-lhes oportunidades e

impedindo que eles sejam forçados a optarem pelo tráfico como alternativa de sobrevivência, o que constitui uma questão séria.

Segundo Souza (2001), uma das formas de inserção dos jovens é o aprendizado. Os jovens da atualidade buscam aprender, diferentemente da geração dos anos 60, que acreditava serem portadores da transformação social e que tinham coisas a ensinar às demais gerações. Para a autora (*idem*, p. 98), eles

querem conhecimento não com a intenção de desvendar a realidade, ultrapassando o limite da aparência das coisas e estabelecendo a crítica, mas no sentido de aceitação. Parece não haver distinção entre o conhecimento dos fatos e a sua aceitação [...] neste sentido, esse conhecimento implica inserção social [...] a juventude não é mais definida pela sua capacidade de contestação, mas pela possibilidade de conhecer e aprender, em outras palavras, pela capacidade de integração a sociedade.

Entre os entrevistados, fica nítido que existe uma grande valorização do saber. 100% dos homens e das mulheres responderam positivamente sobre a importância do estudo. Manifestaram desejo de concluir o ensino médio e quem sabe até fazer faculdade. Quando perguntam sobre as vantagens de estudar todos responderam que era para melhorar de vida mediante a possibilidade de ter um trabalho mais qualificado. Concordando com a citação anterior, o conhecimento para os jovens da Vila Coronel Cosme está estreitamente ligado ao trabalho e às condições de vida. Estes têm uma compreensão real da situação socioeconômica de suas famílias e se sentem responsáveis pela sua alteração.

Ter conhecimento é o caminho para mudar de vida e, sem ele, é muito difícil isso acontecer. O desejo de estudar é algo real que acaba ficando de lado diante das possibilidades que são mínimas, como nos afirma Silvanete moradora da Vila: *“todo ano começo a estudar, mas acabo desistindo porque tenho filhos pequenos que precisam de mim”*.

Para esses entrevistados, o termo juventude tem relação direta com vigor, mas mediante as respostas, percebe-se que elas expressam certa tristeza em suas expressões, como se falassem de alguma coisa fora de si, talvez porque a noção que possuem sobre o que é ser jovem seja algo fabricado, dito por aí, não revelando em nada a sua realidade. O ser jovem na Vila é ser testemunha de fatos e situações fora de seu controle e capacidade de interferência, gerando um sentimento de impotência e de dívida para com sua família, que coloca suas esperanças nos filhos para que estes possam realizar o que os pais não conseguiram. É comum ouvir os

pais dizerem que querem um futuro diferente para seus filhos, como se isso pudesse acontecer como mágica. São frases que passam de pai para filho, pois todos querem que as gerações posteriores sejam diferentes das anteriores e que tenham um futuro melhor do que o seu.

Com o tempo e a convivência com os jovens e suas famílias aprofundou-se a compreensão a respeito do jeito de ser e de viver dessa população. A maioria fica parte do tempo desocupada por que vivem do trabalho informal. Essa situação coloca-os em situação de vulnerabilidade porque vivem a maior parte do tempo sem rendimento, o que acarreta problemas com suas famílias, conforme explicitou dona Lúcia, uma das moradoras mais antigas da Vila. Sempre que abordada, ela apresentava a mesma reivindicação: arrumar trabalho para os três filhos adolescentes. Nesse sentido ela fazia, ainda, várias considerações a respeito deles, mesmos, em especial da dificuldade de sustentá-los. Reclamava das despesas diárias, principalmente com alimentação, já que nessa idade comem demais, além de sujarem muita roupa e gastarem muita energia.

A Vila oferece como possibilidade de socialização dos jovens os becos, as esquinas e uma faixa às margens do Rio Meia Ponte, lugar de difícil acesso para a polícia, já que para chegar a esse espaço é preciso atravessar a Vila, enfrentando muita sujeira e lixo que os próprios moradores acumulam nessa área. Uma adolescente que brincava na rua mostrou, espontaneamente, esse local, e informou as atividades ali realizadas, pelas pessoas que o frequentam e com a finalidade. *“Usar droga em paz”*, dizia ela. Nas ruas e nas portas das casas é comum observar pequenas rodas de conversas, porém, a chegada de outras pessoas as encerra.

3.2 A organização social dos jovens na Vila Coronel Cosme

O tema da juventude tem obtido centralidade nos debates acadêmicos, na mídia, nos partidos políticos e sociais. Tal debate faz-se necessário seja pelo aspecto quantitativo de jovens, representando 20,7% da população brasileira, ou pela forma como se colocam na sociedade. Daí a ideia plural de juventude enquanto um grupo social extremamente heterogêneo, tanto que alguns intelectuais como

Frigotto (2004) e Abramo (2005) dizem que temos juventudes. São muitas as diferenças presentes neste grupo, entre as mais relevantes a de classe social.

O interesse do presente estudo recai sobre os jovens trabalhadores que moram nas periferias da cidade de Goiânia Vila Coronel Cosme, vivem em uma realidade marcada pela ausência do Estado e pelas sequelas decorrentes da sua pobreza e de sua família. Nesse espaço, marcado pela segregação procuram formas de organização e sobrevivência. Compreender essa realidade é um desafio constante na Vila Coronel Cosme, conforme referenciado anteriormente. Ao chegar a essa comunidade, a ideia que se tem é a de que os jovens estão dispersos no bairro, ninguém os aproxima, parecem um grupo apático, ausente do cotidiano da Vila. Algumas informações chegam pelas famílias que, em diversos momentos, acham que alguém pode ajudar, principalmente arrumando emprego.

O trabalho é um dos grandes desejos e dificuldades daquela população. É a primeira resposta dada quando se perguntamos alguma coisa sobre a vida. A segunda é para ajudar a família. Dos 20 entrevistados, todos disseram que no futuro querem ter um bom trabalho, que significa garantia de um rendimento suficiente para manter-se e a sua família. O desemprego é ponto de conflito entre o jovem e a família, e esta alega que a vida é muito difícil, que é necessário que todos que tenham condições de trabalhar busquem uma forma de ter renda e contribuir com a família.

Os jovens que se encontram sem trabalho já tem idade, saúde e consomem muito, portanto, devem ajudar no sustento da família, dizem os pais. Não ter como contribuir e receber constantes cobranças constitui um grande drama dessa população, que não encontra nenhuma possibilidade de obter renda devido a falta de escolarização ou qualquer outro tipo de qualificação, exigência posta pelo mercado de trabalho.

A organização dos jovens se dá via formalidade ou de forma espontânea. No aspecto da formalidade, geralmente estão respaldados por alguma instituição, principalmente igrejas, através de serviços de evangelização. Nesse modelo de organização, muitas vezes o que existe é um apropriar-se da capacidade da juventude em se indignar com as situações de injustiça, muito presentes na comunidade. É uma força que, tem vitalidade e, com isso, desperta o interesse das diferentes propostas de intervenção.

Na Vila Coronel Cosme as propostas religiosas envolvem a população juvenil com o intuito de chegar a outros, principalmente aqueles que estão em situação de risco, quase sempre ligados às drogas ou a qualquer outra prática ilícita. Durante o tempo em que se esteve na Vila se encontrou, várias vezes, aos jovens em suas ações diárias de sensibilizarem outros para a missão.

Outra forma de organização presente na Vila é o tráfico em suas mais variadas modalidades, uso, distribuição, sentinela. O tráfico impõe às pessoas um ciclo de violência, mas garante renda e proteção. O que geralmente leva um jovem a aderir à proposta de trabalhar com o comércio de droga é a necessidade de sobrevivência sua e de sua família.

O projeto “Refazendo vínculos, valores e atitudes”, coordenado pela professora Dr^a Rosalina de Santa Cruz Leite, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), propõe uma reflexão sobre a sociabilidade dos jovens envolvidos com o ciclo da violência, da transgressão e do tráfico. A autora informa (2008) informa sobre o grupo que convive com os jovens oriundos da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) e do Sistema prisional. A proposta de trabalho do grupo passa pelo cultivo do acolhimento, convivência, aprendizado, amor, respeito, movidos pelo sentimento de indignação, justiça e solidariedade. Os participantes do grupo fazem um apelo para o compromisso com a transformação da realidade desses jovens mediante ações efetivas. Ressaltam o direito e o dever que estes têm de se rebelarem da forma que conhecem nas ruas e becos da comunidade onde moram.

As oportunidades de acessar os sonhos e desejos, como ter um aparelho de som potente, um tênis de marca, uma roupa “transada”, frequentar espaços que demandam pagamento, é quase impossível com outra ocupação. Os jovens da Vila Coronel Cosme repetem o destino de suas famílias de viverem com a incerteza de renda decorrente de atividades denominadas “bicos”.

Já o estar no tráfico supõe também uma relação afetiva, e não apenas comercial. Entre eles costumam se chamarem de “irmãos”. É uma família por extensão, constroem vínculos de pertencimento, com regras rígidas e acordos que devem ser respeitados por todos. Há uma sintonia entre os que estão inseridos nessa lógica. Existe uma sutileza em suas ações.

O tráfico de drogas é, para a maioria dos jovens que se envolvem com ele, uma possibilidade de renda. É pertencer a uma organização, ter nome, status, e de certa forma acesso àquilo que precisam para viver:

A escuta os vínculos construídos na prática cotidiana de defesa e proteção desses jovens nos tem mostrado que as violências a que estão submetidos, vêm junto com o abandono em que vive essa juventude privada dos direitos mínimos de cidadania, impossibilitada de fazer outras escolhas que não seja de adesão, em determinados momentos a subculturas marginais, do uso ou abuso de drogas, do tráfico e ou práticas de atos de transgressão relacionados a roubos e assaltos. (LEITE, 2008, p. 2)

Os jovens não se envolvem com o tráfico apenas porque querem ou por estarem em busca de novas emoções. Os que vivem na periferia, pela situação de pobreza, são presas fáceis para traficantes, que necessitam dessa mão-de-obra. Uma vez inseridos nesse “comércio” dificilmente encontram possibilidade de sair de circuito. Ficam reféns de eternas dívidas ou favores derivados da proteção para si e para sua família. Para muitos acaba sendo apenas mais uma atividade de risco:

Estes atos representam, muitas vezes, “estratégias de resistência” destes jovens, a exclusão social a qual encontram-se condenados a viverem. Na formação dessa sociabilidade influi em primeiro lugar a falta de oportunidade e de políticas públicas dirigidas ao jovem em situação de risco social e pessoal. A convivência com esses jovens nos faz pensar que a política governamental para essa juventude tem sido, prioritariamente, a construção de presídio e o reforço da desqualificação e da humilhação social. (LEITE, 2008, p. 2)

São várias famílias da Vila Coronel Cosme que tem seus filhos presos. Uma mãe conta a dificuldade que é, para ela, manter seu filho vivo na cadeia. É preciso pagar para que mal nenhum lhe aconteça. Outra família nos fornece detalhes dos “baculejos” que os jovens da Vila levam da polícia. São colocados sem roupas no paredão, forçados a andar de gatão diante dos olhares atordoados dos moradores. Fala o vizinho da frente de sua casa e diz que é uma rotina esse tipo de abordagem. Afirma também que tais práticas devem-se ao fato de os mesmos mexerem com drogas.

Aparentemente, os jovens presentes nas ruas e esquinas apresentam certa ociosidade, parecem que não tem com que se ocuparem. Em pequenos grupos, fazem silêncio diante de qualquer aproximação de pessoas estranhas à comunidade. O fato de ficarem parados em pontos estratégicos pode ser uma

atividade prevista no tráfico, que é a de observar qualquer movimentação estranha e comunicar ao grupo. As funções são muito variadas.

O esforço e a conquista da confiança do chefe podem significar promoção, a ocupação de um cargo mais importante na organização. Não é um acesso fácil. São muitos os critérios e as exigências nessa hierarquia. O estudo ressalta a dificuldade para adentrar no mundo do crime como algo que exige muito esforço pessoal.

Os relatos dos entrevistados demonstram que o crime “profissional que se desenvolve no tráfico de drogas possui valores e normas de funcionamento que lhes são próprias e comuns a todos que se envolvem na atividade. Mas, ao mesmo tempo, apresentam valores que são próprios de cada indivíduo. Todos afirmaram que o traficante que compra droga para revender e não paga, que delata seus companheiros é, em geral, punido com a morte, pois além de serem esses comportamento, segundo suas visões, uma falha de caráter, prejudicam o bom funcionamento do negócio. (NERES, 2008, p.17)

Neste aspecto reside o maior medo das famílias: que seus filhos sejam vítimas de algum deslize que pode pôr fim à vida dos envolvidos. Diante disso, ficam reféns dos criminosos, não tendo nenhuma condição de denunciá-lo porque conhecem as consequências. Histórias em torno de mortes violentas na comunidade são frequentes e do conhecimento de todos que vivem na Vila.

Outra forma de organizar ocorre por meio das atividades de lazer. As atividades esportivas mais praticadas no bairro são, para os meninos, peladas de futebol e, para as meninas, jogos no meio da rua. As rodas de conversas são realizadas por jovens de ambos os sexos e podem ser notadas por qualquer pessoa que chega à Vila. A dança também é uma atividade de grande adesão, principalmente as modalidades como hip hop, street, break, dentre outras.

A Internet também é um instrumento que atrai muito a juventude através das chamadas *Lan houses*. Durante o trabalho de campo um jovem falou da importância e do prazer de navegar no mundo virtual. Segundo ele, ficaria o dia todo envolvido com as possibilidades que a internet oferece de entretenimento e diversão.

As condições de vida dessa população não permitem que busquem outras formas de lazer. Faltam-lhe recursos financeiros para participar de atividades que exigem qualquer pagamento. Por isso, a forma de diversão tem de ser inventada por eles mesmos e na própria comunidade ou em seus arredores. Outro fator que dificulta o lazer dos jovens é que suas famílias acreditam que isso é desnecessário e que os impede de trabalharem. As famílias não reúnem condições financeiras para

manterem seus filhos em outras atividades como, por exemplo, nas escolas. As opções de lazer são bastante diferenciadas, variam desde ficar em casa, sair com amigos, sendo que o mundo virtual é algo que atrai muito os jovens. Eles passam todo o tempo livre em msn, orkut ou jogos eletrônicos, como demonstra a tabela.

Tabela 09: Meios de distração mais utilizados pelos jovens na Vila Coronel Cosme

Atividades	Jovens	%
Atividades esportivas	01	5,0
Atividades religiosas	02	10,0
Passeio com amigos	01	5,0
Fica em casa	03	15,0
Estuda	03	15,0
Outros	09	45,0
Não respondeu	01	5,0
Total	20	100

Fonte: Dados obtidos através da pesquisa de campo realizada na posse urbana da Vila Coronel Cosme em junho de 2008.

No aspecto moradia, a situação das famílias pode ser percebida pela figura 06. Esse local é a residência de Vanessa, uma jovem de 26 anos³⁰, mãe de quatro crianças, que, segundo ela, passa por muitas dificuldades para cuidar sozinha dos filhos. Conta apenas com o apoio da mãe, que é aposentada com salário mínimo e faz “bico” como lavadeira. No momento em que se conversava com a jovem chegou uma pessoa da comunidade perguntando se ela não queria lavar uma mala de roupa. Ela disse que ia pensar. Depois nos disse que era muito difícil porque era muita roupa, tinha que lavar na casa dela, tirando água da cisterna e, além disso, dez reais não dava pra nada.

³⁰ Procurou-se detalhar essa entrevista por acreditar que muitas famílias vivem a mesma situação de precariedade e de dificuldades enfrentada por Vanessa na Vila.



Figura 06: residência de uma jovem entrevistada. Nesse espaço moram 03 famílias.
Fonte: Autoria nossa.

Durante o tempo da entrevista, Vanessa se queixou muito das condições de vida. Informou a sua situação atual afirmando que naquele dia não tinha nada para fazer para os filhos comerem, por vários momentos os filhos se aproximavam dela e pediam alguma coisa. Diante desses constantes pedidos feitos pelas crianças, a jovem disse que foram situações como essa que a levou por três vezes a tentar matar os filhos. Detalhou que tentou uma vez afogá-los no rio, outras duas vezes tentou dar veneno no lugar da comida. Tal situação não se efetivou porque sempre chegava alguém. Com esse ato ela entende que estaria libertando os filhos do sofrimento. Acredita, pela fé, que eles estariam bem junto de Deus e ela estaria pagando um alto preço por essa atitude, porém não seria um sofrimento maior do que o já existente em sua vida.

Na ocasião nos disse, ainda, que estava contando com o dinheiro da venda dos votos da família, que seriam vendidos por vinte reais cada. Foi-lhe perguntado quem os estava comprando e ela disse que era uma senhora da comunidade que toda eleição se oferecia para isso. Informou, ainda, que tal prática é rotineira na Vila. Afirmou não achar certo vender o voto, porém era uma possibilidade de ter algum dinheiro. Com esses recursos ela planejava comprar alimento. A relação entre essa pessoa e a família é algo confuso, porque em outros momentos ela disse contar consigo própria para resolver algum problema da família.

A mãe da jovem em vários momentos interferiu nas respostas da filha, ora condenando, ora apoiando. Reafirmou por várias vezes as suas dificuldades e de sua família em confissão aberta de extrema miséria. Citou, entre os vários problemas enfrentados pela família, a questão do alcoolismo. Falou da relação

tumultuada com o marido que, devido ao vício, nunca se preocupou com a sobrevivência da família.

A entrevistada acrescentou que sempre foi chamada pelo pai de desgraça e que ele nunca pronunciou seu verdadeiro nome. Nesse contexto, a violência é fato corriqueiro. É um ciclo que envolve, a todos. Junto dos pesquisadores a mãe cobra dela a resposta imediata sobre a solicitação de lavar a mala de roupa. Em um dos momentos que a mãe se ausentou ela disse que não fez questão de pegar a roupa para lavar porque a pessoa era ruim para pagar. Salientou que podia ajudar muito na pesquisa, se dispendo a apresentar outros para participarem. Muito solícita, mostrou vários endereços, estimulando as pessoas, em muitos casos com sucesso.

Na família existem mais dois jovens do sexo masculino que não quiseram responder à entrevista. Ela alegou que um dos irmãos tem problema mental e vive isolado no quarto. Quase não conversa nem com a família. O outro irmão não aceitou participar, mesmo com a insistência da irmã. A partir da conversa da mãe, ela disse que também tem sofrido muito com o alcoolismo. Revela uma série de relacionamentos mal sucedidos devido à bebida dos companheiros. Quanto à última união, ela se refere com muita mágoa, expressando-se assim:

Fui ao hospital para ganhar minha filha caçula. Quando tive alta fui sozinha para casa. Quando cheguei encontrei muita bagunça e não tinha nada de comer. Comecei a arrumar as coisas. Ele chegou e me bateu muito, deste dia em diante não quis mais saber dele.
(Vanessa)

Depois de muita conversa ela manifestou o desejo por arrumar emprego de doméstica, mostrando consciência de que não reúne as condições necessárias para arrumar um bom trabalho porque não tem estudo. Acha muito difícil voltar a estudar. Tempos depois, voltou-se à casa da jovem e ela não se lembrou dessa primeira entrevista, sendo preciso lembrá-la. Aparentemente estava bem, tinha arrumado trabalho de doméstica em uma casa no Bairro Feliz.

3.3 Os desafios e perspectivas dos jovens na Vila Coronel Cosme

Os desafios começam com a dificuldade de se ter uma compreensão correta da realidade dos jovens que habitam esse espaço. O risco de ficar na aparência dos fatos, visualizando-os de forma isolada e perdendo a dimensão da totalidade, é real. Segundo Canezin (2006, p. 90):

Toma os fatos como elemento de uma totalidade histórica da qual eles não podem se isolar – todo o fato só pode ser submetido à análise dialética na medida em que cada fato é influenciado pelos antagonismos do progresso social.

A totalidade é uma categoria essencial para a apreensão da realidade, no caso as condições dos jovens na Vila, pois estes vivem uma situação que não difere de outras questões presentes em toda a cidade de Goiânia, inserida no contexto da realidade brasileira. Para se apropriar da realidade dessa população e apreender o movimento que fazem na luta pela sobrevivência é preciso ultrapassar a aparência e buscar apanhá-la em suas múltiplas determinações.

Partindo da noção de juventude como uma categoria histórica, que significa não desvinculá-la das questões presentes na lógica capitalista. Essa faixa etária é uma fase especial da vida humana na qual acontece o desenvolvimento das habilidades necessárias ao mundo adulto.

Juventude é uma categoria histórica, o que implica não ser possível falar genericamente da juventude como se ela fosse um bloco monolítico. A condição juvenil é determinada, em última instância, pela condição de classe social, pela posição que se ocupa na estrutura da sociedade. Como a juventude é social e historicamente determinada, fatores de várias ordens influem na forma de ser jovem. (LEITE, 2008, p. 2)

No sistema capitalista, os jovens padecem das consequências da lógica inerente a esse modelo de desenvolvimento que provoca uma exagerada concentração de renda de um lado e, de outro, abandona a população trabalhadora às suas necessidades concretas. Os jovens que moram na Vila são filhos da classe trabalhadora e, portanto, sujeitos aos mesmos dilemas de seus pais.

A condição da juventude é determinada pela sua condição de classe que lhe é imposta. Vive um ciclo de violência de todas as ordens, com possibilidades mínimas de defesa devido à fragilidade da rede de atenção e proteção oferecida pelas políticas sociais. Vivem-se uma situação de abandono, privados dos direitos

mínimos de cidadania. Nesse aspecto, diz Leite (2008, p. 2): há uma impossibilidade em

fazer outras escolhas que não seja a adesão, em determinados momentos a subculturas marginais, do uso ou abuso de drogas, do tráfico e ou da prática de atos de transgressões relacionados a roubos e assaltos. Estes atos representam muitas vezes, “estratégias de resistência” destes jovens, a exclusão social a qual se encontram condenados a viverem.

Os desafios presentes na realidade da juventude são inúmeros, entre eles a ausência de espaço onde possam trocar experiências e socializar-se. Em se tratando da socialização, o primeiro obstáculo encontrado é a incapacidade da escola em cumprir seus propósitos. O ensino aprendizagem nem sempre tem a ver com o universo e a realidade dos jovens de um determinado lugar, o que provoca grande desestímulo, evasão ou desistência definitiva.

Outra possibilidade de socialização dos jovens poderia ser mediante o trabalho como forma também inserção no trabalho. A questão principal é que a maioria deles está desempregada e sem nenhuma condição de acesso ao mercado de trabalho porque não possui escolarização nem qualificação profissional. As oportunidades para isso são mínimas. A tabela 10 revela que a maioria dos jovens entrevistados não possui nenhuma qualificação e nem sabe onde buscar, isso se deve à falta de oportunidades tanto na Vila como fora dela, sendo uma das maiores demandas apresentada pelos jovens.

Tabela 10: Dados referentes aos jovens que buscam a qualificação para o trabalho

Jovens	Quantidade	%
Sim	04	20,0
Não	16	80,0
Total	20	100

Fonte: Dados obtidos através da pesquisa de campo realizada na posse urbana da Vila Coronel Cosme em junho de 2008.

A maioria dos jovens da Vila vive com a ajuda da família ou através de trabalhos informais. É raro encontrar algum com carteira assinada, desejo também manifesto durante as entrevistas. Dos 20 participantes da pesquisa, apenas um tem esse direito garantido. Ao chegar à Vila, a primeira demanda apresentada pelos jovens é a busca por trabalho, por qualquer tipo de vínculo empregatício. O

desemprego que os afeta leva-os a viverem em situação de penúria.

Na Vila Coronel Cosme é comum encontrar os jovens sempre em grupos reunidos nas esquinas, sentados no meio fio, em rodas de conversas. São arredios a aproximações. No primeiro contato quase não respondem a cumprimentos, falam sempre de cabeça baixa, utilizando meias palavras ou respondendo com monossílabos. É preciso estabelecer vínculos para saber como realmente os jovens organizam sua vida nesse espaço segregado. À medida que o processo avança, outras informações vão surgindo, possibilitando um conhecimento mais preciso desses sujeitos sociais que vivem uma espécie de prisão, resultado de suas condições de vida regadas à escassez.

Há alguns jovens que investem em trabalhos comunitários e que acreditam que podem alterar a realidade social devido ao potencial inerente à condição de ser jovem. Os movimentos religiosos são os que mais os atraem, como informou Leo, que após um exaustivo dia de trabalho ainda encontra tempo para se dedicar ao trabalho com outros moradores de sua idade e se sente plenamente realizado no que faz. Seus fins de semana são ocupados em visitar outros jovens e apresentar sua proposta de transformação social. Tem consciência da dura realidade da Vila e, como outros, crê que o problema vem de fora, que quem traz a violência é a polícia e as drogas os traficantes de outros bairros. Como seus companheiros, tem medo da violência porque sabe que a qualquer momento pode ser vítima dela. Não quer mudar da vila. Acha que ali mesmo pode ser feliz e buscar o que deseja.

Sua família é constituída pela avó, por ele e pelo tio. Sobre ele pesa a esperança da família de dias melhores. Referem-se a ele como uma pessoa exemplar, que trabalha, concluiu o ensino médio e busca uma forma de um dia fazer faculdade de administração. Durante a entrevista, solicitou ajuda para matricular-se em um preparatório para o vestibular, gratuito, porque não possui condições de pagar nenhuma taxa.

Em várias conversas tidas com Leo, este enumerou um conjunto de suas necessidades e de sua família e afirmou sentir-se responsável por encontrar uma solução para tais situações. Leo tem trânsito livre na comunidade, conhece todo mundo, chama as pessoas pelo nome e fornece informações sobre elas. É um jovem que desde cedo teve de assumir responsabilidades do mundo adulto e entende isso como um benefício. Segundo ele, foi graças a isso que hoje é uma pessoa de bem.

Sua história destoa da história dos demais jovens entrevistados pela maneira como se envolve com as questões do bairro, o que muito contribuiu com o andamento desta pesquisa, pois por meio dele conseguiu-se chegar aos outros. Leo é um jovem enquadrado nos esquemas sociais, segue as regras impostas pela família e pela religião. Tem trabalho regular, carteira assinada com salário mínimo, concluiu o ensino médio e quer se casar, ter sua família.

Quando se refere à violência, fica em silêncio, com o olhar distante e a expressão facial séria, parecendo se lembrar de algo desagradável. Como os demais jovens da Vila, tem medo da violência e, por isso, evita algumas coisas do tipo chegar tarde, sair à noite, se aproximar de certas pessoas. Em um dos momentos de conversa ele falou da atuação da polícia: *“Coitado de quem se encontrar com os policiais à noite na rua”*. Leo é um jovem do qual a família se orgulha e o apóia no dia a dia. É um jovem que preza a disciplina e o rigor, pois desde muito cedo começou a trabalhar para sobreviver, tornando-se um adulto precoce. Seu período de socialização se deu no trabalho, não se preparou para o mundo adulto com suas responsabilidades, foi empurrado para ele.

A Vila não possui muitos jovens como ele, uma vez que, em sua maioria, os que ali vivem não possuem as garantias de trabalho, escolarização e apoio familiar. Grande parte deles vive o drama da luta pela sobrevivência, reconhece que estão despreparados para enfrentar o mercado de trabalho, que lhes falta qualificação e escolarização. Falta, também, uma política que responda às demandas da juventude, principalmente para prepará-los para os postos de trabalho.

Em se tratando de políticas públicas, Leite (2008) salienta que a convivência com os jovens leva a pensar que a política governamental para a juventude empobrecida tem sido, prioritariamente, a construção de presídios e o reforço da desqualificação e da humilhação social.

Para Cohn (2004: p. 160),

falar em políticas públicas de juventude implica em falar em políticas que garantam – se eficazes – o acesso a condição de vida e futuramente de trabalho digno a um quinto da população brasileira, vale dizer, 34 milhões de jovens cidadãos.

Continua a autora afirmando que, em se tratando de políticas brasileiras, os jovens tidos, em geral, como portadores do futuro, e de um futuro sempre promissor, não cabem nesse desenho.

Não se pode negar que, em relação à Vila Coronel Cosme, é evidente o que está reservado para os jovens: uma vida demarcada pela omissão do Estado. A falta de prioridade na agenda pública deixa-os reféns do tráfico. Pode-se dizer que a omissão é também da sociedade, como bem ressalta Leite (2008, p. 2):

O preconceito de agentes policiais, educacionais e de outros profissionais que deveriam ser os defensores desses jovens, o abandono e a violência familiar, a violência policial e da sociedade que muitos enfrentam, cotidianamente tem levado essa juventude além de transgredir a se filiar as chamadas “facções criminosas.

A ruptura com essas práticas ditas ilícitas exige novo propósito dos governos e da sociedade em geral através de ações afirmativas capazes de garantir oportunidade de formação e de qualificação para os jovens oriundos das periferias pobres, em especial os que estão nos ciclos de violência, sendo continuamente ameaçados. É preciso que hajam ações voltadas à proteção, formação, defesa e diálogo aberto sobre os dramas enfrentados no dia a dia na perspectiva da construção da autonomia.

Para Ferreira (2008, p. 142):

Enquanto profissionais não podemos silenciar e compactuar mediante as declarações e programas de autoridade que tentam ignorar a situação de adolescentes e jovens, agindo como se as oportunidades fossem iguais para todos ou ainda como se a capacidade física e mental de cada indivíduo para suportar a violência sofrida fosse a mesma. É preciso contestar o destino de classe.

O destino de classe impõe uma compreensão destorcida a respeito dos jovens de periferia, tratando-os como perigosos e dados à prática criminosa, atribuindo-lhes estigmas como drogados, bandidos, rebeldes, preguiçosos, que não querem nada com nada, sem compromisso, parte de uma mentalidade cristalizada na sociedade brasileira, historicamente construída sobre os jovens empobrecidos. Os limites e as possibilidades que esses jovens têm de assumir sua história dependem da forma e da perspectiva de vida de cada um como ainda da atuação dos profissionais junto a eles.

Ao chegar à Vila, a compreensão inicial dos jovens era de que são arredios e

de difícil aproximação, opinião reafirmada por algumas pessoas que, a partir de suas histórias particulares, entendem os jovens como propositores da violência e descompromissados. O contato com as famílias foi sempre um espaço para que estes apresentassem as dificuldades do dia a dia, em sua maioria, relacionadas à sobrevivência. Após várias conversas e vínculo estabelecidos com os jovens, estes romperam com a ideia inicial e mostraram as profissionais e estudantes um mundo até então desconhecido. Os dramas vividos nas relações familiares, as dificuldades de acessar um trabalho digno que garanta remuneração compatível com suas necessidades e realização pessoal, o convívio diário com a violência, às vezes como testemunha e outras como vítimas, os sonhos interrompidos, a ausência de lazer e outras atividades de interesse juvenil. A confiança oportunizou o conhecimento da realidade dos jovens que forneceram informações fundamentais a este estudo, referentes às suas condições de vida, estigmas, sonhos e desejos de que no futuro a vida possa ser diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo referente à origem e à formação do espaço urbano da capital goiana é algo bastante explorado pela literatura especializada. Vários autores, como Chaves (1985), Oliveira (2002), Moysés (2004) e Moraes (2006) e outros, trataram do tema referente à produção espacial na nova cidade. Esses estudos são unânimes em relação à participação do Estado na construção da capital.

A cidade de Goiânia surge e cresce entre o planejado e o espontâneo, dando origem a duas cidades: a planejada, destinada a burguesia, e a espontânea, destinada às classes populares, diferença estabelecida mediante intensa tensão e conflitos. É na periferia da cidade onde mora a parcela mais pauperizada da população. São lugares distantes do centro e caracterizados pela ausência de equipamentos sociais e por moradias precárias.

A luta por moradia na capital data da sua origem, quando pessoas de vários Estados do Brasil procuraram a nova capital na esperança de melhorarem de vida. A presença dos trabalhadores chamados a construir a nova cidade redesenha o espaço urbano. Inicialmente os trabalhadores lutavam individualmente para conseguir uma casa, posteriormente essa luta adquire um caráter de luta coletiva.

Esse momento pode ser considerado um divisor de águas na história das organização das classes populares. Esses movimentos tiram os trabalhadores da condição pejorativa de invasores, entendido com algo ilegal, para a condição de posseiro, consciente do seu direito à moradia. O ano de 1984 é o marco da organização, pois é quando, segundo Moraes (2006), a União dos Invasores ganha um novo nome: União dos Posseiros. É nesse contexto que as invasões são também chamadas de posses urbanas, o que representa o fortalecimento da consciência crítica dos trabalhadores.

A ocupação do espaço urbano em Goiânia é um processo marcado por tensões e conflitos, desde sua origem até os dias atuais. Recentemente presenciou-se a despejo das famílias do Parque Oeste Industrial através de ação violenta presidida pelo Estado que, historicamente, tem se posicionado contra os interesses dos segmentos populares, como afirma Chaves (1985). O Estado participa efetivamente através de investimentos públicos na construção da capital para

atender aos interesses da expansão capitalista, logicamente, comprometido com o setor econômico.

A forma como o Estado conduz o processo de modernização de Goiás, como incorpora a necessidade da construção da capital e o lugar destinado às classes populares na cidade não representa uma novidade, até porque, como afirmado anteriormente, existem vários estudos sobre esse tema.

A novidade deste estudo consiste em compreender um grupo social, nesse caso os jovens das classes populares, nesse contexto de espaço caracterizado pela segregação espacial e social. O espaço da cidade a princípio é para todos que nela vivem, porém a forma como está organizado não permite sua apropriação pelas classes populares, ao contrário, há um impedimento ao acesso a muitos lugares. A população que vive na periferia não tem acesso à cidade ou tem um acesso limitado, se deslocando ao centro da cidade apenas para trabalhar.

A partir dessa perspectiva, este estudo teve como ponto de partida a possibilidade de apreensão da realidade dos jovens das classes populares inseridos na realidade de periferia da capital, tendo como referência a Vila Coronel Cosme. Esta, como um campo de estágio do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, tem possibilitado vários estudos em nível de graduação e uma dissertação de mestrado. Em relação à produção sobre juventude local existe uma monografia de graduação que explorou a relação da juventude com o trabalho.

Em relação aos jovens da Vila, a relevância deste estudo está no fato de apreender as condições de vida dos jovens como uma questão até então não explorada, e está na relação estabelecida entre juventude e segregação urbana. Assim, a segregação urbana e a juventude são temas que tem sido bastante estudados, porém, com esta dissertação, pode-se perceber que a condição em que os jovens vivem na periferia precisam ainda ser mais estudadas, considerando a complexidade envolve essa temática.

Deve-se destacar, entretanto, que a concepção apresentada da juventude tem raízes históricas, sendo determinada por esse processo, além de ser socialmente construída. São determinações postas pela realidade que vão definindo a situação e a condição juvenil. Esta, segundo Abramo (2005b), refere-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida que alcança uma abrangência social maior, referindo-se a uma dimensão histórica geracional. Nesse sentido, percebeu-se que a forma como a sociedade Goianiense,

em particular a população da Vila Coronel Cosme, entende a juventude é preconceituosa, atribuindo-lhe responsabilidades familiares e sociais fora da sua área de interferência.

O contexto de violência presente na Vila está quase sempre relacionado com os jovens, muitas vezes na condição de vítimas, porém a compreensão de grande parte dos moradores é a de que eles provocam ou até mesmo buscam, quando na ociosidade, integrar-se a grupos com práticas ilícitas. Durante a realização deste estudo, ouviu-se apenas uma opinião de que a violência na comunidade não é necessariamente dos jovens e sim da ação truculenta da polícia na Vila.

Em contrapartida, a situação juvenil como compreendida por Abramo (2005) revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais classe, gênero e etnia. Nesse aspecto, os jovens moradores da Vila percebem a realidade em que vivem e discordam em parte da visão sobre suas atitudes e comportamentos. Há uma concordância geral dos jovens sobre a forma como foram educados por suas famílias, em contexto de violência doméstica. Eles acreditam nesse modelo de educação e acham que isso impede os filhos de serem bandidos. É consenso, ainda, tanto na opinião das famílias como dos jovens, o desejo de uma vida diferente para a descendência.

As dificuldades ligadas à sobrevivência são o principal motivo apresentado pelos jovens no dia a dia, o que agrava ainda mais suas condições de vida, como a pressão que sofrem da família, o desemprego, o abandono da escola, a violência, a falta de qualificação profissional, a ausência de lazer. Todas essas questões estão intrinsecamente ligadas à atual conjuntura do país. São manifestações da questão social estabelecida na relação capital *versus* trabalho, materializada na segregação urbana inerente à sociedade capitalista e expressa na realidade da Vila Coronel Cosme.

O processo vivido durante este estudo permitiu desvendar o objeto inicialmente proposto: o conhecimento de como vivem e se organizam os jovens trabalhadores nos espaços segregados de Goiânia, tendo como referência a Vila Coronel Cosme. Historicamente, a cidade apresenta as discrepâncias presentes na sociedade, constituindo áreas nobres e áreas segregadas, esta nítida na Vila em seu desenho irregular.

O principal objetivo alcançado nesse estudo foi o de percorrer um caminho que permitisse apreender a realidade da Vila para além da sua aparência. A

trajetória decorrente da busca do conhecimento se apresentou como algo extremamente exigente. Um exercício incansável de apropriação dos métodos de pesquisas, leituras obrigatórias e presença assídua no campo, garantindo uma articulação entre o que a realidade apontava e o que a teoria oportunizara, resultando em uma reflexão fecunda que espera-se poder contribuir para modificar compreensões preestabelecida como o estigmas ligados as pessoas que vivem em áreas de posse.

O esforço metodológico para desvendar o dia a dia da juventude moradora de área de posse foi uma sucessão de desafios, seja pelo fato de estar presente em uma realidade dominada pelo tráfico de drogas, pela omissão do Estado ou pelas constantes solicitações das famílias por ajuda material necessária a sobrevivência diária. O confronto com as violações dos direitos humanos é algo da realidade dessa população que vive uma espécie de prisão social imposta pelo tráfico e pelas condições de vida.

Para muitos jovens, o tráfico apresenta-se como uma possibilidade de renda, uma difícil carreira profissional construída sobre parâmetros rígidos onde qualquer deslize significa ameaça ou morte sua ou de seus familiares, gerado um ciclo de intimidação, prisão, violência e morte de muitos jovens. A Vila é um lugar onde o medo predomina, prejudicando as relações de vizinhança. A população tem consciência da presença violenta da polícia, não confia e nem acredita nos agentes do Estado e reconhece que os jovens são as principais vítimas.

A questão do alcoolismo é fato comum na Vila e motivo de muitos conflitos familiares e de vizinhos. Devido à bebida, Vanessa, quando participava da entrevista, disse, em meio às lágrimas, que o pai sempre bebeu e, por isso, é violento com a família e nunca pronunciou seu nome, sempre a chamou de desgraça. Fato que se repetiu com o marido e com ela quando, em vários momentos, chamou atenção dos filhos nos mesmos termos.

Segundo os dados da pesquisa, os jovens dizem que não tem projetos de vida. Falta-lhes perspectiva para pensar a vida de forma organizada, estabelecendo metas e projetando sonhos, com afirmou uma jovem: *“eu penso o hoje, quando levanto digo que quero ver escurecer e quando escurece digo que quero ver amanhecer. Não penso nada para além disso”*. Essa posição revela tantas outras, cuja segregação vivenciada não possibilita vislumbrar uma vida diferente da que tem no momento.

Por fim, entender como vivem os jovens nos espaços segregados da capital significa compreender os dramas da cidade, a lógica e os interesses que perpassam as decisões políticas. É também perceber a resistência que mantém essas pessoas vivas em meio a tantas ameaças e violações. Que esse trabalho possa despertar novas investigações para que a questão da juventude possa estar sempre em pauta.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. São Paulo: Ação Educativa, 2005a.

_____. *Condição Juvenil no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005b.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Editora Cortez. São Paulo: 2003.

BORAN, Jorge. *O futuro tem nome: juventude sugestão prática para trabalhar com jovens*. São Paulo: Editora paulinas, 1994.

BRAGA, Andréia Luiza Currelino et al. *A perspectiva de atuação do Assistente Social na defesa do acesso da moradia e sua relação com o direito a cidade*. Paraná. 2008.

CANEZIN, Maria Tereza. *Introdução à teoria e ao método em ciências sociais e educação*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

CARVALHO, Luiz de Nascimento. *Infância e espaço urbano: significados e sentidos de morar em posse urbana para crianças com idade entre sete e onze anos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Jovens na cidade*. Rio de Janeiro. 2001.

CHAVES, Elza Guedes. *De invasor a posseiro: Estado-Igreja e a luta pela terra urbana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, 1985.

COHN, Amélia. *O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?* São Paulo: Instituto Cidadania. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo César R. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. UFMG. Belo Horizonte: 2008.

DICK, Hilário. *O caminho se faz: história da Pastoral da Juventude do Brasil*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da juventude – IPJ, 1999.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FERREIRA, Simone. *As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer?* Serviço Social e Sociedade nº 93. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GOMES, Jerusa Vieira. *Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego*. USP. São Paulo: 1997

GUIMARÃES, Eloísa. *Juventude(s) e periferia(s) urbana*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A defesa e a proteção da juventude envolvida com o ciclo da violência: A voz dos meninos*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. *Escola noturna e jovens*. UFB. Salvador: 1985.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. *O projeto de pesquisa em Serviço Social*. CEAD. Brasília: 2001

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

_____, *Inquilinos hoje, posseiros amanhã*. UCG. Goiânia: 1998

MOYSES, Aristides. *Goiânia metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG: 2004.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

NEGRI, Antonio. 1968. A revolução inesperada. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/1968.htm>. Acesso em: 4 abr. de 2009, às 09:41 horas.

NERES, M. S. Criminalidade urbana: o crime como profissão. [on-line]. *Os urbanitas* - Revista de Antropologia Urbana, ano 5, v. 5, n. 7. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/osurbanitas7/MarisaSNeres.html>. Acesso em: 20 jun. 2009, às 11:31 h.

NOVAES, Regina. *A juventude de hoje: Re invenção da participação social*. São Paulo: 2005.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Do Pântano ao Jardim Nova Esperança: a produção social do espaço em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Goiás. UFG. 2002

PASSOS, Alailde Angélica Santos dos. *A organização dos moradores de uma posse urbana em Goiânia: A vila Coronel Cosme*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

POCHMANN, Márcio. *Juventude em busca de novos caminhos no Brasil*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

POERNER, Artur José. *História da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: editora CMJ, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Mapa da exclusão / inclusão social de Goiânia*. Goiânia, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Retratos da Juventude*. Goiânia, 2001.

SALLES, Antônio Pinheiro. *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a História*. Goiânia: 2008.

SAMPAIO, Rafael de Freitas. *Periferia é periferia em qualquer lugar*. USP: São Paulo, 2007.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. *O sonho de uma geração: o movimento Estudantil Goiás e Tocantis*. Goiânia: editora da UCG, 2007.

SOUZA, Regina Magalhães. *Escola e Juventude: o aprender a aprender*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SPOSATI, Aldaísa de Oliveira et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

TEIXEIRA, Carmem Lucia; SILVA Lourival Rodrigues da. *Jovens contemporâneos e seu direito a cidade*. Goiânia, 2008. mimeo.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ANEXOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
 Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - Prope
 Mestrado *strictu sensu* em Serviço Social
 Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Moraes
 Mestrando: Ana Maria da Trindade

Entrevista com o adulto responsável pelo grupo familiar

I. Identificação do questionário

1. Nome do pesquisador _____ codfam |__|__|
 2. Data da pesquisa _____ date ent. ____/____/____ entr |__|__|
 3. Questionário nº _____ numquest |__|__|

II. Identificação do entrevistado

1. Nome: _____
2. Quantas famílias moram no lote?
 (1) uma (2) duas (3) três (4) quatro (5) cinco acima famlot |__|__|
3. Endereço _____ codcasa |__|__|

4. Qual a sua função na família? _____ funfam |__|__|
5. Sexo
 (1) Masculino (2) Feminino sexo |__|
6. Idade _____ idade |__|__|
7. Onde nasceu? origest |__|__|
 (1) em Goiânia
 (2) Outro Município de Goiás – Qual?
 (3) área rural do estado de Goiás
 (4) área rural de outro estado brasileiro
 (5) área urbana de outro estado brasileiro. Qual?
 (6) Capital de outro estado brasileiro. Qual?
 (7) Outro país.
8. Qual é sua religião? religião |__|
 (1) Católica (2) Evangélica/protestante
 (3) Espírita Cardecista (4) Candomblé/umbanda
 (5) Outra. Qual? _____
 (6) não tem religião
 (7) outra (00) não respondeu.
9. Qual o nível de escolaridade do entrevistado? escoentre |__|__|
 (1) não estudou (2) 1ª a 4ª Série incompleta
 (3) 1ª a 4ª Série completa (4) 5ª a 8ª série incompleta
 (5) 5ª a 8ª série completa (6) 2º grau incompleto
 (7) 2º grau completo (8) universitário incompleto
 (9) universitário completo (10) pós-graduação

Você gostaria de voltar a estudar? Sim Não
Em caso positivo o que impede que volte a estudar?

10. A quanto tempo a família mora em Goiânia? tempo
(1) menos de um ano (2) mais de um até dois anos
(3) mais de 2 até 5 anos (4) mais de 5 até 10 anos
(5) mais de 10 anos

11. A quanto tempo a família mora aqui na vila? tempbairr
(1) menos de um ano (2) mais de um até dois anos
(3) mais de 2 até 5 anos (4) mais de 5 até 10 anos
(5) mais de 10 anos

III. Identificação da família

Composição familiar memfam

1. Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você? qtdpes

Resposta:

(registrar as idades de cada pessoa, no quadro abaixo)

Obs: Fazer um círculo na idade correspondente, no item *idade dos componentes da família*, em

seguida, colocar o **total** de pessoas em cada faixa etária na ultima coluna da direita e o **total geral** no último quadro do canto inferior direito, da tabela. No caso de pessoas com idade **acima de 60** anos de idade, preencher **a caneta** nos quatro quadros posteriores ao item correspondente a essa idade (60). No caso de pessoas com mesma idade (gêmeos ou provenientes de outras uniões) especificar no item: **à caneta**.

Pessoas por faixa etária	idade dos componentes da família										à caneta	total
Crianças (0 a 6 anos)	0	1	2	3	4	5	6					
Crianças (7 a 11 anos)	7	8	9	10	11							
Adolescentes (12 a 18 anos)	12	13	14	15	16	17	18					
Jovens (19 a 24 anos)	19	20	21	22	23	24						
Adultos (25 a 30 anos)	25	26	27	28	29	30						
Adultos (31 a 40 anos)	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40		
Adultos (41 a 50 anos)	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50		
Adultos (51 anos acima)	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60		
total geral												

2. Esta é sua primeira união conjugal?

uniprim |__|

(1) Sim (2) Não

3. Caso a resposta seja **Não**:

3.1 Quantas uniões conjugais você já teve? (contando com a atual, se for o caso)

(1) uma (2) duas (3) três (4) quatro (5) mais de cinco uniões |__|

IV. Bases de apoio

1. Com quais pessoas você costuma buscar informações quando tem problemas com seus filhos?

(1) parceiro (2) pais (3) irmãos(ãs) proble1 |__| |__|

(4) amigos(as) (5) médico(a) (6) psicólogo(a)s proble2 |__| |__|

(7) professor(a) (8) patrão/patroa (9) padre/pastor proble3 |__| |__|

(10) ex-parceiro(a) (11) vizinho(a) (12) outro: _____

(00) ninguém

Em qual escola seus filhos estudam?

2. Quem a(o) ajuda na educação/criação diária (em casa) dos seus filhos?

(1) parceiro (2) pais (3) irmãos(ãs) ajuda1 |__| |__|

(4) amigos(as) (5) ex-parceiro(a) (6) vizinho(a) ajuda2 |__| |__|

(7) parentes (8) comadre/compadre ajuda3 |__| |__|

(00) ninguém (11) outro _____.

3. Em sua ausência, quem a(o) substitui na educação e cuidado os filhos?

3.1 _____ cuidafil1 |__|

3.2 _____ cuidafil2 |__|

3.3 _____ cuidafil3 |__|

4. Para você, a quem compete, a educação dos filhos?

4.1 _____ respedu1 |__|

4.2 _____ respedu2 |__|

4.3 _____ respedu3 |__|

4.4 _____ respedu4 |__|

VI. Dados sobre a participação

1. Você participa de algum movimentos na comunidade?

1.1. Igreja _____ fampart |__|

1.2. Associação de moradores _____ fampart |__|

1.3. Partidos políticos _____ fampart |__|

1.4. Conselhos _____ fampart |__|

1.5. Grupos de amigos _____ fampart |__|

1.6. Idosos _____ fampart |__|

1.7. Grupos esportivos: Qual _____ fampart |__|

VII. Sobre o processo de desocupação da Vila Coronel Cosme

1.1 Você conhece o projeto da reurbanização VCC feito pelo PDH? _____|_|

1.2 Deseja permanecer na VCC _____|_|

1.3 Deseja mudar da VCC- _____|_|

1.4 Participa na luta pelo direito de continuar na VCC _____|_|

VIII. Trabalho/ocupação

1. Quantas pessoas trabalham na sua família?

1.1 O Pai. O que faz? _____|_|

- Quanto ganha? _____

1.2 A mãe. O que faz? _____|_|

- Quanto ganha? _____

1.3 Ninguém trabalha no momento _____|_|

- Total da renda familiar: _____

1.4 Tem alguém com carteira assinada _____|_|

1.5 Participa de algum programa social

Sim () Não () Qual? _____

X. Sobre as condições de moradia

1.1 Casa própria _____|_|

1.2 Cedida _____|_|

1.3 Aluguel _____|_|

1.4 Outros _____|_|

Faça um breve comentário sobre esta família:

Roteiro de Entrevista

Questões

1 - IDENTIFICAÇÃO do entrevistado:

- Nome:
 - Data de nascimento:...../...../.....
 - Onde Nasceu: Cidade / Estado:.....
 - Filiação:...../.....
 - Estado Civil: Solteiro () Casado () Outro ()
2. A ocupação _____
3. A idade _____

1. Moradia:

1. Há quanto tempo você mora neste bairro?

1.1 Quantidade em anos ()

2. **Por que veio morar aqui? Marque uma das alternativas.**

2.1 Acompanhar a família ()

2.2 Comprou casa aqui ()

2.3 Sempre morou aqui ()

2.4 Escolheu morar aqui ()

2.5 Outro motivo. Qual?-----

3. **Onde você morou antes?**

3.1 Em outro bairro de Goiânia. Qual?-----

3.2 Em outro Município do Estado. Qual?-----

3.3 Em outro Estado do Brasil. Qual?-----

4. **Como é pra você morar aqui? Marque uma das alternativas.**

4.1 Gosta do lugar ()

4.2 É obrigado morar aqui ()

4.3 Gostaria de morar em outro local ()

5. **Sofre preconceito/discriminação por aqui? Sim () Não ()**

Se respondeu sim registrar o que traduz o preconceito-----

6. Acha que a comunidade mudou no tempo em que você mora aqui, Em quê? Marque uma das alternativas.

- a. Melhorou a infraestrutura ()
- b. Serviços públicos de limpeza, iluminação ()
- c. O relacionamento entre as pessoas moradora da vila ()

7. Sua moradia é própria? () Sim () Não. Como você a vê? Escolha uma das alternativas.

- a. Confortável e adequada ()
- b. Desconfortável e inadequada ()
- c. Insuficiente para a sua família ()
- d. Gostaria que fosse diferente ()

9. Educação e Escolaridade:

9.1 Estudou até que série? Colocar a série ()

9.2 Teve repetências em alguma série? () Sim () Não

9.3 Quantas repetências teve na sua vida escolar? Colocar a Quant. ()

9.4 Conta com ajuda de alguém para tirar dúvidas? Sim () Não ()

Quem? -----

9.5 Você estuda quantas horas por dia? () faz as tarefas escolares diariamente? Sim () Não ()

9.6 Alguma vez já interrompeu seus estudos? Sim () Não () Por quê?--

9.7 Quais as principais dificuldades que você enfrenta para estudar? Escolha uma das alternativas.

Falta de dinheiro () Falta de tempo () Falta de apoio familiar ()

A escola não é legal () estudar não é importante () Outros ()

Qual?-----

9.8 O que você pensa da educação? Escolha uma das alternativas.

Importante () Não tem importância () Não sabe dizer ()

9.9 Que realizações você espera obter com seus estudos? Escolha uma das alternativas.

Bom emprego () adquirir conhecimento () modificar sua vida e de sua família () Não pensa em estudar () Outros () Qual?-----

10. Trabalho:

10.1 Situação atual. O que você faz no momento? -----(há quanto tempo?) ()

10.2 Vc tem algum curso de qualificação profissional? Sim () Não () Qual?

10.3 Que outras atividades você faz durante a semana? (remuneradas ou não).

Se diverte () Faz bico () Qual?.....

10.4 Qual a fonte de renda da sua família? Em salário ()

10.5 Quem contribui com o pagamento das despesas?

Seu pai () sua mãe () Você () Outros () Qual?-----

11. Lazer:

11.1 O que você costuma fazer para se distrair? Escolha uma das alternativas.

Atividades esportivas () atividades religiosas () passeios com amigos () fica em casa () estuda () Outros () Qual?.....

11.2 O que você mais gosta de fazer?-----

11.3 Que outra coisa você gostaria de poder fazer?-----

11.4 O que você e seis amigos fazem quando estão juntos? Escolha uma das alternativas.

Conversa () saem de casa () Vê televisão () pratica algum esporte () Ouvem música () desentende/brigam () Outros () Qual?.....

12. Religiosidade:

12.1 Você tem alguma religião ou crença? () sim () não Qual?.....

Por que a escolheu? Escolha uma das alternativas.

Influencia da família () dos amigos () Opção ()

Outro motivo () Qual?.....

12.2 Qual o significado da religião em sua vida? Escolha uma das alternativas.

Aproxima você de Deus () o contato com as pessoas () impede você de cometer erros ()
faz você feliz () fortalece o compromisso social ()

12.4 Houve algum momento em que tenha se "agarrado" mais a ela? Sim () Não ()
Qual?.....

12.5 Sua crença/religião é a mesma da sua família? Sim () Não ()

13. Família:

13.1 Quantas pessoas moram na mesma casa que você? Colocar quant. ()

13.2 Quem é o chefe da sua família?.....

13.3 Quantas pessoas trabalham na sua família? ()

15. Quem você procura para conversar ou tirar dúvidas sobre sexualidade?
Escolha uma das alternativas.

Seus pais () amigos () Educadores () Chefe religioso () outros
profissionais () Outras pessoas () Qual?.....

16 O que você faz que deixa seus familiares preocupado e o que os deixam felizes?

Preocupado.....

Feliz.....

17 Há alguém ou alguma coisa na sua família que você gostaria que fosse diferente? Sim () Não ()

O que?

Por quê?.....

6. Violência:

6.1 Já sofreu algum tipo de violência? Sim () Não ()

- Você pode dizer qual e quem a cometeu?.....

6.2 O que sentiu e como reagiu? Marque uma das alternativas.

Ficou triste () revoltado () perdeu () quis vingar () fez ocorrência policial ()
procurou ajuda () com medo deixou pra lá ()

6.3 Tem algum familiar ou amigo que sofreu violência? Sim () Não ()

6.4 Você considera as correções dos seus pais como violência?

Sim () Não () se sim qual?

6.5 Já apanhou alguma vez? () Ficou de castigo? () outros ()
Qual?.....

6.6 Você acha que isso ajudou na sua formação, em quê?

.....

6.6 Estes fatos ou situação de violência mexeram com você ou a alguém de sua família?

Como?.....

6.8 Você conversa sobre este assunto com alguém? Sim () Não () Com quem?

.....

6.9 Que situações de violência você vê no dia a dia?.....

7.0. Essas violências são praticadas por quem?

Amigos seus () polícia () Outras pessoas ()

7.1 Por quais motivos? Brigas () bebidas () namoradas/os () outros ()

7.2 O que você acha que poderia ser feito para poder "evitar" a violência, "diminuí-la" ou diminuir os seus efeitos?.....

7.3 O que é violência pra você?.....

7.4 Há algum tipo de violência que afeta os moradores da Vila Coronel Cosme?

Sim () Não () Quais?

7. Saúde:

- Como você vê a saúde dos moradores da Vila Coronel Cosme?
- Boa () Regular () péssima () excelente () outros ()
- Você ou alguém da sua família tem problemas de saúde?
- Sim () Não () O que?.....
- Onde procura tratamento?.....
- O que acha do atendimento que recebeu?
- Bom () ruim () regular () excelente ()
- O que poderia ser feito para melhorar a saúde das pessoas na Vila Coronel Cosme?.....
- Você acha que a violência interfere na saúde dos moradores?

Sim () Não () Em que?.....

- Existem pessoas mais vulneráveis a doenças, que são mais "afetadas"? Sim () Não () Quem?
- Como um posto de saúde poderia ajudar a controlar ou evitar estes problemas?.....

- Você sabe o que é Conselho Local de Saúde? Sim () Não () Conhece algum conselheiro? Sim () Não () O que acha do trabalho deles?.....

8. Medos e Desejos:

- Você tem algum medo ou preocupações em relação a vida?
- Sim () Não () Poderia dizer quais?.....
-
- Como esses medos e preocupações interferem na sua vida?
-
- Você hoje tem algum sonho (desejo intenso)? Sim () Não ()
- Quais?
- Como pensa realizá-lo?.....
-
- O que fará para que isso aconteça?.....

9. Projeto de vida:

- Hoje em dia há algo que você planeje fazer/realizar? Marque uma das alternativas.
- Estudar () Trabalhar () Viajar () Casar () sair do Brasil ()
- Outros () Qual?.....
- O que você espera da vida?
.....
.....
- Como você entendeu sua missão na vida?.....
- Você sabe o que é projeto de vida? Sim () Não ()
- Você já organizou seu projeto de vida? Tem interesse em construir seu projeto de vida? Sim () Não ()
- Você tem alguém que pode te acompanhar? Sim () Não ()
- Quem?.....
- Quais suas prioridades na vida? Diga as três mais importante:
A -
B-.....
C-.....
- Você planeja a vida a longo prazo? Sim () Não ()

Vista aérea da Vila Coronel Cosme

